



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — N.º 124

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 4 DE SETEMBRO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### SESSÃO CONJUNTA

**Em 8 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos**

#### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.732-E/65 na Câmara nº 104/65 no Senado, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula n.º	Matéria a que se refere
1	Do § 6º do art. 45, as palavras: "sem direito a voto, nem as".
2	Do § 4º do art. 50, as palavras: "ou ao portador".
3	§§ 5º, 6º e 7º do art. 50 (totalidade).
4	§ 2º do art. 56 (totalidade).
5	Do art. 60 as palavras: "mantém ou".
6	Do § 1º do art. 64 a parte final: "mas o imposto que sobre ela incidir será compensável com o imposto de pessoa jurídica devido pela sociedade sobre o seu lucro real".

#### SESSÃO CONJUNTA

**Em 9 de setembro de 1965, às 9 horas e 30 minutos**

#### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C/60 na Câmara nº 153/64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guayana pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula n.º	Matéria a que se refere
1	Art. 1º (totalidade).
2	Art. 3º (totalidade).
3	Parágrafo único do art. 5º (totalidade).
4	Arts. 6º e 7º (totalidade).

#### SESSÃO CONJUNTA

**Em 9 de setembro de 1965, às 21 horas e 30 minutos**

#### ORDEM DO DIA

##### Vetos presidenciais:

— Ao Projeto de Lei nº 928-E/66 na Câmara e nº 139/62 no Senado que regula a profissão de corretor de seguros (veto parcial);

2º — Ao Projeto de Lei nº 617-B/63, na Câmara e nº 109/63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);

3º — Ao Projeto de Lei nº 2.362-E/64 na Câmara e nº 279/64 no Senado que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial).

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula n.º	Voto	Matéria a que se refere
1	1º	Primeiro veto Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "em escola".
2	1º	Da alínea "b" do art. 4º as palavras: "ou reconhecida".
3	1º	Do art. 19 as palavras: "destinadas à formação técnica de securitários e corretores de seguros".
4	2º	Segundo veto Totalidade do projeto.
5	3º	Terceiro veto Art. 2º (totalidade).

#### Convocação da sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º n.º IV do Regimento Comum designa a sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de setembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados para sem prejuízo da matéria para ela já programada a apreciação dos seguintes vetos presidenciais:

— ao Projeto de Lei nº 233-B-63 na Câmara e nº 233-64 no Senado, que equipara os atletas profissionais aos trabalhadores autônomos, para efeito das contribuições da Previdência Social;

— ao Projeto de Lei nº 2.339-E-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Senado Federal, 17 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

#### Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º, n.º IV do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 de mês em curso, 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

# VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

**Dia 8 de setembro, às 21.30:**

- ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (veto parcial);

**Dia 9 de setembro às 9.30:**

- ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14-4-1960 (veto parcial);

**Dia 9 de setembro, às 21.30:**

- ao Projeto de Lei nº 926-56 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 362-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (veto parcial);

**Dia 14 de setembro às 21.30:**

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro Estado de Minas Gerais (veto total);
- ao Projeto de Lei nº 2.594-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que complementa a Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — veto parcial;

**Dia 15 de setembro às 9.30:**

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (veto parcial);

**Dia 15 de setembro às 21.30:**

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos mediante doação pelas instituições que se dedicam sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (veto parcial);
- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (veto parcial);

**22 de setembro às 21.30:**

- ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (veto parcial);

## Designação de sessão conjunta para apreciação de veto presidencial

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º nº IV, do Regimento Comum, designa a sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional a realizar-se no dia 14 de setembro do ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação do veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.704-B (nº 38-63, no Senado) que regula as atividades de representante comercial autônomo, sem prejuízo da matéria para ela já programada.

Senado Federal, em 26 de agosto de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

Presidente do Senado Federal

## CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE CHEFE DE NAÇÃO ESTRANGEIRA

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, § 1º, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 10 do mês em curso, às 17 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente, a visita de Sua Excelência o Senhor Giuseppe Saragat, Presidente da República Italiana.

Brasília, 2 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

## CONVOCAÇÃO DE SESSÃO CONJUNTA PARA RECEBER A VISITA DE CHEFE DE NAÇÃO ESTRANGEIRA

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 1º, § 1º, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 14 do mês em curso, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem, solenemente, a visita de Sua Alteza o Grão-Duque de Luxemburgo.

Brasília, 2 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE

# EXPEDIENTE

## DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

## ASSINATURAS

### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 50,
Ano .....	Cr\$ 96
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 135

### FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre .....	Cr\$ 89,
Ano .....	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano .....	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

## COMISSÃO MISTA

Incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara número 38, de 1963 (PLC nº 2.704-B, de 1961, na Câmara), que "regula as atividades dos representantes comerciais autônomos".

1ª REUNIAO, DE INSTALAÇÃO  
REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1965

As quinze horas do dia dois de setembro de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Eugênio Barros, Martins Júnior e Pedro Carneiro e os Senhores Deputados Celestino Filho, Floriceno Paixão e Flores Soares, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1963 (PLC nº 2.704-B, de 1961, na Câmara), que "regula as atividades dos representantes comerciais autônomos".

Em obediência ao preceito Regimento, assume a Presidência o Senhor Deputado Celestino Filho que, declarando instalada a Comissão Mista, determina seja procedida a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, através de escrutínio secreto por cédulas uninominais, previsto no artigo 81 do Regimento Interno, para tanto designando Escrutinador o Senhor Deputado Floriceno Paixão.

Concluída a votação, apura-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Flores Soares — 5 votos.

Senador Eugênio Barros — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Senador Eugênio Barros — 5 vo-

Deputado Floriceno Paixão — 1 voto.

O Sr. Presidente, após agradecer a seus pares a sua eleição, designa o Senhor Senador Pedro Carneiro, Relator da matéria precípua da Comissão Mista.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mário Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

2ª REUNIAO, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 1965

As quinze horas do dia três de setembro de mil novecentos e sessenta e cinco, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Deputado Flores Soares, Presidente, e presentes os Senhores Senadores Eugênio Barros, Martins Júnior e Pedro Carneiro e os Senhores Deputados Celestino Filho e Floriceno Paixão, reúne-se a Comissão Mista incumbida de apreciar o Veto Total do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1963 (PLC nº 2.704-B, de 1961, na Câmara), que "regula as atividades dos representantes comerciais autônomos".

Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Pedro Carneiro que, na qualidade de Relator, tece considerações consubstanciadas em Relatório circunstanciando a origem e tramitação da matéria nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como as razões nas quais se fundamentou o Sr. Presidente da República para o uso de sua atribuições Constitucionais, após seu veto ao processo em tela.

Em discussão, não havendo quem mais deseje fazer uso da palavra, o Sr. Presidente determina seja adotado o Relatório.

E, nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Mario Nelson Duarte, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## RELATÓRIO

Nº 82, de 1965

Da Comissão Mista encarregada de relatar o veto total ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1963 (número 2.704-B-61, na Câmara), que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

Relator Sr. Pedro Carneiro

Pela Mensagem nº 611, de 17 de agosto do ano em curso, o Sr. Presidente da República comunicou que, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, negou sanção ao Projeto de Lei da Câmara número 2.704-B-61 (no Senado nº 38-63) que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

## ORIGEM DO PROJETO

O Projeto é de autoria do Deputado Barbosa Lima Sobrinho, que o fundamentou em longa justificativa, tendo afirmado que a Lei nº 3.207 de 18.6.57, que regulamentou as atividades dos Empregados Vendedores, Viajantes ou Praticistas, não amparou legalmente as atividades dos representantes comerciais autônomos.

Em consequência, continua o ilustre autor da proposição, "haverá a tendência para aumentar os quadros da classe não protegida, organizando o serviço de representação menos com os empregados vendedores do que com os representantes autônomos".

O projeto vetado, que foi calçado em dois projetos já existentes na Câmara, conforme declara seu au-

tor, visa a completar a eficácia da referida Lei nº 3.207, regulamentando, também, as atividades dos representantes comerciais autônomos, que "se diferenciam dos viajantes empregados, apenas no grau aparente de dependência em face da empresa".

## TRAMITAÇÃO

O projeto, que recebeu, na Câmara dos Deputados, pareceres favoráveis com emendas, respectivamente, das Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e de Economia, foi aprovado, com rejeição dessas emendas se enviado ao Senado.

Nesta Casa do Congresso, a Comissão de Legislação Social aprovou a proposição, na forma de uma emenda substitutiva, que foi, também, aprovada pela Comissão de Economia.

Fazendo reparos, ainda que reconhecendo os méritos do trabalho apresentado pela Comissão de Legislação Social, "por imperativo da ordenação que imprimiu a diversos dispositivos", a Comissão de Constituição e Justiça apresentou uma segunda emenda substitutiva.

Ainda esta Comissão rejeitou as 10 emendas de plenário, manifestando-se, também, neste sentido, a Comissão de Legislação Social.

Já a Comissão de Economia, em seu segundo pronunciamento, opinou pela rejeição do projeto e das emendas, por considerá-los nocivos aos interesses nacionais. Por fim, nos termos do art. 235-A, § 2º, do Regimento Interno, o Senado aprovou, definitivamente, o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, o qual passou a constituir o texto final do projeto vetado.

## O VETO E SUAS RAZÕES

Por considerá-lo contrário aos interesses nacionais, o Sr. Presidente da República vetou totalmente o projeto, apresentando, como justificativa de sua decisão os seguintes motivos:

"O Projeto em exame, além de representar uma orientação estatizante, traduzida na intervenção governamental em uma atividade comercial estritamente privada, qual seja a representação comercial, que deve ser livremente regulada mediante contrato entre as partes, estabelece em favor de um determinado grupo privilégios injustificáveis.

O representante comercial exerce, na realidade, um mandato mercantil disciplinado pelo código comercial.

O projeto procura, porém, transformar a relação jurídica entre representante e representado em uma locação de serviço, apenas para o fim de estender ao representante as vantagens e garantias que a legislação do trabalho assegura ao empregado assalariado. A equiparação é, todavia, incabível, não só por não existir, no caso, qualquer relação de emprego, dependência econômica ou subordinação hierárquica, como porque, como o reconhece o projeto em seu artigo 17, a representação comercial pode ser e é comumente exercida por pessoas jurídicas. Ora, seria um contrassenso falar em relação de emprego entre duas pessoas jurídicas.

Entre os privilégios que o projeto assegura ao representante comercial cabe assinalar, em primeiro lugar, a exclusividade de zona estabelecida no artigo 3º e a vedação da nomeação de novos representantes para a mesma zona. Pretende-se, portanto, proibir que empresas privadas exerçam o direito elementar de escolher para uma determinada zona mais de um representante, de acordo com o volume e a natureza de seus negócios. Todavia, permite-se no § 3º do referido artigo 3º que o representante comercial exerça sua atividade para mais de uma empresa.

O artigo 9º do projeto garante ao representante comercial a percepção da comissão, mediante a simples aceitação pelas partes das condições por ele negociadas, mesmo que por qualquer motivo o negócio não ve-

nha afinal a se concretizar. Assegura ainda a percepção dessa comissão mesmo quando se verifica aceitação tácita, presumida através de transcurso dos prazos previstos no projeto. Assegura, ainda o projeto ao representante comercial outros privilégios injustificáveis, tais como:

- a) percepção de comissão sobre todos os negócios concluídos na sua zona, mesmo no caso de vendas levadas a efeito diretamente pelas empresas representadas (artigo 10);
- b) indenização em caso de rescisão do contrato de representação comercial (artigo 11);
- c) habilitação como credor privilegiado no caso de falência (artigo 16).

Estabelece além disso o projeto um verdadeiro monopólio em favor dos atuais representantes, os quais, assegurados o registro nos Conselhos Regionais dos representantes comerciais independentemente das exigências e formalidades previstas na lei, passarão imediatamente a desfrutar dos privilégios e vantagens nela estatuídos.

Em conclusão, trata-se de um projeto estatizante, que cria privilégios injustificáveis, desestimula a concorrência no setor comercial, em que a mesma é vital em benefício do consumidor, e cria para a economia nacional ônus e embaraços que, fatalmente, irão refletir-se na elevação dos custos das mercadorias e serviços e, conseqüentemente, de seus preços".

## CONCLUSÃO

O veto, aposto em prazo útil, teve a fundamentação-lhe motivo previsto na Constituição Federal (art. 70, § 1º), estando o Congresso em condições de apreciá-lo, em face do presente Relatório.

Sala das Comissões, em 3 de setembro de 1965. Flores Soares, Presidente — Pedro Carneiro, Relator — Eugênio Barros — Martins Júnior — Celestino Filho — Floriceno Paizão.

## ATA DA 134ª SESSÃO, EM 3 DE SETEMBRO DE 1965

## 3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

## PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Goldwasser Santos  
Oscar Passos  
Vivaldo Lima  
Edmundo Levi  
Pedro Carneiro  
Siegfredo Pacheco  
Menezes Pimentel  
Wilson Gonçalves  
Pessoa de Queiroz  
Ermiro de Moraes  
Silvestre Péricles  
Heribaldo Vieira  
Aloysio de Carvalho  
Paulo Barros  
Afonso Arinos  
Aurélio Vianna  
Gastão Müller  
Celso Branco  
Atílio Fontana  
Guido Mondin  
Daniel Krieger (21).

## O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 21

## SENADO FEDERAL

Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

## EXPEDIENTE

## RESPOSTA A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Aviso nº 173-AP-Br., de 27 de agosto, do Sr. Ministro da Agricultura, com referência ao Projeto de Lei do Senado nº 78-64, que autoriza o Poder Executivo a vender, aos seus ocupantes, casas da Universidade Rural, situadas no km. 47, com empréstimo do produto das vendas na construção de novas moradias.

Ofício nº 173-AP-Br., de 27 de agosto, do Sr. Ministro da Agricultura, transmitindo os esclarecimentos solicitados, através do ofício número 76-CF-65, de 8 de maio de 1965, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 78, de 1964.

## PARECERES

## PARECER

Nº 1.061, de 1965

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 165-65 que abre, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000.000 (dois bilhões e quin-

hentos milhões de cruzeiros), destinado ao combate à malária. Relator: Sr. Siegfredo Pacheco.

O presente projeto, oriundo do Poder Executivo, visa a autorizar a abertura, através do Ministério da Saúde, do crédito especial de Cr\$ 2,5 bilhões, com vigência por dois exercícios, destinado ao combate à malária na região dos vales dos Rios Araguaia, Tocantins, e da estrada Belém-Brasília, a cargo da Campanha de Erradicação da Malária.

A Mensagem que acompanha a proposição esclarece que, "se concedido o mencionado crédito, estaria a Campanha de Erradicação da Malária em melhores condições de executar o seu programa, o que ensejaria maior remessa de recursos vinculados ao Convênio firmado com a USAID no valor de US\$ 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil dólares), dos quais ela recebeu US\$ 1.086.102 (um milhão, oitenta e seis mil, cento e dois dólares) por lhe ter falhado capacidade financeira para manter a estrutura administrativa prevista no referido Convênio".

Em razão, pois, do projeto atender a motivos relevantes, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 1º de setembro de 1965. — José Ermário, Presidente. — Siegfredo Pacheco, Relator. — Mem de Sá — Aurélio Vianna. — Adolpho Franco. — Eugênio Barros. — Oscar Passos. — Atílio Fontana. — Wilson Gonçalves.

## PARECER

Nº 1.062, de 1965

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 1965 (nº 3.079-B-65 na Câmara) que prorroga o prazo estabelecido na Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954, que concedeu financiamento para operações imobiliárias através da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval.

Relator: Sr. Senador Mem de Sá

O Sr. Presidente da República, pela Mensagem nº 483, de 1965, encaminhou à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 4º do Ato Institucional, de 1964, projeto de lei prorrogando, até 30 de junho de 1970, o prazo estabelecido no artigo 2º da Lei nº 2.341, de 22 de novembro de 1954.

3. Em sua Exposição de Motivos sobre a matéria, o Sr. Ministro da Marinha esclarece que a Lei nº 2.341, de 1954, concedeu "financiamento para operações imobiliárias aos sócios do Clube Naval através de sua Carteira Hipotecária e Imobiliária", tendo sido o prazo estabelecido no artigo 2º da referida lei, para o início da amortização do empréstimo, prorrogado até 30 de junho de 1965, pelo Decreto número 1.173, de 1962, em face das razões então apresentadas ao Governo.

Diz, ainda, no mencionado documento, subexistirem até hoje as mesmas razões que justificaram a primeira prorrogação. Sallenta, também, que a importância recebida pouco representa atualmente, embora muito tenha

servido aos fins sociais a que se destinou. Afirma que o início da amortização em junho do corrente ano paralisará as operações de financiamento de casa própria, com prejuízo para os 1.500 sócios do Clube Naval que ainda não foram atendidos.

A mesma Exposição de Motivos ressalta, por outro lado, que:

"No momento está sendo estudado o plano a ser executado com recursos do Banco Nacional de Habitação que, se aprovado, permitirá à Carteira Imobiliária atender à pretensão dos sócios e iniciar o resgate de empréstimo sem prejuízo das suas atividades de caráter eminentemente social."

3. O projeto foi estudado pelas Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e Finanças da Câmara dos Deputados, que opinaram pela sua aprovação, por considerá-lo justo e correto.

4. Conforme se vê, a providência solicitada foi plena e amplamente justificada pelo Sr. Ministro da Marinha, que salientou, inclusive, o seu aspecto social e a sua pouca repercussão financeira.

5. Diante do exposto e tendo em vista que o Governo, que é responsável pela política financeira do país e a tem orientado no sentido de uma maior contenção de despesas, visando à estabilização do custo de vida, concordou com a prorrogação do prazo pedida pelo Clube Naval através do Ministro da Marinha, a Comissão de Finanças opina pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 1 de setembro de 1965. — José Ermirio, Presidente. — Mem de Sá, Relator. — Atílio Fontana. — Sigefredo Pacheco. — Adolpho Franco. — Wilson Gonçalves. — Eugênio Barros. — Aurélio Vianna. — Oscar Passos.

## PARECERES

### Ns. 1.063 e 1.064, de 1965

PARECER Nº 1.063, DE 1965

#### RELATORIO

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1965 (nº 1.918-B-64 na Câmara), que dispõe sobre a entrega das cotas dos impostos de renda e de consumo aos Municípios, nos termos da Emenda Constitucional nº 5, de 1961, e dá outras providências.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar

O projeto de lei da Câmara número 127-65 tem por objetivo disciplinar o pagamento das cotas devidas pela União aos Municípios, nos termos da Emenda Constitucional nº 5, de 1961.

A proposição resultou de Mensagem do Poder Executivo, de 24 de março de 1964, com ratificação posterior do atual Governo, de acordo com informações prestadas pelo Sr. Ministro da Fazenda, por solicitação da douta Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (Ofício nº 1.140, de 12-6-64; Aviso nº GB 222, de 6-10-1964).

As Comissões de Justiça, Economia e Finanças da Câmara opinaram pela aprovação do projeto, sem divergência, sendo a proposição aprovada em plenário, sem emendas, em a sessão de 16 de junho de 1965.

A douta Comissão de Finanças do Senado opinou pela aprovação do projeto, oferecendo emenda ao art. 11, eis que, como está redigido, a lei porventura aprovada entraria em vigor a 1º de janeiro de 1964 (Emenda número 1- CF).

Na oportunidade da discussão, o Senador Heribaldo Vieira apresentou emenda ao § 3º do art. 6º, visando a distribuição das cotas retidas, por inadiplência de requisito essencial, en-

tre todos os Municípios, em vez do retorno da quantia ao Tesouro Nacional.

## II — PARECER

1. A proposição se ajusta à determinação contida na Emenda Constitucional nº 5, contendo normas que disciplinarão o pagamento das cotas resultantes da arrecadação dos impostos de renda e de consumo, assegurando, ainda, aos Municípios beneficiários garantias especiais e privilégios de garantia mututária, por antecipação de receita, além da obrigatoriedade da consignação de crédito específico no Orçamento da República, anualmente, para o pagamento imposto pela lei maior, registro automático pelo Tribunal de Contas do crédito e sua distribuição imediata ao Tesouro Nacional, devendo o pagamento ser efetuado no terceiro (imposto de renda e proventos de qualquer natureza — 15%) e quarto (consumo de mercadorias — 10%) trimestre de cada ano.

O pagamento determinado deverá ser atencioso de uma só vez, durante o terceiro e quarto trimestre de cada ano, consoante fixar a Emenda Constitucional nº 5, cuja remissão se atendeu no projeto (art. 1º).

A habilitação ao recebimento das cotas é precisamente considerado em favor dos Municípios existentes e os novos criados e instalados, nos termos do art. 28 da Constituição Federal (art. 3º).

Dispõe o art. 8º que os Municípios poderão oferecer e dar em garantia de empréstimo as cotas futuras dos impostos de renda e consumo, mediante apresentação de planos de aplicação dos recursos solicitados às agências do Banco do Brasil S. A., Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste do Brasil e às Caixas Econômicas Federais, e destinados à realização de obras públicas, aquisição de veículos e equipamentos, assim como de implementos agrícolas de qualquer natureza.

A concessão dos empréstimos previstos na norma só poderá ser outorgada mediante prévia autorização da Câmara Municipal, podendo o Município, por seu representante legal, outorgar poderes irrevogáveis à entidade financiadora para o recebimento das cotas futuras.

São revogadas, afinal, as leis números 305, de 18 de julho de 1948; 1.393, de 12 de julho de 1951; 2.572, de 13 de agosto de 1955; e 3.570, de 20 de junho de 1959 (art. 12).

A proposição em exame não enfrenta ou colide com qualquer norma jurídica ou preceito constitucional.

2. As emendas oferecidas ao projeto poderão ser aprovadas, com as seguintes sub-emendas:

Sub-emenda à Emenda nº 1 CF

Redija-se o art. 11 nestes termos:

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Os propósitos da emenda da Comissão são relevantes e procedentes. Mas não conviria retardar a vigência de lei, que, entrando na data da sua publicação, assegura imediata aplicação das suas normas, ficando aquelas que dependam do decurso do tempo ou de implemento de qualquer condição para execução oportuna, desde que não prejudicarem os Municípios e a União.

Subemenda à Emenda nº 2

O § 3º do art. 6º terá a seguinte redação:

§ 3º A cota que não for entregue, por inadimplemento de requisito especial, será distribuída, em partes iguais, aos Municípios do Estado em que estiver situado o anterior beneficiário, decorridos cinco (5) anos da data do depósito.

O projeto considera realizada a despesa com o depósito de quantia na Agência do Banco do Brasil S. A. (artigo 6º, § 1º), além de resultar de cumprimento de obrigação constitu-

cional, em decorrência de partilha tributária que o preceito maior assegura (art. 15, II e IV; Emenda Constitucional nº 5).

A quantia que não tenha sido paga não pode reverter à União, mas deve ser distribuída entre aqueles Municípios, que, em virtude da divisão prevista, tiveram suas cotas reduzidas para beneficiar o inadimplemento. Porém, estender a distribuição a todos seria tornar inócua e injusta a medida, desde que pela divisão adotada na emenda o recurso financeiro seria pulverizado e a região que anteriormente se beneficiaria nada iria auferir com partilha do recurso retido.

Assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do projeto, com as subemendas que oferece.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Jefferson de Aguiar, Relator. — Wilson Gonçalves. — Menezes Pimentel. — Josaphat Marinho. — Aloysio de Carvalho, vencido quanto à subemenda à emenda nº 2. — Heribaldo Vieira, vencido quanto à subemenda à emenda nº 2.

### PARECER Nº 1.064, DE 1964

Da Comissão de Finanças ao projeto de lei da Câmara nº 127, de 1965, que dispõe sobre a entrega das cotas dos impostos de renda e de consumo aos Municípios, nos termos da Emenda Constitucional nº 5, de 1961 e dá outras providências.

Relator: Sr. Mem de Sá.

Volta este projeto à Comissão, por lhe haver sido apresentada emenda em plenário, de autoria do eminente Senador Heribaldo Vieira.

O ilustre representante sergipano propõe a seguinte redação para o parágrafo 3º do art. 6º da proposição:

§ 3º A cota que não for entregue, por inadimplemento de requisito essencial, será distribuída equitativamente entre todos os Municípios, decorridos cinco anos da data do depósito.

Nos termos atuais do projeto, a cota não entregue aos municípios por inadimplemento de requisito essencial, reverte à União. Justifica o autor a emenda com o argumento de que o retorno da cota à União representa uma espoliação dos municípios, que ofende o espírito e a letra da Constituição.

Indo à douta Comissão de Constituição e Justiça, o ilustre relator, Senador Jefferson de Aguiar, manifestando-se favorável à emenda, lhe ofereceu subemenda, consoante a qual, "a cota que não for entregue, por inadimplemento de requisito essencial, será distribuída, em partes iguais, aos Municípios do Estado em que estiver situado o anterior beneficiário, decorridos cinco anos da data do depósito".

Como se vê, a diferença entre a emenda e a subemenda consiste em que aquela determina que a cota não entregue seja distribuída, equitativamente, entre todos os Municípios (naturalmente, do Brasil), enquanto esta estipula que o rateio da cota não entregue seja feita, em partes iguais, apenas entre as comunas do Estado a que pertença o município anteriormente beneficiário dela.

A Comissão de Finanças entende que as proposições são dignas de acolhida, pois o preceituado no parágrafo 3º do art. 6º do projeto não somente pode ser acobimado de inconstitucional, como é, certamente, inócuo. As cotas, nas percentagens estabelecidas pela Constituição, pertencem, de pleno direito, aos municípios e não devem, portanto, retornar ou reverter à União.

Ambas as propostas apresentadas corrigem o projeto. A Comissão de

Constituição e Justiça afigura-se mais objetiva, de mais fácil aplicação e mais justa. A do Senador Heribaldo Vieira, em seu modo de pensar, de que com partilha o eminente Senador Aloysio de Carvalho Filho — tendo sido ambos votos vencidos — tem a virtude de se harmonizar mais perfeitamente com os termos da Carta de 1946 que, em seu art. 15, § 4º determina: "A União entregará aos Municípios, etc."... A Emenda Constitucional nº 5, de 1961, manteve a mesma redação ao começo do § 4º e, acrescentando ao art. 15, novo parágrafo, a este deu idêntica redação inicial: "A União entregará igualmente aos Municípios", etc...

A maioria da Comissão de Constituição e Justiça, entretanto, não considerou inconstitucional a subemenda oferecida pelo nobre Relator, tornando-a sua.

Nada lhe pode, portanto, objetar a Comissão de Finanças.

Também não pronuncia contrária à subemenda que a douta Comissão de Constituição e Justiça propõe à Emenda nº 1 CF. Teve esta por fim corrigir o artigo 11 do projeto, que mandava a lei entrar em vigor em 1º de janeiro de 1964. A emenda desta Comissão determina que a lei entre em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação.

A subemenda diz que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nada a objetar.

Sala das Comissões, em 1 de setembro de 1965. — José Ermirio, Presidente. — Mem de Sá, Relator. — Atílio Fontana. — Oscar Passos. — Wilson Gonçalves. — Sigefredo Pacheco. — Eugênio Barros. — Adolpho Franco. — Aurélio Vianna.

## PARECER

### Nº 1.065, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao projeto de lei do Senado nº 68, de 1964, que regula a cobrança do imposto de vendas e consignações.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

O projeto nº 68, de 1964, regula a cobrança do imposto de vendas e consignações, visando a alterar a lei nº 4.229, de 23 de dezembro de 1963.

Ocorre, porém, que está em curso na Câmara dos Deputados, devendo vir ao Senado o projeto nº 3.038, de 1965, de iniciativa do Poder Executivo, destinado, exatamente, a dar nova disciplina à matéria.

Assim, parece-nos que o projeto — que foi originariamente distribuído ao nobre Senador Eurico Rezende — deve ser anexado ao que virá da outra Casa do Congresso, procedendo-se a um só exame do assunto.

E' o que propomos.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Edmundo Levi. — Heribaldo Vieira. — Aloysio de Carvalho, de acordo com a presidência sugerida em embargo da inconstitucionalidade da matéria, por iniciativa do Senado. — Menezes Pimentel. — Wilson Gonçalves. — Jefferson de Aguiar.

## PARECER

### Nº 1.066, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto de lei da Câmara nº 142-64, que institui seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo.

Relator: Sr. Edmundo Levi.

Projeto de autoria do Dep. Eurico Rezende, de março de 1964, aprovado



"instituir o seguro obrigatório contra acidentes com passageiros de veículos rodoviários de transporte coletivo". Na casa de origem, onde recebeu emendas supressivas e aditivas, tomou o nº 2.408-57, indicando-se no Senado pelo nº 142-64. Resume-se no seguinte:

1.º) indenização a passageiros que sofrerem acidentes de viagem, à base do maior salário mínimo vigente no País, em virtude de morte ou invalidez definitiva. Redução da capacidade de trabalho, hospitalização e incapacidade consequente de desastre;

2.º) seguro das bagagens calculado sobre o valor declarado pelo passageiro;

3.º) concessão de passagem, para os efeitos da lei;

4.º) instituição de selo-moção para emissão de passagens;

5.º) contratação da cobertura dos riscos com companhia seguradora devidamente autorizada a operar no ramo;

6.º) inclusão, "das tarifas de passagens e nos fretes cobrados por excesso de bagagens", do "valor dos prêmios a serem pagos às companhias seguradoras";

7.º) indicação dos veículos automotores que devem ser considerados de transporte rodoviário de passageiros e, finalmente,

8.º) isenção de qualquer responsabilidade civil do transportador e renúncia antecipada do passageiro, por si e seus herdeiros, "a quaisquer outras indenizações", que não as substituídas no item 1.º.

2. Como se verifica do resumo, vários são os aspectos oferecidos pelo projeto. Alguns deles, porém, dizem respeito à conveniência da adoção das medidas e critérios preconizados, cuja apreciação segundo julgamos, escapa a este órgão. A base do valor das indenizações, o sistema de bilhetes de passagem, as espécies de veículos que devem ser considerados "de transporte rodoviário de passageiros" constituem, de certo, questões de mérito específico, que fogem, conforme entendemos, ao controle desta Comissão. Já o mesmo não ocorre, entretanto, com o art. 7.º que melhor elucidada e entendimento do que expressa, transcrevemos *ipsis litteris*:

"Art. 7.º Os passageiros portadores de passagens quando acidentados, serão indenizados nos exatos limites da soma que lhes competir pelo art. 1.º, da presente lei, isentando completamente o transportador de toda responsabilidade civil presente ou futura e renunciando antecipadamente por si mesmos ou por seus herdeiros a quaisquer outras indenizações".

3. Parece que o dispositivo transcreve de injurídico para qualificar-se como inconstitucional.

Com efeito, se acolhida a norma haverá, não por estipulação contratual mas por imposição legal, isenção prévia da responsabilidade civil do transportador. Entretanto, como acentua o eminente Desembargador Vieira Ferreira, na sua excelente monografia "Da Responsabilidade Civil em Acidentes de Automóvel":

"Não há no Código Civil nenhum artigo destinado a permitir estipular-se nos contratos a irresponsabilidade nos casos de negligência por falta de diligência ou culpa do devedor; mas, em princípio, tais estipulações são lícitas, desde que não comprometam a ordem pública, a segurança das pessoas nem ofendam os bons costumes, porque se reduzem afinal a convenções entre os contratantes e o devedor não fica obrigado ao incômodo de

certa preocupação com possíveis obstáculos ao cumprimento do ajuste". (pág. 53).

Mas a fórmula proposta, como se vê, nem ao menos cuida de permitir ou facultar a estipulação da cláusula de isenção em contrato de transporte; impõe-na como condição legal da prestação do serviço, tentando retirar ao Poder Judiciário a apreciação de possíveis lesões de direito em contumelioso desrespeito ao estatuído no art. 141, § 4.º da Lei Maior.

4. Outra ocorrência inaceitável no dispositivo: imposição de renúncia.

Ora, "renúncia" — ensina Clóris — "é um ato jurídico pelo qual o titular de um direito dele se despoja". É ato de vontade. E o abandonado voluntário de um direito. E se tal ato se opera sob coação, padecendo de vício que o torna anulável. A lei não pode, pois, sob pena de incorrer em injuridicidade, impor que um contrato se celebre ou se forme sob a condição de que uma das partes renuncie "antecipadamente" a qualquer reparação civil pela ocorrência de ilícito. Haverá aí coação paradoxalmente legal. Daí poder dizer-se que o dispositivo, cuja inconstitucionalidade já se demonstrou, vem canalizado de injuridicidade.

5. Fo. último, julgamos que o art. 8.º merece reparo quanto à técnica. Confira-se pela sua transcrição:

"Art. 8.º O valor dos prêmios a serem pagos às companhias seguradoras nas bases descritas nas disposições acima, serão incluídas nas tarifas das passagens e nos fretes cobrados por excesso de bagagens, quando ocorrer". (é nosso o grifo).

Aflora se nos perfeitamente dispensáveis, sem prejuízo para a compreensão, as expressões "nas bases descritas nas disposições acima", que ficariam muito bem numa exposição de motivos.

Em semelhante inconveniência incorre o parágrafo único do art. 2.º no seguinte passo: "previstos nas letras anteriores".

Dir-se-ia, talvez, que os excertos apontados devem constituir objeto de estudos de redação, mormente tendo em vista o disposto no artigo 99, § 2.º, do Regimento Interno do Senado; mas, se o conceito de técnica legislativa abrange, entre outros aspectos, a precisão dos termos e, tanto quanto possível, a apresentação esmerada do texto legal, não nos parecem despropositadas as observações aqui feitas. Daí porque propomos as seguintes emendas supressivas:

Emenda nº CCJ — 1

Suprima-se o art. 7.º.

Emenda nº CCJ — 2

No parágrafo único do artigo 2.º, substitua-se o texto: "previstos nas letras anteriores".

Emenda nº CCJ — 3

Suprimam-se no art. 8.º as expressões — "nas bases descritas nas disposições acima".

6. Por fim, cabe dizer que a proposição trata de assunto de alta relevância que merece cuidadoso estudo do órgão governamental incumbido de fiscalizar e orientar os seguros privados no País. Infelizmente, tal não ocorreu. Mas o projeto, no que concerne a esta Comissão, com as ressalvas feitas, pode ser aprovado.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1965. — *Alonso Arroz*, Presidente. — *Edmundo Levi*, Relator. — *Horácio Vitor*. — *Mello Braga*. — *Osvaldo Passos*. — *Josephat Marinho*. — *Marcelo Pinheiro*.

## PARECER

Nº 1.067, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício de 15 de maio de 1959, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, enviando cópia de acordo de julgamento da Representação nº 269, da Bahia, julgada a 26 de outubro de 1956 (Inconstitucionalidade das leis baianas nºs 514, de 6 de março de 1953; 503, de 29 de novembro de 1952 e 506, de 6 de março de 1955). Ofício nº 333-P de 1959 (2.º).

Relator: Sr. Edmundo Levi.

O processo tem sua origem no expediente com que o Egregio Supremo Tribunal Federal transmitiu ao Senado "cópias de acórdãos... que declararam diversas inconstitucionalidades" de leis, entre as quais figuram as do Estado da Bahia.

2. Em resolução de 10 de novembro do ano passado, esta Comissão aprovou projeto de resolução cujo artigo 1.º declara que "fica suspensa a execução das Leis nºs 504, de 6 de março de 1953; 503, de 29 de novembro de 1952; e 506, de 6 de março de 1955", que criaram os Municípios de Potiragua, Fátima e Igaporá no referido Estado.

3. Na Comissão de Redação, o eminente Relator Senador Josephat Marinho verificou a ocorrência de desacordo relativamente ao número e a data da Lei que criou o Município de Igaporá; é o instrumento citado sob os nºs 506, 504 e 505, mantendo-se-lhe, também, três datas: 29 de novembro de 1952, 6 de março de 1953 e 6 de março de 1955.

4. Solicitamos esclarecimentos ao Excmo. Sr. Presidente do Excmo. Poder Judiciário, "a fim de que o Senado possa praticar com segurança o ato previsto no artigo 84 da Constituição". S. Ex.ª, em ofício nº 34-P, de 12 de março último, informou que, no julgamento da Representação nº 266, do Estado da Bahia, acordou a Alta Corte, "foi pela inconstitucionalidade da Lei nº 506, de 29 de maio de 1953, que cria o município de Igaporá", acrescentando que "foram julgadas, também, inconstitucionais as Leis estaduais números 503, de 29 de novembro de 1952 e 514, de 6 de março de 1953, que criavam, respectivamente, os municípios de Fátima e Potiragua".

5. Quando esta Comissão examinava o assunto em decorrência da provocação da Comissão de Redação, o ilustre Senador Josephat Marinho exibiu cópias autenticadas das Leis nºs 1.013, 1.014 e 1.030, todas de 1958, do Estado da Bahia que, dispostas novamente sobre a matéria versada nos diplomas anteriores, estabeleceram os Municípios de Fátima, Potiragua e Igaporá. E assim, os diplomas anteriores, declarados inconstitucionais deixaram de existir também formalmente, eis que foram revogados porque as posteriores regulamentaram integralmente a matéria de que tratavam. Daí porque nos parece que a única providência já agora possível será o arquivamento da representação que ensejou este processoado. É o que propomos.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1965. — *Alonso Arroz*, Presidente. — *Edmundo Levi*, Relator. — *Horácio Vitor*. — *Mello Braga*. — *Osvaldo Passos*. — *Josephat Marinho*. — *Marcelo Pinheiro*.

## PARECER

Nº 1.068, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, do Ofício nº 837-P (2) do Supremo Tribunal Federal, relativo à declaração de inconstitucionalidade do imposto de exploração agrícola e industrial no Estado de Minas Gerais.

Relator: Sr. Josephat Marinho.

1 — Oferecendo parecer preliminar a este processo, observamos:

"Pelo ofício nº 837-P, de 25 de setembro de 1959, o Presidente do Supremo Tribunal Federal enviou ao Senado Federal cópias de várias decisões, inclusive da que declarou inconstitucional o imposto de exploração agrícola e industrial, no Estado de Minas Gerais.

O acórdão, anexo ao recurso extraordinário nº 17.422, não menciona a lei que instituiu o tributo, talvez por tratar-se de imposto antigo e já examinado em decisões anteriores.

Além disso, em uma das decisões que a decisão foi "a unanimidade", não há indicação dos Ministros que compareceram limitando-se o texto conclusivo à ata a esclarecer que esteve "ausente, por motivo justificado, o Senhor Ministro Barros Barreto".

Nestas condições, para que o Senado possa cumprir sua tarefa, na forma do artigo 84 e observado o disposto no artigo 200 da Constituição, impõe-se que sejam solicitados esclarecimentos ao egrégio Supremo Tribunal Federal sobre:

a) a lei estadual cuja vigência foi discutida e condenada;

b) o número dos Ministros participantes do julgamento.

Esses dados destinam-se a completar o processo, do modo que se evite ou sane dúvida na apreciação da matéria pelo Senado".

Relator: Sr. Josephat Marinho.

2 — Adotado o parecer e solicitados os dados, o Presidente do Supremo Tribunal Federal acaba de esclarecer, por ofício de 20 de agosto último, que:

"a) A lei estadual cuja validade se discutiu foi o Decreto estadual nº 1.073, de 31 de agosto de 1944, do Estado de Minas Gerais, como se vê do Recurso Extraordinário nº 19.151 (1952), D. J. 22 de agosto de 1955, p. 2.831, referido ao voto do Senhor Ministro Relator, tendo sido declarado inconstitucional o imposto de exploração agrícola e industrial, por ele criado.

b) O referido recurso foi julgado em sessão de 18 de maio de 1955, pelo Pleno do Supremo, com a seguinte composição: Ministros José Linhares (Presidente), Otávio Nogueira, Egidio Costa, Lafayette de Andrada, Ribeiro da Costa, Humberto de Azevedo, Luiz Gallotti, Rocha Lima, Mario Guimarães e Nelson Hungria. A decisão foi unânime".

3 — Semanas, como esta, as dúvidas e sendo caso de aplicar-se a providência prevista no artigo 64 da Constituição Federal propomos o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33, DE 1965

Art. 1.º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, a Lei de 14 de maio de 1953, nº 506, que instituiu o imposto de exploração agrícola e industrial, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 1º de setembro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Heribaldo Vieira. — Oscar Passos. — Menezes Pimentel. — Edmundo Levi. — Wilson Gonçalves.

## PARECER

Nº 1.069, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, do Ofício nº 228-P, do Supremo Tribunal Federal, relativo à decisão que declarou inconstitucional a taxa dos magistrados, cobrada pelo Estado de Minas Gerais.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

Através do Ofício nº 228-P, de 30 de maio de 1958, o Supremo Tribunal Federal remeteu ao Senado cópias de várias decisões, inclusive do acórdão que, no Recurso Extraordinário número 18.116, declarou inconstitucional a taxa de previdência sobre os vencimentos dos magistrados, cobrada pelo Estado de Minas Gerais.

Segundo o acórdão, foi julgada procedente a "arguição de inconstitucionalidade", sem ser mencionado o texto fulminado pela decisão. Na parte remissiva à ata, consta que "decidiram, por maioria de votos, pela inconstitucionalidade da Lei".

Mas, nas notas taquigráficas que integram o acórdão, a discussão abrange o disposto no Decreto-Lei nº 1.416, de 24 de novembro de 1945, e no art. 122 da Constituição de 14 de julho de 1947.

A fim de evitar dúvida quanto ao alcance da decisão, em que se há de basear o ato suspensivo do Senado, sugerimos que seja solicitada a necessária elucidação ao egrégio Supremo Tribunal Federal sobre quais os dispositivos foram declarados inconstitucionais.

Sala das Comissões, em 7 de abril de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Wilson Gonçalves. — Edmundo Levi. — Heribaldo Vieira. — Menezes Pimentel.

## PARECER

Nº 1.70, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, do Ofício nº 228-P (I) do Supremo Tribunal Federal, relativo à decisão que declarou inconstitucional a taxa de previdência sobre os vencimentos dos magistrados, cobrada pelo Estado de Minas Gerais.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

No parecer preliminar que oferecemos a este processo, assinalamos:

"Através do Ofício nº 228-P, de 30 de maio de 1958, o Supremo Tribunal Federal remeteu ao Senado cópias de várias decisões, inclusive do acórdão que, no Recurso Extraordinário número 18.116, declarou inconstitucional a taxa de previdência sobre os vencimentos dos magistrados, cobrada pelo Estado de Minas Gerais.

Segundo o acórdão, foi julgada procedente a "arguição de inconstitucionalidade", sem ser mencionado o texto fulminado pela decisão. Na parte remissiva à ata, consta que "decidiram, por maioria de votos, pela inconstitucionalidade da Lei".

Mas, nas notas taquigráficas que integram o acórdão, a discussão abrange o disposto no Decreto-Lei nº 1.416, de 24 de novembro de 1945, e no art. 122 da Constituição de 14 de julho de 1947.

A fim de evitar dúvida quanto ao alcance da decisão, em que se há de basear o ato suspensivo do Senado,

sugerimos que seja solicitada a necessária elucidação ao egrégio Supremo Tribunal Federal sobre quais os dispositivos foram declarados inconstitucionais".

2. Aprovado o parecer, foram pedidos os esclarecimentos.

3. Agora, por Ofício de 17 de agosto último, o preclaro Presidente do Supremo Tribunal Federal responde "que a decisão proferida por esta Corte no julgamento do Recurso Extraordinário nº 18.116, de Minas Gerais, na sessão de 23 de junho de 1954, foi pela declaração de inconstitucionalidade de Decreto-Lei nº 1.416, de 25 de novembro de 1945, de Minas Gerais, na parte que determina a inscrição compulsória de magistrado como sócio de instituição de previdência social, por incompatibilidade com o disposto no art. 95, III, da Constituição Federal". E acrescenta a informação: "Em consequência, ficou interpretado o art. 122 da Constituição Estadual como não aplicável aos magistrados".

4. Assim, está elucidado que a declaração de inconstitucionalidade incide sobre o Decreto-Lei nº 1.416, de 1945, na parte que determina a inscrição compulsória de magistrado como sócio de instituição de previdência social.

O art. 122 da Constituição local foi apenas interpretado.

5. Isto posto, e decidida a matéria por maioria qualificada, como foi, é aplicável a medida prevista no art. 64 da Constituição Federal. Propomos, em suma, o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 91, DE 1965

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em sessão de 23 de junho de 1954, no Recurso Extraordinário nº 18.116, a vigência do Decreto-Lei nº 1.416, de 25 de novembro de 1945, do Estado de Minas Gerais, na parte que determina a inscrição compulsória de magistrado como sócio de instituição de previdência social.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 1º de setembro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Josaphat Marinho, Relator. — Wilson Gonçalves. — Edmundo Levi. — Menezes Pimentel. — Oscar Passos. — Heribaldo Vieira.

## O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Está finda a leitura do expediente. (Pausa.)

Para representar o Senado nas homenagens que serão tributadas, na cidade do Rio de Janeiro, à memória do Senador José Gomes Pinheiro Machado, ao ensejo do 50º aniversário de sua morte, a Presidência designa os Srs. Senadores José Guimard, Vasconcelos Torres e Daniel Krieger.

## O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa, ofício que vai ser lido.

É lido o seguinte:

## OFÍCIO

Brasília, 2 de setembro de 1965.

Exma. Sr. Presidente do Senado Federal:

Na conformidade do art. 33 do Regimento Interno, tenho a honra de comunicar a V. Exa. e à Casa que, na qualidade de integrante da Delegação do Senado Federal à 54ª Conferência da União Interparlamentar a se realizar em Ottawa, Canadá, me ausentarei do País por um período de aproximadamente trinta dias, a partir do dia seis do corrente mês de setembro.

Aproveito o ensejo para significar a V. Exa. a minha elevada estima e distinta consideração.

Saudações autênticas, — Wilson Gonçalves.

## O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Sr. Senador Júlio Leite, Presidente da Comissão Especial, constituída por iniciativa do Sr. Senador José Ermirio para estudar as causas do estado atual dos transportes marítimos e ferroviários em nosso País, propondo medidas tendentes a promover a sua recuperação, encaminha ofício à Mesa, que vai à publicação.

É o seguinte o ofício enviado à Mesa:

Of. nº CET-188-65.

Brasília, 2 de setembro de 1965.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência as conclusões da Comissão Especial, constituída por iniciativa do Senador José Ermirio de Moraes, para estudar as causas do estado atual dos transportes marítimos e ferroviários em nosso País e propor medidas tendentes a promover sua recuperação.

Os valiosos depoimentos de eminentes técnicos e autoridades ligadas ao problema e o notável esforço interpretativo dos ilustres relatores, Senadores Irineu Bornhausen e Atilio Fontana, evidenciam a importância e a atualidade do tema para o desenvolvimento nacional e para a integração territorial do País.

Possuindo 8,5 milhões de km² e mais de 9.887 milhas de costas, o Brasil necessita de uma eficiente rede de transportes. Todo sistema de comunicações, no entanto, significa algo mais do que a simples construção de novas vias de transporte; ele deve adequar-se à estrutura econômica do País, fomentando a distribuição geográfica racional dos mercados e centros de produção. As falhas fundamentais de nosso sistema — devidamente analisadas nos trabalhos da Comissão — embora conhecidas, são de difícil solução. O obsoleto, e as más condições técnicas das ferrovias e de seu equipamento, as deficiências da manutenção, a administração e a operação de estradas antiquadas e defeituosas, os problemas de pessoal são algumas dessas falhas no que diz respeito ao setor ferroviário. No setor do transporte marítimo e fluvial o problema torna-se ainda mais complexo pela ocorrência cumulativa das mesmas deficiências, aliadas à problemática operacional dos nossos portos, responsável pelo acentuado descenso de seu movimento, minuciosamente analisado pelo nobre Senador Irineu Bornhausen.

A eficiência de qualquer rede de transportes guarda uma relação muito íntima com os problemas do intercâmbio e do desenvolvimento do comércio exterior, que se torna tão mais importante quanto mais ativa é a industrialização das nações. As possibilidades de uma fase exportadora agressiva, e a própria integração intrazonal de que é uma tentativa da ALALC estão na dependência imediata de seu êxito. Não é sem fundadas razões que os problemas de transporte estão sendo objeto de crescentes preocupações dos organismos de desenvolvimento regional. Em 1964, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) concluíram um estudo conjunto sobre a situação dos transportes no Continente, como primeiro passo

para a próxima etapa, que é a de iniciar a exploração científica que esses problemas representam para a integração da América Latina.

A despeito de nossa situação, o Brasil ocupa ainda posição de relevo no Continente, tanto no que respeita às comunicações ferroviárias como marítimas, o que caracteriza a importância de nossos êxitos para a promoção do desenvolvimento regional. As deficiências apontadas na análise dos Relatores são, de resto, comuns aos demais países latino-americanos. Durante muito tempo, o déficit operacional das ferrovias na Argentina representou cerca de 10% dos gastos governamentais, enquanto no Brasil, entre 1959 e 1962 esse item foi responsável por 25% de nosso desequilíbrio orçamentário. Entre 1950 e 1960 o tráfego de carga ferroviário baixou de 65% para 52% na Argentina; de 45% para 24% no Brasil; de 38% para 25% na Colômbia; de 74% para 64% no Chile; de 45% para 26% na Costa Rica; de 61% para 50% em El Salvador, e de 82% para 53% no México. Os índices da densidade de tráfego rodoviário, no entanto, no mesmo período, subiram em todos esses países. De 35 para 48 na Argentina, de 55 para 76 no Brasil, de 62 para 75 na Colômbia, de 26 para 36 no Chile, de 55 para 74 em Costa Rica, de 39 para 80 em El Salvador e de 18 para 47 no México. Enquanto as extensões da via utilizável pelas ferrovias se mantiveram estáveis depois da Segunda Guerra Mundial, praticamente sem aumento (5%), o incremento da pavimentação de rodovias foi de 26% anuais entre 1955 e 1962 no Brasil, de 16,8% em onze anos, na Nicarágua, e de 16% durante doze anos consecutivos na Venezuela.

A rede ferroviária latino-americana é apenas 8% da mundial. Possuímos apenas 3,2% das rodovias mundiais de trânsito permanente. Enquanto a média mundial (excluída a Rússia e a China Continental) é de 130 km de rodovias, por 1.000 km² de superfície, com coeficientes de 128 km para a Ásia e Oriente Médio, 77 para a Oceania e de 26 para a África, o da América Latina é de apenas 21 km. Com relação ao número de habitantes, possuímos um coeficiente de 2 km por 1.000 habitantes, posição inferior à África, onde essa posição é de 3 km/1.000 habitantes, muito abaixo da Oceania ... (38,6) e apenas ligeiramente superior ao do superpovoado continente asiático, onde a média é de 1,9.

Apesar do inexpressivo incremento do setor ferroviário do pós-guerra, até 1963 tinham sido investidos na melhoria do sistema latino-americano quase 1,5 bilhões de dólares provenientes dos organismos internacionais de crédito, dos quais 559 milhões do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), 67,5 milhões da Associação Internacional de Fomento, 17,4 milhões do BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento) e 70,4 milhões do EXIMBANK (Banco de Exportação e Importação).

No setor marítimo, não é menor o nosso atraso. De 250 milhões de toneladas métricas movimentadas em 1962 no comércio internacional da América Latina somente (5,5%) 13,5 milhões de toneladas corresponderam ao intercâmbio recíproco. A frota brasileira de longo curso é menor do que a da Bélgica, e ainda como assinala o nobre Senador Irineu Bornhausen em seu relatório, incapaz até mesmo de transportar a metade do café que exportamos, ou do trigo que importamos e consumimos.

Esses dados, Senhor Presidente, resumidos dos relatórios elaborados pelos eminentes Senadores Irineu Bornhausen e Atilio Fontana deixam entrever a relevância de concentrarmos nossos esforços com o objetivo de levar a bom termo as medidas saneadoras que vêm sendo postas em prática pelo Poder Executivo, mas que necessitam consubstanciar-se, como oportunamente propõe o eminente relator da parte dos transportes marítimos, em um Plano de caráter permanente, e não em medidas de aplicação temporária.

As medidas preconizadas pelo Programa de Ação Econômica do Governo, elaborado durante o desenvolvimento de nosso trabalho parecem-nos instrumentos capazes de melhorar, efetivamente, as condições de nossos transportes marítimos e ferroviários. Acreditamos porém, que a atenção desta Casa do Congresso Nacional deve estar voltada para a sua consecução, no exercício de sua atribuição constitucional de fiscalizar a promoção do bem-estar e do desenvolvimento nacionais.

Desejo valer-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência a expressão de meu elevado apreço. — *Júlio Leite*, Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados ontem:

I — do Sr. Senador Vasconcelos Torres:

Nº 608, ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas (DNER);

Nº 609, ao Sr. Ministro da Justiça;

Nº 610 — ao Sr. Ministro da Fazenda;

Nº 611, ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social;

Nº 612, ao Sr. Ministro da Justiça;

Nº 613, ao Sr. Ministro da Fazenda;

Nº 614, ao Sr. Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República;

Nº 615, ao Sr. Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República;

II — do Sr. Senador Raul Giuberti:

Nº 616, ao Sr. Ministro da Fazenda.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — O primeiro orador inscrito é o Sr. Senador Atilio Fontana, a quem dou a palavra.

#### O SR. ATILIO FONTANA:

(*Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, sinto-me no dever de trazer ao conhecimento da Casa um relato sobre a viagem que fiz aos Estados Unidos, a convite do Departamento de Estado daquela nação amiga, em companhia de quatro Srs. Deputados.

Percorrendo o país de leste a oeste, do Atlântico ao Pacífico, tivemos ensejo de visitar o interior da grande nação.

Inicialmente, agradecemos ao Departamento de Estado, o honroso convite que constituiu um verdadeiro prêmio, pois nos proporcionou uma viagem, não só agradável, pela hospitalidade e tratamento recebidos, como porque nos foi dado conhecer melhor a grande nação do norte, onde pudemos observar, estudar e aprender tudo de que é capaz um país adiantado, organizado e progressista.

Confirma-se, pois, a impressão que tínhamos a respeito do povo norte-americano, povo disciplinado, trabalhador, progressista e dinâmico, cujo exemplo é digno de ser seguido e onde as pessoas de ambos os sexos mesmo de idade avançada, trabalham. Favorecidas pelas condições e leis rotineiras do país, embora sem garantia de estabilidade nos empregos, criam um ambiente propício a que

todos se tornem técnicos os mais eficientes possível. Não é por ter 50 anos que o homem perde a capacidade de trabalho, nos Estados Unidos, uma pessoa com 60 anos encontra emprego facilmente, dada a sua experiência; sua técnica.

Outro aspecto que devo ressaltar foram as atenções que nos dispensou nosso Embaixador em Washington, General Juracy Magalhães. Conversamos demoradamente com S. Ex.<sup>a</sup> Observamos o dinamismo, a eficiência e a dedicação que S. Ex.<sup>a</sup> desempenha sua atividade diplomática. Por outro lado, ouvimos as melhores referências a seu respeito, quer de autoridades, quer de empresários americanos. O Brasil, portanto, está de parabéns pelo representante que tem nos Estados Unidos, um homem capaz, eficiente, trabalhador e dedicado digno de toda a confiança e de todo o apreço da Nação brasileira.

Visitamos o Congresso Norte-Americano, onde fomos recepcionados pelo Senador Morse, Vice-Presidente, parece-nos da Comissão de Relações Exteriores, ocasião em que nos foi oferecido um almoço durante o qual tivemos oportunidade de trocar idéias de debater problemas.

Durante nossa estada na grande Nação americana visitamos, também desenvolvimento, ocasião em que fomos a sede do Banco Internacional de Desenvolvimento pelo delegado brasileiro junto aquele organismo, Senhor Victor Silva, quando pudemos observar o eficiente trabalho desenvolvido por aquele nosso representante. Soubemos também que o Banco Internacional de Desenvolvimento tem colaborado com o Governo e está muito bem impressionado com a orientação do Marechal Castello Branco.

Visitamos a Organização dos Estados Americanos onde tivemos, também, oportunidade de trocar idéias sobre diversos problemas. observamos que lá também o Brasil está muito bem representado.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. Vivaldo Lima — Na visita que V. Ex.<sup>a</sup> fez ao Senado americano, V. Ex.<sup>a</sup> percebeu, no encontro que teve com alguns Senadores, que esses últimos homens públicos americanos conhecem bem o Brasil? Ainda esta semana, um companheiro de V. Ex.<sup>a</sup> nessa visita aos Estados Unidos deu esse depoimento, revelando que os parlamentares americanos conheciam perfeitamente os problemas brasileiros.

Se V. Ex.<sup>a</sup> confirmar, levaria também ter dito a eles que os parlamentares brasileiros conhecem perfeitamente a História e a existência política e econômica dos Estados Unidos da América. Tenho notado alegria na face no rosto, nos traços fisionômicos dos parlamentares brasileiros, quando voltam dos Estados Unidos, com esta convicção de que o parlamentar norte-americano está a par do que se passa na grande nação sul-americana que é o Brasil. Isso é motivo, na verdade de regozijo para nós, uma vez que os Estados Unidos andaram muito tempo isolados do mundo.

Tive mesmo ocasião de testemunhar essa ignorância a respeito do nosso País. Num elevador do Edifício Rockefeller, edifício onde se encontra instalado, há muitos anos, o Consulado do Brasil, um velho cabineiro deu esta resposta a um funcionário do Consulado, quando foi interpelado sobre se sabia onde ficava o Rio de Janeiro: "Em Buenos Aires." Se a resposta fosse dada por um menino de colégio, o pau cantaria. A reprovação seria inapelável. Como V. Ex.<sup>a</sup> acaba de voltar dos Estados Unidos e lá já esteve por quatro vezes, estou percebendo que, cada vez mais os dois países se conhecem melhor. Na ver-

dade, o Brasil sempre conheceu melhor os Estados Unidos que os Estados Unidos o Brasil. Isto significa que a política norte-americana entrou em fase de melhor compreensão, no interesse do futuro do próprio hemisfério.

O SR. ATILIO FONTANA — Agradeço o aparte inteligente e da maior oportunidade do nobre Senador. Realmente, as pessoas com quem estive, em Washington e Estados do interior, conhecem bem o nosso País. Fomos recebidos no gabinete de um ilustre deputado que fala correntemente a nossa língua e conhece bem o Brasil. Notamos entusiasmo pela nossa terra, pela nossa Pátria. O mesmo verificamos no interior dos Estados Unidos, onde existe grande número de pessoas realmente muito interessadas pelas coisas e pelo futuro do Brasil. Até mesmo bons técnicos americanos desejam vir para o nosso País, se o Governo o permitir, a fim de aqui se dedicarem às suas atividades profissionais. Reconhecem eles que nossa terra oferece as melhores condições para sua prosperidade e bem-estar.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> outra interrupção para dar a V. Ex.<sup>a</sup> mais um depoimento que vem corroborar as suas asserções de que, em face do intercâmbio entre as duas maiores Nações do continente americano, os dois Países se conhecem melhor, se entendem melhor, acompanhando o progresso um do outro. No comércio americano, encontrei um homem, em cuja loja adquiri algumas utilidades. Ao identificar-me como Senador brasileiro, perguntou-me: — "Ah... V. Ex.<sup>a</sup> é do Brasil? E de que partido?" Naturalmente que não poderia omitir este particular — "Sou representante do PTB" — "Mas o Governo do Brasil é comunista, não é?" Vê V. Ex.<sup>a</sup> como ele estava bem enfiado, também politicamente, a respeito do Brasil, ao ponto de me declarar, enfaticamente, que tínhamos um Governo comunista. (Risos.)

O SR. ATILIO FONTANA — Há sempre algum exagero nisso tudo, não é?

Sr. Presidente e Srs. Senadores, também em Washington fomos convidados e recebidos pelo Sr. Ministro da Agricultura, e com ele debatemos problemas que dizem respeito à produção agrícola e pecuária nos Estados Unidos.

Constatamos, quando falávamos sobre os problemas dos excedentes do café, do açúcar, do cacau, do sisal, etc. que eles também enfrentavam o mesmo problema, que também tinham excedente do milho, cuja produção era enorme.

Chegou mesmo a nos dizer que estava aconselhando os fazendeiros, em lugar de plantar milho, a que transformassem uma parte de sua fazenda em campos de golfe, porque isso ajudaria a regularizar o problema de excedentes.

Notamos que também eles enfrentam certos problemas, como o de excedentes, de um lado, e a falta de carne, por exemplo. Enquanto no terreno dos cereais, das leguminosas e oleaginosas têm conseguido acréscimo de produção nos últimos anos, no setor da carne assim não tem sido, na mesma proporção mesmo porque o consumo tem aumentado bastante.

Entendemos nós que os Estados Unidos podem ser um grande comprador dos excedentes de carne do Brasil, se tivermos orientação para combater a febre aftosa.

Tivemos ocasião de discutir esse problema da aftosa. Existe, junto à Organização das Nações Unidas, um órgão que planeja o combate às epizootias, às doenças, etc., e pretende nos apresentar, nesta Casa, um estudo para que seja solicitado, por intermédio do Itamarati, o planejam-

to para combate à febre aftosa no Brasil, porque ela — como é do conhecimento dos Srs. Senadores — dá um prejuízo superior a 200 bilhões de cruzeiros por ano, e ainda mais do que isso, se considerarmos a depreciação que o nosso produto sofre no mercado internacional.

Portanto, foi visita muito oportuna a que fizemos ao Secretário de Agricultura dos Estados Unidos, com o qual debatemos, amplamente, os problemas inerentes à sua Pasta, e inclusive os do nosso País.

O Sr. José Guimard — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Pois não.

O Sr. José Guimard — Gostaria de saber se V. Ex.<sup>a</sup> teve tempo de verificar quanto custa o quilo da carne nos Estados Unidos.

O SR. ATILIO FONTANA — Nobre Senador, tive oportunidade e o tenho anotado na minha caderneta. No Estado de Idaho, na divisa com o Canadá, no Noroeste dos Estados Unidos, onde existe uma pecuária bovina mais adiantada do mundo e onde o frigorífico Armour possui um grande estabelecimento, o preço do boi vivo, em relação...

O Sr. José Guimard — Querira esclarecer a V. Ex.<sup>a</sup> que estou mais interessado no quilo do boi morto.

O SR. ATILIO FONTANA — Lá não existe boi magro. Só vi boi gordo.

O Sr. Mem de Sá — Vossa Excelência não entendeu bem. O nobre Senador José Guimard quer saber o preço do quilo da carne fria.

O SR. ATILIO FONTANA — Com relação a carne fria, não tenho dados aqui.

O Sr. Mem de Sá — Vossa Excelência multiplique por dois o preço do boi vivo e terá mais ou menos o preço da carne fria.

O SR. ATILIO FONTANA — E de hum mil e cinquenta cruzeiros o quilo, em consequência a carne fria deve estar na base de hum mil e oitocentos a dois mil cruzeiros. Esta é a base que se verifica nos Estados Unidos.

Seria um mercado magnífico para exportação do nosso produto, mas eles fazem restrições porque nem sempre compram carne fria ou congelada de regiões onde trassa a febre aftosa; apenas aceitam a carne preparada, em conserva, a enlatada.

O Sr. José Guimard — Agradeço a informação de V. Ex.<sup>a</sup>. Verifico que V. Ex.<sup>a</sup> não fez viagem de turismo. V. Ex.<sup>a</sup> aproveitou o tempo e trouxe para seus colegas informações interessantes. Parece-me que, todas as vezes em que se fazem viagens desta natureza, deveria haver um relatório para que a viagem se justificasse mais do que tantas que nós conhecemos por aí.

O SR. ATILIO FONTANA — Agradeço as boas referências do nobre Senador José Guimard.

O Sr. Mem de Sá — Desejava informar a V. Ex.<sup>a</sup> o Ministério da Agricultura já está com um plano de combate à aftosa com o auxílio, inclusive financeiro, dos norte-americanos. Deveria começar, este ano, no Rio Grande do Sul a aplicação desse plano. Mas o Rio Grande tem estado extremamente infeliz em 1965, porque, primeiro houve a seca e agora a enchente. De modo que se pretendia começar essa campanha em abril, quando, justamente, no Rio Grande, estava terminando a seca. Não pôde iniciá-la, precisou esperar que o rebanho se fizesse. E agora veio a enchente. Mas o Ministério da Agricultura, com auxílio técnico e financeiro americano, tem um plano de



combate efetivo à aftosa. É verdade, como V. Exa. sabe, que a aftosa é parecida com o resfriado humano: há uma grande variedade de vírus. De modo que a vacina polivalente atende aos vírus mais frequentes, mas, de vez em quando, vem a manifestação de um vírus novo.

O SR. ATILIO FONTANA — Exatamente. Conheço o problema porque sou também pecuarista. Mas folgo muito e posso confirmar as palavras de V. Exa. Tenho conhecimento de que, no Rio Grande do Sul, com apoio dos Estados Unidos e da organização que atende mundialmente ao problema, está-se caminhando para o combate à febre aftosa, iniciativa que se deve estender a todo o Brasil. Somente assim se dará incentivo aos nossos pecuaristas e aos fazendeiros, para que possam produzir mais e melhor, naturalmente com orientação mais adequada de parte do Governo.

Por enquanto, a orientação do Governo no setor da pecuária ainda deixa muito a desejar. Pretende sempre que o nosso pecuarista venda o seu produto a preço relativamente baixo, quando tudo o que ele compra o faz na base da moeda desvalorizada.

O Sr. Gastão Müller — Estou curioso, Senador Atílio Fontana, em saber se nos Estados Unidos há preocupação quanto à brucelose. V. Exa. está falando da aftosa. E o problema da brucelose, existe lá?

O SR. ATILIO FONTANA — Conheço bem o problema da brucelose. Fiz parte de uma organização que a combateu intensamente, mas não tive oportunidade de discuti-la. Entretanto, não me parece estejam lá tão preocupados com a brucelose. Sei, inclusive, que no litoral do Estado de Santa Catarina, que tenho a honra de representar nesta Casa, existe a brucelose bovina e na minha região, no Oeste, houve surto de brucelose suína, que nos deu grande prejuízo. Tivemos facilidade em combatê-lo, porque o combate à brucelose é feito através da eliminação dos animais que apresentam teste soro-aglutinação. É muito fácil testar o animal contaminado de brucelose. Não existe outra forma de combatê-la, senão através da eliminação de animais contaminados pela brucelose ou suspeitos de a possuírem. Portanto, esta epizootia tem ocasionado muita perturbação, embora seja mais fácil combatê-la do que a aftosa.

Prossigirei no roteiro que tracei, Sr. Presidente. Em Washington, fomos convidados pelo Escritório de Assuntos Brasileiros do Departamento do Estado, a debater o programa de visitas ao interior dos Estados Unidos, o qual aprovamos com pequenas alterações. Partimos, em seguida, para o interior do País e, nas escalas da viagem, fomos recebidos pelas autoridades estaduais e municipais.

Tivemos, então, oportunidade de conhecer, mais profundamente, os problemas, as atividades e a vida e o desenvolvimento do interior dos Estados Unidos. Verificamos que, no setor da administração do governo estadual, eles obedecem a uma orientação, um sistema bem diferente do nosso. A administração, propriamente, é entregue a técnicos. Eleitos o Prefeito, os Vereadores e o Conselho Municipal, contratam eles um administrador para administrar a comuna. O Prefeito e o Conselho Administrativo, elaborado o programa de administração, o plano administrativo, apenas o fiscalizam.

Verificamos, também, com referência às leis sociais, que os Estados Unidos levam vantagem muito grande, em relação às nossas, porque, lá as despesas são insignificantes. No entanto, a assistência social aos trabalhadores das indústrias lhes é dada, principalmente, pelos sindicatos. Estes recebem, mensalmente, contribuição

dos trabalhadores da ordem de 0,7% em troca de assistência social e de garantia, no caso de desemprego, de 62% do salário que antes percebiam, por determinado tempo.

De sorte que as indústrias americanas têm percentagem insignificante de sobrecarga de leis sociais e trabalhistas, enquanto as indústrias do Brasil a têm entre 80 a 85%. Nestas condições, nossos industriais vendem sua produção a preço elevado, em face aos encargos.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com prazer.

O Sr. José Guimard — Então, nobre Senador, pelo que V. Exa. está dizendo, empregador e Governo não tomam parte nessa assistência?

O SR. ATILIO FONTANA — A assistência, pelo que pude observar, é dada pelos próprios sindicatos aos seus funcionários, pois lá não existem institutos de aposentadoria, pensões, assim como outros encargos, lamentavelmente votados por nós, no Congresso Nacional. Então, desse modo, o contribuinte, mensalmente, paga essas percentagens sem usufruir benefícios. Na verdade, a classe trabalhadora, no Brasil, está muito mais desamparada do que a norte-americana.

São as observações que fizemos lá e que desejávamos pudéssemos servir ao nosso País, para que, imitando-os, fosse elevado o padrão de vida da nossa gente.

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com prazer.

O Sr. Oscar Passos — Perguntaria a V. Exa. se teve oportunidade de verificar se os empregadores norte-americanos dispensam seus operários — como, em via de regra, fazem os nossos — antes de um ano de trabalho, de um ano de casa, para evitar a estabilidade. Reputo tal procedimento um dos grandes entraves à execução das leis trabalhistas no Brasil, e uma das grandes dificuldades com que luta o operário brasileiro para poder sobreviver inclusive!

O SR. ATILIO FONTANA — Nobre Senador, no início desta oração, fiz referência a isto. O trabalhador americano não tem estabilidade, ainda que conte 10, 15 ou mais anos de serviço. Em princípio, parece ser um mal. Como empregador, entretanto, observo que um bem. A garantia de emprego traz como consequência a despedida do empregado tão logo ele esteja por completar determinado tempo de serviço. Muitas vezes, aliás, um bom operário perde o estímulo porque, não havendo vaga para sua promoção de interesse-se pelo trabalho. E cria-se entre ele e o empregador certa animosidade. Não raro, o empregador se vê na contingência de dispensá-lo concedendo-lhe, no entanto, uma indenização.

De memória, agora, não poderia citar as inúmeras desvantagens que advêm para ambas as classes — a patronal e a trabalhadora — em virtude dessa questão de estabilidade ao trabalhador.

Muito tenho meditado sobre essa questão — fazendo confronto com a legislação específica de vários países, e já tive mesmo a ideia — todavia não me sinto encorajado para tanto — de apresentar um projeto de lei alterando esse prazo de 10 para 15 anos, com a ressalva de que — conforme tive oportunidade de verificar em Itália — quando o trabalhador deseja deixar o emprego, tenha direito a receber uma percentagem da indenização.

Entim, o que pude observar é que a não estabilidade dispensada aos trabalhadores nos Estados Unidos faz

com que cada operário procure esmerar-se, procure tornar-se eficiente na sua profissão, na sua técnica.

Ao inverso do que ocorre nos Estados Unidos, um trabalhador brasileiro, quando atinge 50 anos de idade, embora tenha um excelente cabedal de conhecimento e de técnica, se perde o seu emprego, dificilmente encontrará nova ocupação. Nos Estados Unidos tal não ocorre. Cidadãos de 60 anos de idade, com boa saúde, facilmente encontram emprego. Seu novo patrão aproveita a sua técnica, a sua capacidade profissional, e sua experiência e não assume maior responsabilidade, porque já está com mais de cinquenta anos de idade.

Infelizmente, no Brasil, o custo do produto de nossas indústrias é sobrecarregado, de maneira extraordinária sem nenhum benefício para o consumidor nem para o trabalhador.

Ainda recentemente, em virtude da Lei que instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural, o produtor é obrigado a recolher 1% ao Instituto. Santa Catarina, minha terra, é constituída por pequenas propriedades, cultivadas quase sempre pelos próprios familiares. Em virtude desta Lei, são obrigados a descontar 1% do produto de sua propriedade. O sítio é um homem completamente abandonado e desassistido pelo Poder Público. Não tem sementes selecionadas, não recebe adubo, não lhe dão financiamento nem preço remunerador, e ainda tem que pagar essa taxa sobre o valor de sua escassa colheita.

O Sr. Ermirio — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com todo prazer.

O Sr. José Ermirio — Se somarmos todas as taxas e impostos ao salário do trabalhador, verificamos que a classe patronal paga, além do salário, 83,7%.

O Sr. Mem de Sá — O nobre orador dá licença para um aparte? (Assentimento do orador) O número de julho de "Conjuntura Econômica" dá a relação de todas essas contribuições pelas quais se chega aos 83%. Depois, o mesmo trabalho faz a correção dos cálculos mostrando que, nestes cálculos, se faz uma duplicação de cálculos e chega, então, à conclusão de que, efetivamente, os encargos vão a 38%.

O Sr. José Ermirio — Nunca. Nem no passado foi assim.

O Sr. Mem de Sá — Não sou eu quem o está dizendo: é "Conjuntura Econômica".

O Sr. José Ermirio — Estou retrucando é a ela. Tenho dados que comprovam minha afirmação.

O Sr. Mem de Sá — Ela enuncia todos esses dados que chegam a 86% e depois faz a correção para 38%. V. Exa. Senador Atílio Fontana, que é homem de indústria, veja esse número de julho de "Conjuntura Econômica" e verifique o que lá está — certo ou não — porque ela corrige os tais 86% e altera para 38%.

O SR. ATILIO FONTANA — Nobre Senador, devemos ainda acrescentar que em qualquer setor da indústria — porque o modesto orador que está falando é ligado à indústria do interior e das capitais, pois temos indústrias no interior de Santa Catarina, Paraná e na Capital de São Paulo — se quisermos dar efetiva assistência social aos nossos operários, temos de pagar médico, dentista, de manter escolas, enfim quase tudo, além dos pesadíssimos encargos suportados pelas nossas empresas, face as leis trabalhistas e de previdência social. Paralelamente, precisam fazer novas despesas, para dar assistência social aos seus trabalhadores.

O Sr. José Ermirio — Nobre Senador Atílio Fontana, meu aparte anterior continua de pé. Nossas empresas pagam 86%; em Pernambuco, um pouco mais do que em São Paulo.

O SR. ATILIO FONTANA — Obrigado a V. Exa.

O Sr. José Guimard — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com prazer.

O Sr. José Guimard — Nobre Senador, quero crer que o assunto não é misterioso. Evidentemente que o trabalhador não obtém aquilo que corresponde à tributação a que V. Exa. está referindo, porque esse dinheiro que deveria ser pago em consequência das leis, não segue a destinação que devia, isto é o trabalhador, mas é empregado em uma porção de coisas.

O SR. ATILIO FONTANA — Em empreguismo, principalmente.

O Sr. José Guimard — Exato, era onde queria chegar: V. Exa. poderia e deveria examinar, observar, o destino desse dinheiro, porque aí está o problema. Se o trabalhador auferisse vantagem correspondente a esse excesso de tributação, não poderíamos, evidentemente, dizer que esse dinheiro não tem o devido emprego. Fica parado no caminho sem servir ao trabalhador e, principalmente, ao povo.

O SR. ATILIO FONTANA — Naturalmente todos esses encargos sociais não têm destinação eficiente e isso traz ônus à produção nacional.

Sr. Presidente e Senhores Senadores, observei também que o Governo dos Estados Unidos fomenta e fiscaliza a iniciativa privada, mas não participa, não tem quase empresas estatais. Tudo é feito pela iniciativa particular. Mesmo na distribuição da energia elétrica as grandes centrais elétricas são mantidas pelo Governo americano, mas a distribuição de energia no interior do País, em toda parte, é feita por companhias particulares ou cooperativas.

Mesmo agora, quando lá estive, a convite do Departamento de Estado, o transporte era feito por empresas particulares que têm, naturalmente, automóveis de alta classe e que recebem de acordo com o trabalho que prestam ao Governo, empenho em que a iniciativa privada trabalhe, se desenvolva, produza e pague os impostos. Assim sendo, conserve produção em muito maior escala e com preço muito mais econômico.

O Sr. José Guimard — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. José Guimard — Pediria a atenção de V. Exa. Ao que me parece, até o programa de viagem de cada hóspede e convidado do Governo americano é confiado a empresas particulares, pelo próprio Governo.

O SR. ATILIO FONTANA — Exatamente. Foi o que observamos. Os automóveis que nos transportaram, veículos de classe, eram contratados pelo Departamento de Estado; e na ausência desses veículos, havia os chamados voluntários que prestavam, gratuitamente, o serviço àquele Departamento, desejando fazer uma gentileza aos visitantes do Governo.

Com relação ao Setor de Educação, sabemos que os cursos primário e médio são custeados pelo Governo americano. Entretanto verificamos que no Estado de Oklahoma existem dez universidades de curso superior e somente uma é mantida pelo governo. As outras são todas particulares. No setor da educação, o governo americano também age de maneira econômica. Não sei se acontece o mesmo nos demais Estados.



Na realidade, por parte do Governo, uma grande preocupação com a boa aplicação do dinheiro, de bem encaixá-lo, afim de fomentar a iniciativa privada. Com isto, consegue-se o que todos sabemos — a maior nação do mundo, com uma produção imensa em todos os setores — indústria, lavoura, pecuária, mineração.

Em vários Estados, observamos a condução do problema da semente. Este problema, como o de animais reprodutores, é confiado à iniciativa privada, ao capital privado. Visitamos uma grande organização em Boise, Capital do Estado de Idaho, onde se observa uma volumosa produção de semente de milho híbrido de diversas qualidades e variedades, inclusive um tipo de milho híbrido doce muito consumido nos Estados Unidos, além de muitas outras sementes oleaginosas, sementes de hortaliças. Todas essas sementes são tratadas por organizações de capital privado, distribuídas por todo o país e exportadas.

No setor legislativo observamos que os legisladores americanos desfrutam de condições de assessoramento excepcionais; são assistidos por grande número de bons assessores e Secretários, não somente na Capital como nos distritos por onde foram eleitos, pagos pelo Congresso.

Um Deputado eleito por um distrito perto de New York declarou-nos ter onze funcionários a sua disposição, três dos quais, localizados na zona de seu eleitorado, para manter ligação entre ele e os seus eleitores.

Cada Senador americano tem — segundo me foi dito — uma equipe de trinta funcionários para mais facilmente poder desempenhar as suas funções de legislador. Bem assessorado, pode melhor estudar os projetos que dizem respeito ao setor de suas atividades, evitando aquilo que nos ocorre constantemente de nos vermos forçados a dar o nosso apoio, a nossa assinatura a proposições de que não chegamos sequer a tomar conhecimento. É uma falha grave que tem custado muito à Nação brasileira e contribuído para criar dificuldades e embaraços como os que o Brasil enfrenta hoje.

Ainda há pouco discutimos sobre a nossa produção industrial que está gravada de mais de 80%, somente com o aumento dos impostos, das leis sociais e trabalhistas, sem que toda essa grande arrecadação beneficie aqueles aos quais elas deviam beneficiar.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. ATILIO FONTANA — Com prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Ex.<sup>a</sup> teve oportunidade de apurar se esses funcionários à disposição dos legisladores americanos na verdade trabalham?

Ou são apenas elementos para encherem os gabinetes, ganhando sem trabalhar, como corre no Brasil? V. Ex.<sup>a</sup> vê um exemplo no Senado. Apenas seis assessores se esbaldam para atender a todos os trabalhos parlamentares, em termos de assessoria, portanto, de tramitação de projetos que devem, realmente, ser estudados, informados para que os Senadores estejam em condições de apoiar a assinatura no trabalho que lhes é oferecido.

O SR. ATILIO FONTANA — Na visita que fiz, em companhia de mais quatro deputados, verificamos que várias salas ficam à disposição dos Senadores com funcionários presentes. Acredito que esses funcionários, como de resto todo o povo americano, sejam eficientes e que procuram servir de modo a que o parlamentar, externando apenas o seu pensamento seja ele traduzido, por escrito, num projeto, num parecer, ou, enfim, numa indicação.

O Sr. Vivaldo Lima — Talvez V. Ex.<sup>a</sup> não tivesse podido apurar essa peculiaridade do legislativo americano sobre o seu funcionamento e verificar se esses assessores em tão grande número, funcionam realmente, com eficiência. Desejariamos que aqui ao menos, um acessor tivesse o parlamentar. Não temos nenhum. Há uma assessoria que atende a toda a composição senatorial, com grandes dificuldades para atender às inúmeras tarefas pela exiguidade numérica. Na verdade, talvez o que existe no papel pudesse atender ao Senado, no particular, embora dentro das possibilidades financeiras do País. Mas o que ocorre é o contrário: o número que poderia atender com eficiência relativa é reduzido, na prática, a meia dúzia, que procura desdobrar-se dentro de sua dedicação, que é mais uma coisa pessoal, em termos de assessoria, para atender às várias Comissões Técnicas da Casa.

O SR. ATILIO FONTANA — Nobre Senador, não pudemos constatar com detalhes como funciona a assessoria americana. Mas observamos que, quando temos um gabinete de uma Comissão, os nossos funcionários, nossos assessores trabalham a nosso inteiro contento. Naturalmente, se cada um dos Srs. Senadores tivesse duas ou três salas, com assessores em cada uma delas, caberia ao Senado distribuir as várias tarefas, como fazemos em nosso Gabinete. Temos certeza de que estaríamos trabalhando com maior eficiência, com maior discernimento, dando mais atenção aos projetos que vêm ao plenário, para serem discutidos e aprovados.

O Sr. Vivaldo Lima — Acho que V. Ex.<sup>a</sup> labora num equívoco. Os gabinetes não têm assessores; têm apenas datilógrafos. A assessoria se encontra indiretamente nas presidências das comissões. É o secretário da Comissão — que não é assessor — que encaminha as proposições em pauta na Comissão para a assessoria geral da Casa. Esta é que, realmente, tem de enfrentar o mais árduo trabalho legislativo — estudar proposições das mais variadas espécies para poder formular seu parecer. Às vezes um funcionário, grande assessor jurídico, tem de funcionar como assessor econômico, tem de funcionar como assessor social, como assessor de uma comissão técnica, como é a de Saúde, a de Educação e Cultura, a de Indústria e Comércio. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que cerca de seis assessores, nesta Casa, trabalham — usando a expressão do Senador Vasconcelos Torres — fabulosamente. Trabalham maravilhosamente.

O SR. ATILIO FONTANA — Não há dúvida, nobre Senador. Sabemos que quem trabalha em nosso gabinete é o secretário mais uns auxiliares, datilógrafos, etc. Os assessores não estão ao nosso lado, mas deveriam estar, para que pudéssemos melhor examinar as matérias em conjunto.

Só assim, com a experiência do assessor e com os conhecimentos do Senador, poderíamos aceitar melhor ao dar nossos pareceres.

O Sr. Vivaldo Lima — V. Ex.<sup>a</sup> que esse mínimo se defere ao legislador da República. Vivemos com nossas mesas cheias de projetos para os quais olhamos, corremos a vista nos seus dispositivos e às vezes ficamos perplexos: matérias que exigem estudos e aprofundados, mas não temos outro caminho se não aqueles de buscar auxílio na Assessoria-Geral.

O Sr. Atílio Fontana — Muito grato a V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Presidente, desejamos que no futuro os senadores possam contar com melhor organização, para que, com maior conhecimento, possamos dar sua contribuição à elaboração de leis que venham a ser estudadas mais cri-

teriosamente, de modo a melhor consultar os altos interesses da Nação.

Aproveitamos a oportunidade para mais uma vez salientar a magnífica visita que tivemos oportunidade de fazer aos Estados Unidos, observando o seu desenvolvimento e que seu povo deseja colaborar com a nossa gente.

O estreitamento de tais relações fará com que o conhecimento técnico, as idéias avançadas, no setor da produtividade, desfrutados naquela grande Nação, influam decisivamente no espírito do povo brasileiro, a fim de que possamos trilhar a senda do progresso, do bem-estar e da felicidade para o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Na forma do art. 163, § 2º, tem a palavra o Sr. Senador Goldwasser Santos.

O SR. GOLDWASSER SANTOS:

(Le o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, mais uma vez ocupamos esta tribuna para tratar de problemas da Amazônia. Acompanhamos com vivo interesse os debates suscitados nesta Casa pela momentânea questão da quebra do monopólio da borracha, tão intimamente ligada à própria sobrevivência do nosso Estado.

A borracha é o produto básico e, por que não confessar, o único produto da economia acreana. A quebra de seu monopólio, advogada pelos que desconhecem no rinteiro os problemas amazônicos e seus aspectos peculiares, trará como consequência inevitável o aniquilamento de uma vasta região que, embora riquíssima pelos seus produtos naturais, não está capacitada, mercê de meio século de desinteresse do Poder Público, de na atual conjuntura, libertar-se da exploração gomífera sobre a qual repousa todo o arcabouço de sua organização econômica.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é propriamente sobre essa questão que desejamos falar. A esse respeito confiamos no bom-senso e reconhecido patriotismo do Sr. Presidente da República e estamos convencidos de que Sua Excelência saberá evitar uma decisão desastrosa aos legítimos interesses dos Estados que integram a Amazônia.

O Sr. Edmundo Levi — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. GOLDWASSER SANTOS — Com prazer.

O Sr. Edmundo Levi — Possivelmente, este não será o tema do discurso de V. Ex.<sup>a</sup>; não se pode focalizar o problema da economia amazônica sem se pensar, inicialmente, no que representa a exploração da borracha naquela região. Se ocorrer a quebra do monopólio estatal da borracha, inevitavelmente, a Amazônia mergulhará na mais profunda e terrível depressão, no caos, cuja consequência será o seu esfacelamento e o incentivo a que a gana sobre seu território se acentue, acabando por ocorrer uma investida dos países imperialistas, de qualquer ideologia, que se aproveitarão do estado de miséria daquela gente. V. Ex.<sup>a</sup> trazendo à consideração da Casa o problema da borracha, demonstra-se interessado no assunto. Sabemos que a produção da borracha na Amazônia é retrógrada. Não cabe, entretanto, aos homens da Amazônia a cul a por esse estado de coisas e sim aos homens do Governo que deverão traçar nova orientação de maneira a que, num prazo de 10 anos, tenhamos a economia amazônica completamente remodelada. Assim, o Brasil terá na Amazônia um dos seus grandes esteios, a maior expressão mundial no concerto das nações, como parte integrante da grande Pátria brasileira. Portanto, nobre Senador, quero felicitá-lo por trazer a sua

colaboração, a sua palavra contra o atentado ao monopólio da borracha, cuja quebra será o esfacelamento da Amazônia.

O SR. GOLDWASSER SANTOS — Agradeço a valiosa contribuição de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. GOLDWASSER SANTOS — Pois não.

O Sr. Oscar Passos — Realmente, tem toda razão o nobre Senador Edmundo Levi quando afirma que não se pode tratar de problemas da Amazônia, sem focalizar, com lente de grande aumento, o problema da exploração da borracha. É de estranhar que no momento em que tantas vozes se têm levantado na defesa da economia amazônica, para defendê-la para, defender o monopólio da borracha, vozes outras, apressadas, desconhecedoras do assunto, — como o articulista da Folha de São Paulo, edição de 25 de agosto deste ano, — se manifestem contra aquele monopólio. Alegam, como vemos aqui, que o monopólio não é favorável ao interesse dos que trabalham nos seringais. Isso demonstra que o redator da notícia desconhece, por completo, a realidade amazônica, não sabe sobre o que está escrevendo. É, pois, lamentável que órgãos como a Folha de São Paulo lancem opiniões apressadas como esta a que acabo de me referir.

O SR. GOLDWASSER SANTOS — Obrigado pela intervenção de V. Ex.<sup>a</sup> (Retomando a leitura)

O que nos traz a esta tribuna, é o magno problema dos transportes. Dos meios de transportes para o Estado do Acre, o maior produtor de borracha do País.

Há bem pouco tempo foi inaugurada, no sul, no Brasil conhecido e permitam-me que o diga, no Brasil acarinhado e bem tratado, a Rodovia do Café. Admitimos e aplaudimos iniciativas dessa natureza. Achemos justo o carregamento de recursos para a construção de obras, como essa, que propiciem novas frentes de progresso a regiões já desenvolvidas, quer na indústria, quer na agro-pecuária. Mas, o que não podemos compreender, nem aceitar sem protesto, é que continue a deliberadamente se exclua da partilha desses benefícios mais da metade do território nacional, na qual se inclui a Amazônia, sempre relegada a plano secundário na obtenção dos favores públicos e exposta, desassistida que se encontra, à cobiça de forças externas.

Se útil é a Rodovia do Café, imprescindível e de vital importância é a Rodovia da Borracha — a BR-29, a integração nacional de todo o oeste brasileiro, vastíssima região não desenvolvida, que até hoje aguarda a assistência do Poder Público.

O Sr. José Guionard — (Com assentimento do orador) — Faz muito bem V. Ex.<sup>a</sup> em voltar sempre a este assunto, todas as vezes que tiver ocasião. V. Ex.<sup>a</sup> há de se recordar perfeitamente, — pois foi um dos iniciadores dessa estrada — de que, na construção da rodovia do Abunã, tivemos a pretensão de fazer um de seus trechos, de norte para o sul. Ninguém, portanto, melhor do que V. Ex.<sup>a</sup> conhece o assunto de que está tratando. Chame V. Ex.<sup>a</sup>, clame sempre, pois o papel do Poder Legislativo é sempre este, falar até que sejamos ouvidos, em vez de andarmos, de porta em porta, pedindo esmolas para essa rodovia. Levante a sua voz, porque, poucas tão autorizadas para tratar da estrada que teve em V. Ex.<sup>a</sup> um dos seus iniciadores.

O SR. GOLDWASSER SANTOS — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> o incentivo que me dá, sobre a construção da estrada que iniciamos, no Estado do Acre. (Zendo)

Situemos o Estado do Acre, em particular. Toda a sua economia está praticamente estagnada por falta exclusiva de meios de transportes. A não ser a extração do "latex" por processo empírico, nada mais se pôde fazer para dar-lhe uma infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento, pela carência quase absoluta de transportes. Aliás, em geral, esse é o quadro de toda a Amazônia. Ali, só foi possível o estabelecimento de alguns centros de civilização às margens dos rios navegáveis. Esses núcleos populacionais vivem, entretanto, ilhados na imensa planície, e os meios de transportes que os servem se resumem a pécárias e antiquadas embarcações. Excepcionalmente, os velhos aviões Douglas ou Catalinas que, pelas suas elevadas tarifas, nem sempre estão ao alcance de todos. E isto num país como o nosso, de extensa área, que requer para desenvolver-se de todo um complexo sistema de transportes.

Eis porque, Senhor Presidente, Senhores Senadores, desta tribuna formulamos em S.O.S. ao Senhor Presidente da República para que reinicie, com recursos substanciais, a construção da Rodovia da Borracha.

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. GOLDWASSER SANTOS — Pois não.

O Sr. Oscar Passos — Neste ponto do discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, gostaria de lembrar que o Diário Oficial de 30 de agosto último publicou despacho do Senhor Presidente da República, em exposição de motivos do Ministério da Viação e Obras Públicas, do seguinte teor:

"Autorização para que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem possa promover a contratação direta dos serviços a serem executados nos subtrechos Pôrto Velho-Abunã, da BR-319, e Abunã-Rio Branco, da BR-236".

O despacho de Sua Excelência o Senhor Presidente da República é: "Autorizo. Em 19 de agosto de 1965".

Verifica pois V. Ex.<sup>a</sup> que, segundo esse despacho, está próximo o início da construção dos dois subtrechos. Por essa notícia temos também a ideia exata de que perdeu o grande valor que tinha a antiga BR-29, estrada considerada mesmo transcontinental, pois que se destinava a ligar o pôrto de Santos, ou do Rio de Janeiro, a Callao, no Peru. Agora já não é mais uma estrada transcontinental.

O que vai atravessar o Acre e chegar até o Peru é um sub-ramal de uma estrada principal qualquer, pois de Pôrto Velho a Rio Branco são dois os sub-ramais — as BRs-319 e 236. De qualquer sorte, do ponto-de-vista que V. Ex.<sup>a</sup> defende, nobre Senador Goldwasser Santos, do estabelecimento de vias de comunicação dentro do Estado do Acre, parece que estamos de parabéns com o despacho do Sr. Presidente da República autorizando a promover a contratação direta. E de lamentar, somente, que ele tenha chegado um pouco atrasado, às vésperas do período de chuvas na Amazônia, que impedirá o início dos trabalhos, no corrente ano.

O SR. GOLDWASSER SANTOS — Nobre Senador Oscar Passos, tenho ciência do despacho e é das mais louváveis a iniciativa do Sr. Presidente da República ao tomar conhecimento da exposição de motivos do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas determinando ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com recursos próprios, a implantação da BR-29 no trecho Pôrto Velho-Rio Branco. A este respeito nobre Senador, alguns políticos da Região aproveitando-se dessa medida, que conforme V. Ex.<sup>a</sup>, acentuou um pouco tarde dada a aproximação do período chuvoso naquela região, se apressem

ram a fazer através da Imprensa a sustentação de uma agiotagem eleitoral...

O Sr. José Guimard — Permite V. Ex.<sup>a</sup> outro aparte? (Assentimento do orador) V. Ex.<sup>a</sup> vinha discursando, muito bem, com muita autoridade, com muita competência mas, nesta parte, V. Ex.<sup>a</sup> está cometendo grande injustiça, porque, quanto à BR-29, que, infelizmente, perdeu o significado, como disse o Senador Oscar Passos, de estrada transcontinental, ficando dividida em trechos e ramais, meu caro e nobre Senador, todos os políticos do Acre e do Amazonas e até amigos políticos de outros Estados, como o Senador José Ermirio, desejam-na construída. V. Ex.<sup>a</sup> perdoará aqueles Deputados que se referiram à estrada com tanto entusiasmo...

O SR. GOLDWASSER SANTOS — Não fiz referência a Deputados. Apenas li as manchetes nos jornais.

O Sr. José Guimard — ... porque a vontade de todos é que a estrada saia dos projetos para se transformar numa rodovia verdadeira. Posso assegurar a V. Ex.<sup>a</sup> que não há má intenção da parte de ninguém. E rendo minha homenagem aos nobres adversários do Acre, para dizer que, nesta parte, não há partidário nem divisionismo. Ainda há poucos dias, quando se anunciou que o Batalhão do Exército iria construir a estrada, tive ocasião de dizer — e V. Ex.<sup>a</sup> é testemunha, porque já se encontrava nessa Casa — que o problema não está na construção da estrada por civis ou militares. O que interessa é que ela seja construída. Assim, V. Ex.<sup>a</sup> receba minha observação como uma colaboração a mais, porque, neste terreno, não há partidos nem adversários. Este ponto-de-vista é esposado por todos nós, da Amazônia, e por alguns amigos de São Paulo, Mato Grosso, Goiás e outros Estados.

Pode estar V. Ex.<sup>a</sup> certo de que não nos preocupa nem sequer a maneira como a estrada esteja terminada! O essencial é que o seja.

O SR. GOLDWASSER SANTOS — Nobre Senador José Guimard, estou falando apenas como um técnico e com referência a aqueles senhores, eu os comparo como certos críticos literários que do li ro só conhecem a capa e o título. Dai o meu protesto como técnico.

(Lendo)

A existência do Acre como Estado depende da realização desse empreendimento. Sem essa Rodovia o Acre será sempre um peso morto para a Nação. Não apenas, ela será o pulmão de que o Estado necessita para sobreviver, o elo de comunicação com a parte mais progressista do País; revelar-se-á sua importância na integração do próprio território estadual, dividido em duas bacias distintas, duas regiões isoladas. A do vale do Acre e a do Juruá. Esse aspecto geográfico, foi a causa do abandono quase sistemático a que ficaram votadas, no curso de toda a história administrativa do Acre, as populações do vale do Juruá.

O Sr. Gastão Müller — (Com assentimento do orador) — Em 1963, tive a honra de, aqui no Senado, ler modesto trabalho sobre a importância vital, para o Brasil, dessas rodovias. Nessa oportunidade, tive ocasião de receber apertes muito honrosos dos Senadores José Ermirio, Aurélio Viana e do saudoso Senador José Kairua. Procurei demonstrar que essa rodovia não é só do interesse do Acre — é do interesse nacional, de integração nacional — procurei provar ainda que ela é um trecho da Rodovia Pan-Americana, para nós de Mato Grosso, principalmente do norte e do leste, de vital importância, porque, em Cuiabá, faz conexão com a BR-31, a rodovia

Cuiabá — Vitória. Portanto, essas duas rodovias constituem nossa saída para o mar. Seria então, do Acre e de Mato Grosso, a saída ao mar dos nossos Estados interiores. Assim, também me encanta a construção da BR-29, porque a considero e à Belém-Brasília, as estradas mais importantes do Brasil atual. Há poucos dias, li comentário no "Correio Braziliense" em que não se coloca a rodovia Cuiabá-Brasília-Acre em prioridade. Realmente, consta do Plano Rodoviário Nacional como uma das estradas principais do Brasil. Infelizmente ressaltei, aqui naquela oportunidade o que o Senador José Guimard, há poucos dias, se referiu. Disse Sua Excelência que essa estrada é vitalíssima à sobrevivência econômica e ao interesse político social do Brasil.

O Sr. Oscar Passos — Permite o nobre orador outro aparte? — (Assentimento) — Queria prestar um esclarecimento ao Senado. Quando nos referimos à construção da BR-29, não desconhecemos que ela já está construída, praticamente, até Pôrto Velho. Quando nos referimos à construção da BR-29, queremos referir-nos à construção dessa estrada dentro do Acre, isto é, a ligação Acre-Pôrto Velho ao trecho que ligará o Acre ao resto do Brasil. Talvez por deficiência nossa tenha parecido que nos referimos à construção total da BR-29, quando ela está construída, embora não pavimentada e dá tráfego perfeito, pelo menos, até Pôrto Velho. Serve, portanto, muito bem à economia de Mato Grosso, que necessita dessa estrada o escoamento de seus produtos. Nós do Acre não conhecemos da BR-29, nenhum milímetro. Não penetrou no Estado não ligou o Estado ao resto do Brasil, não interligou os municípios do Estado do Acre. Esta é uma das razões porque surgiu agora um movimento separatista de três municípios do oeste acreano: Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó, que não são ligados com o resto do Brasil, a não ser por via fluvial, através de Manaus.

O Sr. Gastão Müller — Essa estrada só poderá ser considerada como construída quando não faltar nenhum quilômetro.

O Sr. Oscar Passos — Perfeito.

O Sr. Gastão Müller — Só tem sentido quando for a Cruzeros do Sul. Entre Cruzeiro do Sul e Pôrto Velho há o célebre trecho de Mucui, que todos os anos — interrompido. Não sei se este ano conseguiram dar andamento a esse trecho.

O Sr. Oscar Passos — Posso informar a Vossa Excelência que já concluíram esse trecho.

O SR. GOLDWASSER DOS SANTOS — (Continua lendo) — Raros foram os governos que com elas se preocuparam e os que assim procederam tiveram de enfrentar dificuldades incalculáveis para lhes prestar uma soma irrisória de benefícios. Dai o justo ressentimento dos habitantes daquela região, ressentimento que vem de longe e que hoje se corporifica num movimento separatista que diminui a grandeza histórica do Acre.

Pois tem, Senhor Presidente, Senhores Senadores, a BR-29, será também, a solução para esse problema: unido os acreanos do Juruá aos do Acre, ela ensinará aqueles a obtenção de benefícios que, involuntariamente, pela dificuldades de meios de comunicação, sempre lhes foram negados.

Permitimo-nos aqui um parêntese: o Senhor Presidente da República, em recente discurso proferido em Manaus disse que "a União não tem sido surda ou indiferente aos reclamos das Unidades da Federação", e mais "A esse respeito não deve haver queixas. Esta, se porventura existem, decorrem

certamente da maneira porque devem funcionar normalmente nossas instituições políticas que, graças a longo processo de aperfeiçoamento dia a dia se libertam de antigos hábitos que não representam os melhores práticas do sistema federativo".

O Sr. José Guimard — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) — (Fazendo soar a campainha). — A Mesa solicita aos Senhores Senadores que não mais apartem, o orador, porque Sua Excia. já ultrapassou o tempo permitido pelo Artigo 163, do Regimento Interno.

O Sr. José Guimard — Será o meu último aparte, muito pequeno, ao nobre colega. Não posso perder a ocasião. É importante para nós. Parece que ouvi Vossa Excelência referir-me também ao problema separatista do Acre. Se bem entendi, Vossa Excelência estava contra, mas acha que a estrada resolveria a questão. Vossa Excelência poderia dizer?

O SR. GOLDWASSER SANTOS — Absolutamente! Somente a estrada de rodagem poderá resolver, assistindo de verdade e, substancialmente, aquelas populações, que sofrem desesperadamente no Vale do Juruá.

Citando suas palavras, pedimos vênica para dizer a Sua Excelência que há, contudo, queixas procedentes.

Consideramos o reinício da construção da BR-29 de capital importância: de sobrevivência mesmo para o nosso Estado, e as medidas tomadas para aquele fim, até hoje não lograram resultados positivos. Os substanciais serviços continuam paralizados. Embora incluída no Plano Preferencial de Obras Rodoviárias, essa estrada está a espera da iniciativa governamental, porque ainda se discute onde será sediado o serviço encarregado da execução de suas obras, em razão do convênio firmado entre o Ministério da Guerra e o Ministério da Viação e Obras Públicas.

Emperram ainda as iniciativas, a questão dos recursos financeiros reclamados pelo vulto da obra. Há quem se oponha a sua construção, julgando a tese estreita de que nos devemos ater, exclusivamente a aplicação, de recursos em regiões já desenvolvidas. É o entendimento dos que querem confessar, no caso, a nossa incapacidade como pioneiras e desbravadoras; negar a tradição histórica de nosso povo, e oficializar a alienação da Amazônia.

Uma obra do vulto da BR-29, dependerá necessariamente de recursos especiais ou de operações de crédito para custear sua construção, cujos investimentos serão plenamente compensados com a exploração do inextinguível potencial econômico de uma vastíssima área não desenvolvida.

Ao finalizar, queremos renovar o nosso apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, conhecedor que é dos problemas que nos afligem e, que está apercebido do papel preponderante que a Rodovia da Borracha desempenhará na evolução sócio-econômica do Brasil, bem como de sua importância continental, para que essa obra seja uma realidade. Que faça desse empreendimento o coroaamento de sua administração, porque a realização de obra de tal porte, pela sua importância política, dará ao governo de Sua Excelência incontestável lugar de destaque na história brasileira. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Na forma do Art. 163, § 2º, tem a palavra o Senhor Senador Gastão Müller.

**SR. CASTILHO MULLER:**

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por solicitação de amigos de Mato Grosso, usarei a palavra para fazer um apelo ao Sr. Senador Daniel Krieger, Líder da Maioria nesta Casa.

(Lendo)

Fui a Mato Grosso, nesses últimos dias, a Cuiabá, Capital do meu Estado.

Le estando fui procurado por uma Comissão de Médicos e funcionários do IAPC. A Comissão objetivava fazer com que eu modesto e passageiro representante de Mato Grosso, no Senado, fizesse chegar ao Senhor Marechal Castello Branco, digno Presidente da República, um apelo, no sentido de ser feito o mais rapidamente possível, o enquadramento definitivo dos médicos e demais funcionários do I. A. P. C. amparados pelas leis 3.857 de 1961 e na Lei 4.063-62 no seu artigo 23 parágrafo único. A Comissão, argumentou que, embora protegidos pelas leis citadas, até hoje, não conseguiram o enquadramento definitivo. Disse também a mesma, que o fato não se dá somente, com os funcionários da Delegacia de Mato Grosso, mas, sim de todo o Brasil.

Ja se passaram 4 anos da vigência da Lei 3.857 e nada do enquadramento definitivo.

Informou-me a comissão que os processos já passaram pelo DASP, mas foram devolvidos ao IAPC, pela Comissão de Classificação e Cargos da Presidência da República, com novos exigências.

Explicou-me também a Comissão que muitos dos funcionários que estão nessa situação de dependência do enquadramento definitivo tiveram que optar, tendo mesmo pedido demissão de outros cargos estaduais ou federais dos quais eram ocupantes efetivos para ficarem como servidores do IAPC. No entanto, até agora, apesar de estarem garantidos pelas leis citadas, não conseguiram a concessão definitiva das suas aspirações, altas, justas e legais.

Os servidores do IAPC, no entanto, não se preocupam a mim para fazer esse apelo, mas eu o transito ao Ilustre Senador Daniel Krieger, Líder, brilhante e eficiente líder do Governo, nesta Casa, pedindo que se interesse pelo assunto junto a Presidência da República. Tenho certeza que o fará, pois o Senador Daniel Krieger é sensível aos apelos justos daqueles que estão dentro do direito. Assim o fazendo e conseguindo resolver o problema, o Senador Daniel Krieger, estará colaborando, como me deplorei um dos membros da Comissão, "para levar tranquilidade a muitos lares brasileiros". (Muito bem).

**COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:**

José Guimarães  
Arthur Virgílio  
Joacim Parente  
Dinarte Maria  
Cristina Pereira  
Walfredo Gurgel  
Manoel Vilas  
Joaquim Mariano  
Benedicto Valdeiros  
José Elias  
Flinto Müller  
Mário de Sá

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guilherme Mondim) — Presentes na Casa 39 Srs. Senadores, presentes a

**ORDEN DO DIA**

Item 1:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1964, de autoria do Sr. Senador Cattete Pinheiro, que assimila o crime de contrabando ou descaminho do deslocamento do café, no território nacional, desacompanhado da documentação exigida pelo Instituto Brasileiro do Café, e da outras providências (aprovado em 1º turno na sessão de 10 de agosto de 1965, tendo pareceres, sob nº 1.057, de 1965, da Comissão de Redação, oferecendo a redução do prazo para o segundo turno.

Em discussão.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que o mesmo seja submetido a votos, é dado como definitivamente aprovado, independente de votação, nos termos do art. 272-A do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Redação do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A exposição do café de produção nacional, se poderá ser feita pelos pontos e pontos do território nacional fixados pelo Instituto Brasileiro do Café, na forma da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952.

Art. 2º E' assimilado ao crime de contrabando ou descaminho o deslocamento de café, no território nacional, desacompanhado da documentação exigida pelo Instituto Brasileiro do Café, na forma da Lei nº 1.779, de 22 de dezembro de 1952, seja qual for o meio de transporte utilizado.

Parágrafo único. Incidem no crime previsto neste artigo o transportador do café e todo aquele que estiver ligado a sua transação.

Art. 3º No caso na infração a que se refere o artigo anterior aplica-se, além da pena estabelecida no artigo 334 e seu § 3º, do Código Penal, a multa equivalente ao valor do café apreendido, fixada na base do preço oficial em vigor à data da apreensão.

Parágrafo único. Sem prejuízo das sanções previstas neste artigo, o infrator não terá direito à restituição do café apreendido, revertendo sua propriedade ao Instituto Brasileiro do Café.

Art. 4º Aplicam-se, no que couber, as disposições desta Lei quando se tratar de café desacompanhado da documentação a que se refere o artigo 2º e que se encontre em abandono ou em qualquer depósito.

Art. 5º E', também, assimilado ao crime de contrabando ou descaminho o desvio do café, no território nacional, para destino diferente do autorizado pelo Instituto Brasileiro do Café.

Art. 6º As infrações e apreensões serão processadas mediante auto lavrado por fiscal do Instituto Brasileiro do Café e, na sua falta ou omissão, por qualquer agente do Poder Público empenhado na repressão ao contrabando.

Parágrafo único. Do auto constará:

a) data, hora e local da diligência;  
b) nome do remete, do consignatário da mercadoria ou de seu proprietário e do transportador, pessoas físicas ou jurídicas;

c) descrição do café e do veículo transportador, de forma a identificá-los.

Art. 7º Lavrado o auto e recusando-se o infrator ou seu representante legal a se declarar ciente, a autoridade autuante certificará a recusa.

§ 1º. Ocorrendo o previsto neste artigo, far-se-á a intimação por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, publicado no Diário Oficial da União e, simultaneamente, no órgão oficial

do Estado, do Território ou do Município onde tenha ocorrido a infração.

§ 2º. Terá o autuado, para apresentar sua defesa, o prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência ou da publicação do edital de intimação.

§ 3º. Apurada a responsabilidade do autuado, o Presidente do Instituto Brasileiro do Café enviará cópia do processo administrativo ao Juiz competente para o procedimento criminal cabível.

Art. 8º. O Instituto Brasileiro do Café, para efeito de incorporação ao seu patrimônio do café apreendido e da multa depositada ou sua cobrança, quando não for previamente depositada, registrará, em livro próprio, as decisões condenatórias que passarem em julgado.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Mondim) —

Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.054, de 1965, das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1964 (número 1.652-B-60 na Casa de origem), que modifica os artigos 1º e 12 do Decreto-Lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis e autárquicos federais no estrangeiro, e da outras providências.

E discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1964 (nº 1.652-B-60, na Casa de origem).

**EMENDA Nº 1**

(de redação)

A ementa.

Dá-se a ementa a seguinte redação:

"Modifica e complementa o Decreto Lei nº 7.729, de 12 de julho de 1945, que dispõe sobre aperfeiçoamento, especialização, viagens de estudo e missões de trabalho de servidores públicos civis federais no estrangeiro".

**EMENDA Nº 2**

(de redação)

Art. 1º

Onde se lê:

"... servidores civis e autárquicos da União..."

Leia-se:

"... servidores civis federais, da administração centralizada e autárquica..."

**EMENDA Nº 3**

(de redação)

Art. 2º

Onde se lê:

"... ou o da respectiva autarquia..."

Leia-se:

"... ou a respectiva autarquia..."

**EMENDA Nº 4**

(Corresponde a Subemenda CS-3 à Emenda nº 1, de Plenário)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. — A autoridade administrativa terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de protocolo do pedido na repartição competente, para despachar requerimento relativo ao objeto deste Decreto-Lei.

Parágrafo único — A infração ao disposto neste artigo, quando decorrente de dolo ou má-fé, constituirá falta grave, sujeitando o seu autor a penas previstas para esse delito pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952".

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guilherme Mondim) — Para acompanhar, na Câmara dos Deputados, o andamento das emendas do Senado, é designado o Senador Sigisfredo Pacheco, relator da matéria na Comissão de Serviço Público Civil.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Mondim) —

Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 1.055 de 1965, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1965 (nº 206-A-61 na Câmara dos Deputados), que aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinada em Guadalajara, México, a 12 de setembro de 1961.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1965 (nº 206-A-61, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 65, nº 1, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1965**

Aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinada em Guadalajara, México, a 12 de setembro de 1961.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. E' aprovada a Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual", assinada em Guadalajara, México, a 12 de setembro de 1961.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



**O SR. PRESIDENTE:**

Está esgotada a Ordem do Dia. Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Vilça.

**O SR. MANOEL VILÇA:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, ocuparei a tribuna por alguns minutos, dado o adiantado da hora, para abordar um assunto que considero muito interessante.

Sabe Vossa Excelência e sabem os nobres Senhores, que o ilustre Senador Walfredo Gurgel disputa a governança do Rio Grande do Norte.

As suas qualidades morais, intelectuais e de homem público são sobejamente conhecidas daqueles que participam da composição do Senado da República.

Apresenta-se Sua Excelência à escôlia do povo do Rio Grande do Norte para dirigir os seus destinos, no próximo quinquênio, com um planejamento e uma definição de trabalho que terá a preferência do eleitorado, o que eu tenho certeza irá ocorrer.

O trabalho naturalmente não é completo porquê, sabemos todos, o Rio Grande do Norte, sendo um Estado dos mais subdesenvolvidos do País, não dispõe de equipe de técnicos capaz de uma obra de alto gabarito.

Dentro de nossas condições, — e é interessante frisar já está superada a época em que os homens se apresentavam ao eleitorado apenas com discursos, com chavões — já oferecemos ao eleitorado condições de optar, visando o futuro do Estado.

Permito-me, Sr. Senhor Presidente, a primeira parte do trabalho do Senador Walfredo Gurgel — que começa com uma filosofia de governo. Diz Sua Excelência: (le)

Em consequência da evolução e do aperfeiçoamento da democracia, no curso da história, incorporou-se ao conceito e à prática o regime de princípio de justiça social ou de igualdade, não só política e jurídica como, também, econômica. Ao lado da liberdade — valor mais alto do ser humano e elemento definidor da própria natureza do regime político instituído — despontou e afirmou-se, como direito e garantia a todos os cidadãos, o de desfrutarem um padrão de vida conígnio e de disporem das necessárias oportunidades para ascender socialmente, de acordo com as aptidões e inclinações vocacionais de cada um.

Tanto a justiça comutativa quanto a distributiva são, hoje, valores irrenunciáveis na vida democrática dos povos.

O desenvolvimento econômico deveria processar-se com atenção aos efeitos sociais dos objetivos visados. A única realidade verdadeiramente radical é o Homem, criado à imagem e semelhança de Deus. Em seu nome, em seu favor, em seu proveito e que deverá existir tudo o mais — a própria civilização, com seu conjunto de conquistas científicas e técnicas, que concedeu ao Homem a segurança e o conforto do progresso material.

Farei um Governo marcado pelos ideais de justiça, na mais ampla significação desse termo de tantas e tão complexas implicações.

Para isso, procurarei oferecer, ao maior número de pessoas, as condições de trabalho para sua manutenção e de seus dependentes. Pelo trabalho que engrandece o trabalhador e a sociedade, beneficiária do esforço de todos aqueles que, com suas energias, concorrem para o enriquecimento

coletivo, construirei, nos próximos cinco anos, um futuro mais próspero para o Estado e para os que nele vivem.

Nada, entretanto, poderá ser feito se o Governo não aplicar honestamente o dinheiro arrecadado do Povo para as obras públicas. E seu dever mais elementar e, ao mesmo tempo, o que deverá ser mais rigorosamente cumprido.

Através dos postulados da justiça social, baseados na doutrina cristã, executarei um Programa de Governo cujas principais diretrizes vão expostas neste documento.

Tenho certeza de que não cansarei um só momento no sentido de concluir as metas prometidas e espero também, confiante em Deus, que, para tanto, não me faltará o indispensável, valioso e consagrado apoio do Povo do meu Estado.

Porque entendo que a ação administrativa deve obedecer aos critérios de racionalização de um planejamento, estruturado em consonância com as reais necessidades e possibilidades de nossa economia, prestigiarei a atividade de órgãos técnicos, dispondo de tais atribuições, à semelhança do que se verificou no atual Governo.

Realizarei, dessa forma, um Governo voltado para o bem-estar social do nosso Povo e orientado por uma filosofia política de valorização do homem.

Senhor Presidente, o trabalho se divide em nove capítulos que são os seguintes: Política de Planejamento, Infra-estrutura, Industrialização, Política da Terra e do Campo, Política de Administração e Pessoal, Política de Bem-Estar Social, Política de Educação e Cultura, Política Financeira e Bancária e Política Municipalista.

Neste pequeno folheto, S. Exa. sintetiza e traça as diretrizes gerais do programa de Governo que ele fará à frente do Executivo do Rio Grande do Norte.

Considero muito auspicioso este fato, porque vamos saindo da época das improvisações e caindo naquela em que os homens públicos se apresentam com um programa nas mãos para julgamento do povo.

Convém ressaltar, entretanto, que não é esta iniciativa pioneira, no Rio Grande do Norte. O atual Governador, o Sr. Aloisio Alves, embora não tenha, de início, se apresentado ao povo com um programa estruturado desta maneira, também logo nos primeiros dias de Governo, traçou um plano de ação administrativa, do qual não se afastou. Agora, Monsenhor Walfredo Gurgel, que continuará o Governo do Sr. Aloisio Alves, mostra ao povo o que ele deseja e o que pode fazer no Estado. Não há, nesse folheto, nenhum sonho, porque, homem prático e objetivo como é Monsenhor Walfredo Gurgel, situa seu programa dentro da realidade do Estado. Acredito, como num dos pontos físi bem o Sr. Senador, que ele cumprirá a risca esse programa, quando afirma — os Srs. Senadores têm esse trabalho, que tive o prazer de distribuir a cada um dos nobres colegas — que nenhuma influência poderá afastá-lo do cumprimento das metas traçadas, mesmo que haja a possibilidade de ação vinda de outros interesses de ordem pública ou outra qualquer.

Deste modo, Sr. Presidente, é para mim e para o povo do Rio Grande do Norte uma grande satisfação ver que aqueles que pretendem disputar a preferência do eleitorado, têm um pensamento firmado sobre a ação administrativa que vão desenvolver naquela unidade da federação.

Eram estas as considerações que desejava fazer, para mostrar à Casa e à Nação que o meu Estado já dispõe de uma estrutura de planejamento e, dentro das nossas possibilidades, Monsenhor Walfredo Gurgel traçou um programa de governo que submeterá ao crivo do eleitorado do Rio Grande do Norte. (Muito bem!)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:**

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, falando para sete Srs. Senadores e para treze funcionários, não posso, entretanto, deixar passar a ocasião de ressaltar o pronunciamento, em defesa do regime democrático, que vem de ser feito, com a maior oportunidade, nesta hora, pelo Sr. Ministro da Guerra, General Costa e Silva.

Temo, Sr. Presidente, que amanhã os jornais dêem manchetes dizendo que fiz um pronunciamento de apoio ao Governo federal. Não seria a primeira vez. Já em outra oportunidade, quando, em discurso, exortei o Presidente da República a assumir as suas funções, a exercer na plenitude as atribuições que lhe foram delegadas pelo Congresso Nacional, vários jornais, na singular liberdade de imprensa de que desfrutamos, nesta hora, apresentaram meu pronunciamento como uma quase adesão ao Governo Federal. Creio que, desta vez, acontecerá a mesma coisa: as minhas palavras serão dadas à estampa, levadas ao público ao sabor dos interesses da hora presente, ao sabor do medo que caiu sobre este País, ao sabor da corrupção que domina muitos dos órgãos de opinião, de falsa opinião, da República brasileira.

Ainda assim, Sr. Presidente, venho à tribuna, para comentar o pronunciamento do Sr. Ministro da Guerra, que se afina com o meu ponto de vista. Não fora isso, eu não comentaria minuciosamente; não fora isso, eu não o destacaria, porque considero o Sr. Ministro da Guerra apenas um alto funcionário, um graduado funcionário com obrigações a cumprir, com as mesmas obrigações perante a Constituição, como qualquer outro cidadão desta República.

Mas, nesta hora singular que a República brasileira travessa, nesta hora extraordinária que a Nação vive, quando não sabemos o que acontecerá amanhã, o que virá amanhã, qual será o regime a reger este País, amanhã, é de se ressaltar o recente pronunciamento do Sr. General Costa e Silva contra a preconizada reforma do regime, contra uma nova institucionalização, que nós não sabemos se seria apenas o continuismo, se seria apenas a manutenção de um Partido no Poder, como atualmente verificamos no país.

Venho lembrar o pronunciamento do Sr. Ministro da Guerra, porque ele revela isenção, revela fidelidade a princípios democráticos, revela respeito ao povo, que é a única autoridade, nesta hora, para decretar, pelo

voto livre, universal, secreto e direto qual o Governo que deseja, qual o regime que respeita e que adota.

Foi essa, precisamente, a manifestação do Sr. Ministro da Guerra, contra as manobras a respeito de um falso parlamentarismo, a respeito de eleições indiretas, a respeito de todas essas farsas que se encenam e que, afinal, objetivam apenas tirar ao povo o direito de escolher os seus mandatários, tirar ao povo aquele direito que está consagrado no Art. 1º da Constituição, segundo o qual todo poder emana do povo e em nome dele será exercido.

O pronunciamento do Sr. Ministro da Guerra vem ao encontro das aspirações do povo brasileiro que, neste momento, quer apenas ter o direito de decidir, o direito democrático de escolher, o direito inalienável de ter opinião e não, Sr. Presidente, o direito de ser apenas um povo tutelado, dirigido e orientado por vontades que não são as suas.

Temos diante de nós uma verdade: um partido político empolgou o movimento de abril de 1963; um partido político ocupou as principais posições, na República, depois do movimento político de abril de 1963. E esse partido político está pretendendo falar à Nação, em nome de ideais que são apenas os seus ideais, isto é, seus interesses, que se consubstanciam apenas no medo, no medo do povo, no medo de eleição, no medo da convocação no medo do debate livre, no medo de ir às urnas para disputar postos que jamais conseguiram, de outra forma, se não pelo movimento que eclodiu naquele ano de 1963.

Nesta hora, Sr. Presidente, em que as vozes mais autorizadas são as vozes militares, no momento em que o que os rumos que esta Nação toma são os rumos ditados pelos comandos militares, nesta hora a voz do Ministro da Guerra, o pronunciamento do Ministro da Guerra é uma voz e é um pronunciamento democrático afirmado perfeitamente com a vontade do povo.

Dai minha presença nesta tribuna, falando, como disse, para sete Senadores, para alguns funcionários e para o jornalista. Faço-o, apenas, para que fique consignado nos Anais e para que alguém que ressaltou um pronunciamento que vem ao encontro da aspiração do povo, que deseja apenas ser livre, ter opinião, votar, opinar, contra a vontade da União Democrática Nacional, que, tendo adquirido o Poder, pela forma mais indireta, mais adversa ao verdadeiro processo democrático, não quer perdê-lo nas urnas que se abrirão livremente à decisão do povo!

Estas as palavras que desejava pronunciar. (Muito bem).

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondin) — Não há outros oradores inscritos. Nada mais havendo que tratar, vou levantar a sessão, designando para a da próxima segunda-feira a seguinte:

**ORDEN DO DIA****Sessão de 6 de setembro de 1965****(SEGUNDA-FEIRA)**

— 1 —

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 1964**

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1964, de autoria do Sr. Senador Guido Mondin, que altera o Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências (aprovado na sessão de 17-8-1965, em substitutivo da Comissão de Educação e Cultura), tendo parecer nº 1.028, de 1965, da Comissão de Redação, com a redação do vencido.

**O SR. PRESIDENTE:**

(Guido Mondin) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos)

**ATOS DO SR. DIRETOR-GERAL****PORTARIA Nº 92 DE 3 DE SETEMBRO DE 1965**

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições resolve, nos termos do



Artigo 208 da Resolução nº 6, de 1960, suspender por três dias Manoel Ferreira Soares, Ascensorista, FT-7, por falta de exatidão no cumprimento do dever, a partir desta data.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de setembro de 1965. — **Evandro Mendes Vianna**, Diretor-Geral.

#### PORTARIA Nº 93 DE 2 DE SETEMBRO DE 1965

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições resolve, designar **Léa José de Silva**, Oficial Legislativo, PL-5, para responder pela Diretoria do Exército, durante o impedimento do titular efetivo.

Secretaria do Senado Federal, em 2 de setembro de 1965. — **Evandro Mendes Vianna**, Diretor-Geral.

O Diretor-Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 9 e 11 da Resolução nº 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

DP-911-65 — de Francisco Marinho Bandeira de Mello Junior, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Aeronáutica, num total de 5.801 dias;

DP-920-65 — de Carlos do Carmo Moreira, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Aeronáutica, num total de 2.679 dias;

DP-950-65 — de Dalton Jerônimo Fuzer, Motorista, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Aeronáutica, num total de 3.862 dias;

DP-807-65 — de Walter da Costa, Motorista, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército Nacional, num total de 390 dias;

DP-871-65 — de Jorge Fontoura Macedo, Auxiliar de Portaria, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Exército, num total de 333 dias;

DP-574-65 — de Luiz de Souza Leão, Auxiliar Legislativo, PL-10, em que solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Ministério da Marinha, num total de 2.418 dias para todos os efeitos legais, e somente para aposentadoria o total de 803 dias de serviço prestado à Campanha em operação de Guerra;

DP-618-65 — de Divaldo Fernandes Pereira, Auxiliar de Encadernação, FT-5, em que solicita abono de falta no período de 26 a 31 de maio de 1965, num total de 6 dias, por motivo de "Gala";

DP-881-65 — de Waldemar Araújo Oliveira, Auxiliar de Limpeza, em que solicita conste em seus assentamentos o Diploma do Curso de Datilografia;

DP-882-65 — de Maria Judith Rodrigues, Oficial Arquivologista, PL-3, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 30 de agosto de 1965;

DP-931-65 — de José Arthur Alves da Cruz Rios, Assessor Legislativo, PL-3, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 8 de setembro de 1965;

DP-907-65 — de Valdecir Sifronio do Nascimento, Servente de Administração, FT-8, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 5 de outubro de 1965;

DP-203-65 — de Sebastião Nogueira, Taquígrafo de Debates, PL-4 em que solicita seja cancelado o salário-família referente a seu filho Ivan Ferreira Nogueira;

Concedeu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 11 e 37 da Resolução nº 6, de 1960, e de acordo com os atestados médicos, abono de faltas aos seguintes funcionários:

No mês de junho de 1965:

Carlos Augusto Senise, Controlador Gráfico, PL-5 nos dias 14 e 15;

No mês de julho de 1965:

Emmanuel Novaes, Auxiliar Legislativo, PL-9, nos dias 7 e 8;

No mês de agosto de 1965:

Francisco Antonio Baptista Campos, Auxiliar Legislativo, PL-10, no dia 4;

Sergio Luiz Alagernovits, Redator de Radiodifusão PL-4, nos dias 12 e 13;

Mary Faria Albuquerque, Oficial Legislativo, PL-6 nos dias 12 e 13;

Maria Riza Batista Dutra, Oficial Bibliotecária, PL-3, nos dias 12 e 13;

Artemira Sampaio Castelar, Auxiliar Legislativo, PL-8, no dia 13;

Roberto Saraiva Barbosa, Auxiliar de Limpeza, no dia 13;

Walter Baptista Lage, Ajudante da Portaria, FT-7 no dia 13;

Antonio Borges da Costa Filho, Locutor de Radiodifusão, PL-10, no dia 13;

João Azevedo da Silveira, Ajudante da Portaria, FT-7, no dia 13, saída antecipada;

José Gervásio Torespente, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 13;

Jorge de Oliveira Nunes, Oficial Legislativo, PL-5, no dia 13;

Iracina Soares Pereira, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 13;

João Pasilício Rosa, Auxiliar de Limpeza, no dia 14;

Beatriz Brown Costa, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 13;

Raimundo Manoel Bezerra, Auxiliar de Limpeza, no dia 16;

Jose Luis Nogueira, Auxiliar de Limpeza, no dia 16;

Demerval Gomes Ribeiro, Servente de Administração, FT-3, no dia 16;

Lourival Zagonel dos Santos, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5, no dia 16;

Luiza Ferreira Afonso, Oficial da Ata, PL-3, no dia 16;

Geraldo Lima Aguiar, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 16;

Em Simão, Auxiliar de Secretaria Substituto, FT-5 no dia 16;

Joaquim Serafim de Souza, Auxiliar de Limpeza, nos dias 16 e 17;

Aracy Francisco, Servente de Administração, FT-8, nos dias 16 e 17;

Maria Fê e Silva Strival, Telefonista, PL-14, nos dias 16, 17 e 18;

Antonio de Pina, Operador de Som Substituto, FT-6, nos dias 16, 17 e 18;

Manoel Thomas da Rocha, Auxiliar de Encadernação, FT-5, nos dias 16, 17 e 18;

Helena de Moura Lara Resende, Auxiliar Legislativo, PL-9, nos dias 16, 17 e 18;

Beatriz Drow Costa, Oficial Legislativo, PL-6, nos dias 16 e 17; levando à conta de licença para tratamento de saúde os dias 18, 19, 20, 21, 22 e 23;

Aureliano Pinto de Menezes, Auxiliar Legislativo, PL-10, nos dias 17 e 18;

Waldiney de Oliveira, Telefonista, PL-12, no dia 17;

Berilo Lencosk Silva, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 17;

Ivo Teixeira Nico, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 17;

Luiz Fernando de Sá Mendes Vianna, Redator de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, nos dias 17, 18 e 19;

Léa Augusta da Silveira L.R. Castro, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 18;

José de Freitas, Ajudante de Portaria, PL-7, no dia 18;

Luiz Waldevino de Lima, Auxiliar de Portaria, PL-10, no dia 18;

Paulo Weguein Lelpech, Conservador de Documentos, PL-6, no dia 18;

Astrolábio da Silva Caminha, Mecânico Substituto, FT-3, no dia 18;

Armandina José Vargas, Oficial Legislativo, PL-4, no dia 18;

Republicar por haver saído com incorreções no D.C.N., de 5-8-1965:

O Diretor Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160, itens 9 e 11 da Resolução número 6, de 1960, deferiu os seguintes requerimentos:

DP-514-65 — de João Alves da Silva, Motorista, PL-9, em que solicita férias relativas ao exercício de 1963, a partir de 7 de junho de 1965;

Republicar, por haver saído com incorreções no D.C.N. de 26-8-65:

O Diretor Geral, concedeu ...

Artemira Sampaio Castelar, Auxiliar Legislativo, PL-8, no dia 12;

Rosalma Soares da Costa Jackel, Telefonista, PL-4, on dia 12;

Diretoria do Pessoal, em 31 de agosto de 1965. — **Maria do Carmo Rondon Ribeiro Saraiva**, Diretora do Pessoal.

#### DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENHOR SENADOR SIGEFREDO PACHECO NA SESSÃO DE 2 DE SETEMBRO, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

##### O SR. SIGEFREDO PACHECO:

(Para encaminhar a votação) — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores pos-

sucos da maior emoção e do maior pesar comunico ao Senado da República e à Nação o falecimento, ocorrido ontem no Rio de Janeiro, do Doutor Hugo Napoleão do Rego.

Foi na realidade uma grande perda, não só para o Piauí como para o Brasil.

Se examinarmos a personalidade do ilustre morto sob qualquer aspecto de sua gloriosa vida, como advogado, político ou chefe de família, só temos palavras a exaltar e elogiar.

Muito novo aos 21 anos de idade, formava-se em Direito pela tradicional Faculdade de Recife, aquele tempo a mais conceituada escola do Brasil rival da de São Paulo, não menos celebre.

Logo em seguida voltou a terra natal para exercer as funções da sua profissão. Casou-se com uma virtuosa e bela moça piauiense da prestigiosa família Freitas, da então cidade de Livramento, hoje Jose de Freitas, em homenagem a seu sogro que foi, na realidade, o grande condutor, o grande líder daquele povo.

Sendo o Piauí uma terra pacata, de paz, compreensão e concordia, oferecia um campo muito estreito, muito reduzido, para um advogado da cultura e dos conhecimentos de Hugo Napoleão. Resolveu, então, residir e exercer a sua profissão em Belém do Pará que então, era o grande centro econômico, financeiro e cultural do Norte. Lá, o Doutor Hugo Napoleão firmou-se rapidamente como grande causidico, especialmente no ramo do Direito Comercial que foi, durante a sua vida, a sua especialidade.

Posteriormente, ingressou como advogado no Banco do Brasil e rapidamente conquistou todas as posições da carreira, passando a ser o Chefe do Departamento, sendo o próprio Comendador de Banco, no Departamento de Belém, o Comendador Roberto da Fonseca. Apoiando-se como advogado no Banco do Brasil, entrou no mercado de ações e foi um dos grandes especuladores da Bolsa de Belém, chegando a ser um dos grandes especuladores do Brasil.

Foi, em suma, um homem e um cidadão de vasta importância para o Brasil e para o Piauí. Como político, Hugo Napoleão, depois de viver a sua vida pública do seu Brasil, era um homem formado com aquela situação de vida apagada do Piauí. Os Governadores, sem meios financeiros, limitavam-se

ao binômio: nomear e demitir, prender e soltar.

Faltavam-lhes os meios financeiros que possibilitassem a realização de empreendimentos reclamados pelo povo e não tinham nenhum auxílio dos poderes federais que ignoravam a existência do Piauí naquele tempo e que, ainda hoje, muitas vezes, é tratado como filho enjeitado da República.

Esleu-se, inicialmente, deputado estadual, e, posteriormente, ainda no tempo da velha República, em oposição, ao Governo Estadual deputado federal pelo Piauí. Era uma das conquistas mais difíceis, naquele tempo.

Na sua passagem, então, pela Câmara Federal, revelou-se aquele homem extraordinário. Era um tribuno *habitué* e, nos seus discursos, ficavam patentes a sua cultura, os seus conhecimentos, a sua facilidade de expressão e a lógica da sua argumentação.

Muitos de seus discursos foram enfileirados em volume que constitui um patrimônio para sua família, para seus amigos e para o Piauí que se orgulha desse filho ilustre. Sempre em oposição, colocou-se ao lado de Getúlio Vargas, contra Júlio Prestes, em 1929. Lutou bravamente, no Sul e no meu Estado, pela vitória de seu candidato e acabou um dos integrantes do movimento revolucionário de então. Estudante de medicina naquele tempo, terminando meu último ano, eu e meu irmão Claudio Pacheco nos entusiasmos pela atitude, pela coragem e pelos rascos de civismo de Hugo Napoleão.

Vitorioso a revolução, eu e meu irmão representávamos, no Estado, seus ideais e defendíamos seus princípios. Claudio, Diretor do seu jornal, deputado estadual e eu, médico da cidade de Campo Maior, coordenávamos a organização eleitoral de seu Partido.

Logo em seguida, entramos em contato com o governador de então, tenente Landri Sales, e enfrentamos a mais séria, difícil e dolorosa das lutas políticas havidas no Piauí. Houve lances heróicos — muitas vezes as balas sibiliavam e, na terra generosa, sepulturas eram cavadas para enterrar aqueles que morriam em defesa dos ideais e princípios que esposávamos.

Novamente eleito deputado de oposição em 1932, Hugo Napoleão fez parter da Constituinte de então, onde representou, com grande brilho, a cultura e a inteligência piauienses.

Em 1937, nos estávamos esgotados física e pecuniariamente, em nossa ardua luta contra o governo local na defesa dos princípios e das liberdades do povo piauiense. Recebi até confesso hoje, com um pouco de alegria o golpe de 1937, porque não tínhamos mais condições de sobreviver. Levamos quatro anos para nos recuperar e voltamos, então, ao sossego e a paz daqueles anos de ditadura, aliás, dolorosa para o Brasil. Durante aquele tempo eu não ouvia rádio nem lia jornais, porque não podia admitir que houvesse homem neste país onisciente e onipotente, que nunca errava e resolvia todos os problemas a contento, para a felicidade do povo.

Em 1945, com a candidatura do comendador Marcelino Ernesto Dutra à Presidência da República, regressamos à política para espalá-la. Por uma dessas inesperadas da sorte entrou no meu gabinete o Dr. Hugo Napoleão. Eu e meus amigos criamos condições para a candidatura Dutra, quando Hugo Napoleão e os seus colaboradores da candidatura de Sérgio Buarque de Gusmão.

Foi o Dr. Hugo Napoleão quem me elevou, não por um voto, não fiz nenhum esforço e fui um dos eleitos. Foi uma demonstração de gratidão dos clientes para com o seu velho médico.

Logo em seguida, consegui que Hugo Napoleão voltasse a combater e a lutar no mesmo Partido em que tinha

Ingressado, o glorioso Partido Social Democrático.

No preado seguinte, Hugo Napoleão voltava, como Deputado Federal, e foi meu companheiro na Câmara dos Deputados. Foi o mesmo luto, o mesmo, do mesmo e fiel ao mandato que o povo piauiense lhe outorgara.

O Sr. **Alcides de Carvalho** — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. **SIGFREDO PACHECO** — Obrigado V. Exa.

O Sr. **Alcides de Carvalho** — São muitos justos — agora o senado de personal de V. Exa. — as expressões com que está falando o deputado emérito do Deputado Hugo Napoleão. Vimos chamá-lo assim, Deputado Hugo Napoleão, porque sua passagem para a Câmara Federal, tanto na Primeira República como na Nova República, foi acompanhada por atividades de inteligência e cultura, grande advogado, como V. Exa. fizesse. Assim, neste momento, a Bancada do Partido Libertador, a expressão com que V. Exa. está representando esta grande perda para o Piauí e para a política brasileira. Já aos 73 anos de idade, Hugo Napoleão guardava a mesma vivacidade de espírito com que deixava ter, concorrido, ainda na mocidade, aos postos eletivos do Piauí. Conhecido, pessoalmente. Era homem de grande segurança pessoal. Todos que o fizesse se aproximavam tinham-se seus admiradores.

O Sr. **SIGFREDO PACHECO** — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa., que ilustra meu discurso, homenagem a grande morto e dá mais vigor, mais colorido às minhas expressões.

O Sr. **AURELIO VIANA** — Permite V. Exa. um aparte?

O Sr. **SIGFREDO PACHECO** — Pois não.

O Sr. **AURELIO VIANA** — Conheci o fustre morto na Câmara, Deputados. Fizemos amizade. Aquilo-o e muito. Culto, luto, cavalheiro, amava, como V. Exa. suporta, pela qual tanto luto. Por isso, na Câmara, para elevar o Piauí, para ser um representante digno daquele povo heróico, no sofrimento, que tanto luta pela sobrevivência. V. Exa., com suas palavras, revela que não somente o Piauí perdeu um grande filho, mas o nosso país perde um homem um nome de grande valor.

O Sr. **SIGFREDO PACHECO** — Muito obrigado, Senador Aurélio Viana, pelo seu aparte, homenageando o meu amigo e grande piauiense Hugo Napoleão.

Sr. Presidente, a atuação de Hugo na primeira como nas suas outras passagens pela Câmara dos Deputados, como disse, foi das mais brilhantes. Tive, no Governo do eminente brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, privilégio ímpar, que ele colocou, usou e desfrutou não em benefício próprio, mas do Piauí, dos grandes problemas piauienses.

Não mais se candidatou em 1958. Eu e ele desistimos de pleitear novamente as preferências do eleitorado piauiense, cansados, desejando apenas um merecido repouso, depois de tantos anos de lutas.

Como chefe de família, é difícil apertar-se uma vida mais pura, mais atá excessivo o seu zelo de pai pelos filhos, a sua dedicação de esposo por aquele companheira extraordinária que nós, os seus amigos, chamávamos, carinhosamente, de Dona Tíndia. A sua casa era um prolongamento do lar piauiense no Rio de Janeiro. Dona Tíndia distribuía aqueles seus sentimentos maternos, não apenas com seus filhos, mas a todos os piauienses que os procuravam, encontrando lá o calor, o conforto e a alegria do lar distante.

Os filhos todos receberam primorosa educação: um homem e duas mulheres: Aluísio, Lenita e Maria, continuam, hoje, na sociedade do Rio de Janeiro, a tradição que os pais, com sua cultura e seu empenhamento, lhes de finaram.

O Sr. **Alcides de Carvalho** — Permite V. Exa. outro aparte?

O Sr. **SIGFREDO PACHECO** — Pois não.

O Sr. **Alcides de Carvalho** — Mais de uma vez senti a extraordinária qualidade do pai de Hugo Napoleão. O encontro com que estava de guerra que estava sendo no Piauí, o seu filho, Hugo Napoleão, era realmente, uma pessoa inconfundível nos seus sentimentos de pai e de cidadão pela família e pelos filhos.

O Sr. **SIGFREDO PACHECO** — Exatamente.

Viva a alegria, do engrandecimento e da proteção dos filhos. Alcides Napoleão, filho do meu pai, no Piauí, através de concurso pelo Instituto Rio Branco e, hoje, o nosso embaixador no Iraque. Cinco netos sobrevivem, todos dignos da tradição do avô e do seu nome honrado e glorioso: Luis, Hugo, Marcelo, Tânia e Márcia.

Sr. Presidente, a emoção não me permite prosseguir. Quero deixar aqui, os meus sentimentos de pesar, do sofrimento, em meu nome pessoal, no meu Partido, em cujas fileiras era dos mais eminentes, e do meu Estado, que terá sempre presente, na sua memória, e na sua veneração, o nome de Hugo Napoleão. (Muito luto).

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA (INTERPELAÇÕES E RESPOSTAS) DA SESSÃO DE 2 DE SETEMBRO DO CORRENTE QUE SERÁ PUBLICADA POSTERIORMENTE.

O Sr. **PRESIDENTE**:

(Gilberto Marinho) — Terminada a fase de exposição do Sr. Ministro, passa-se a dar as interpeções, podendo cada senador dispor de dez minutos e S. Exa., o Sr. Ministro, também terá assegurado o prazo de dez minutos para responder a cada caso.

Antes de conceder a palavra ao Senador Vasconcelos Torres, primeiro e único orador inscrito, para as interpeções, indago de S. Exa., o Sr. Ministro, se deseja um pequeno descanso, segundo a praxe estabelecida pelo Senado. Se S. Exa. estiver disposto a prosseguir de pronto, darei a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

O Sr. **MINISTRO ARNALDO SUSSEKIND** — Da minha parte, Sr. Presidente, não acho necessário. Entretanto, se for praxe da Casa, obedeço.

O Sr. **PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Não, Exa., é apenas uma praxe no caso de haver necessidade.

O Sr. **MINISTRO ARNALDO SUSSEKIND** — Nesse caso, poderei prosseguir.

O Sr. **PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres, primeiro orador inscrito para fazer interpeções ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social.

O Sr. **VASCONCELOS TORRES**:

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro do Trabalho, se as estatísticas puderem ser pintadas teriam várias cores. A cor da estatística que acaba de ser exibida seria rosa...

A estatística é maleável. J. neste país, as estatísticas o mostram a fôdiz as interpeções. O Sr. Senador Guido Mondim, se tentasse pintar a minha estatística, o faria do preto...

Creio na sinceridade da exposição que cabe de ser feita pelo eminente Ministro do Trabalho. Dispondo de pouco tempo, redigi minha interpeção que está concebida nos seguintes termos:

(Lendo) — O problema do desemprego no Brasil, não deve ser encarado sob o ponto de vista político. A sua incidência e aumento progressivo dependem, a rigor, do problema econômico brasileiro e, por isso, o Ministério do Trabalho deve completamente desvincular-se de qualquer política econômica que ali se manifeste, não tem competência para o tipo de intervenção necessária que poderia promover em relação ao problema do desemprego. Da-se para e aos assuntos econômicos e desvincula-se do objeto principal da importante secretaria de Estado. Faltaria, talvez, uma tônica do trabalho, agravada, negativamente, pela escassez de recursos. A culpa, indispensável que se esclareça, não é sua, Senhor Ministro. Essas deformações vem de longa data e Vossa Excelência, não poderia ser incriminado pelos emborçamentos desse estranho novelo. As denúncias da sua importância para não estão, ainda, definidas e não tem chocam-se as competências, num atabafamento terrível, sem que um Ministro logre saber onde se inicia a sua autoridade e onde termina a do seu colega.

O estudo de problemas sociais não se faz com portais e resoluções. Uma equipe de sociólogos e de economistas devem integrar os quadros do Ministério do Trabalho, para o levantamento não só do desemprego em si, como também o do falso emprego e do sub-emprego. Por esse caminho chega-se ao conhecimento pelo menos aproximado, sobre as condições do mercado de trabalho a relação entre o número de braços paralisados e as bocas para serem alimentadas. Ver-se-ia, de igual modo, como a quebra do ritmo do desenvolvimento e a explosão demográfica atuam no agravamento do problema.

O seu Ministério teria, em algum tempo, mandado proceder a estudos sobre a interligação entre a agricultura e a indústria, com base no aproveitamento do excedente da mão de obra? Até que ponto, Excelência, o baixo índice de renda do povo brasileiro é fator de sub-emprego que, no fundo, é o desemprego disfarçado? V. Exa. dispõe de dados sobre a alimentação, o vestuário, a moradia e despesas forçadas do trabalhador brasileiro? Atrevo-me a dar a sua resposta: Não, porque nunca procedemos a um amplo estudo de tais pormenores, nem mesmo no Nordeste, onde o desemprego se apresenta em termos de tragédia.

Entre os meses de fevereiro e março, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo denunciava um aumento de 7,50% no índice de desemprego. Em Minas Gerais, na mesma época, Belo Horizonte, se a capital, num levantamento rápido e sem técnica, constata-se 50.000 desempregados. Na Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro, tendência descendente se observava.

Tenho em mãos, Sr. Ministro, o último Boletim da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara que diz:

Com base em pesquisa realizada junto a 194 empresas fabris, pertencendo a quase todos os ramos industriais, as quais empregavam, em dezembro de 1964, 39.196 operários, cifra que corresponde a 18,9% do total ocupado no conjunto manufatureiro naquele mês (176.994), constatou-se que a redução do quadro de operários foi de ordem 7,4% até o final do mês de maio, sendo que no primeiro trimestre de 1965, as duas primeiras em relação ao último mês do ano precedente. (Quadro I).

Tenho aqui as estatísticas dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, mas o tempo não me permite lê-las.

(Lendo) Em São Paulo o índice em junho era de 12,37 e em julho aumentou para 12,65.

E no Boletim "Previsão", editado pela sua seriedade, há um tópico que diz:

"Cálculos feitos recentemente, e baseados em 500 mil o número de pessoas sem trabalho no Estado de São Paulo. Cifra de 100 mil desempregados de atividades comerciais e industriais e 300 mil mais os desempregados decorrentes da total paralisação das obras, tanto federais, estaduais como municipais. As perspectivas do mercado de trabalho não podem ser otimistas."

Ainda, em Minas Gerais, excetuando a capital, conhecia-se o impacto do desemprego na indústria têxtil. Em Pernambuco, recentemente, 100.000 pessoas estavam paradas, em virtude do fechamento de 91 engenhos e 5 usinas, afetando a indústria de desmembramento em massa na indústria têxtil. Em São Paulo 15.000 tecelões foram dispensados e 10.000 metalúrgicos demitidos. Na terra bandeirante, de acordo com elementos fornecidos pelo Departamento Interministerial de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos, as despesas de empregados com mais de um ano de serviço, subiu, no primeiro semestre do corrente ano, a 32,87 sobre o número de desempregados em igual período do ano passado, verificando 82.831 contra 83.173. 86 de empregados com mais de um ano no mesmo serviço. Do total desses trabalhadores dispensados, 77,9% pertenciam à indústria, 15,5% ao comércio, 3,9% ao transporte e 2,5% aos bancos e companhias de seguros. O setor mais afetado foi o das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, com um aumento de 24,22 sobre o registrado no ano anterior e igual período. O setor de têxtil e vestuário com 19,47. Só no Tribunal Federal do Trabalho, em São Paulo, foram registrados no primeiro semestre de 1965, 25.000 contratos de trabalho contra 23.773, em 1964.

No Estado do Rio e na Guanabara, as estatísticas das despesas de trabalhadores são alarmadoras, enquanto aumentam os pedidos de falências e concordatas de empresas.

A Confederação Nacional da Indústria, por seu turno, informa oficialmente que tem recebido graves informações sobre a recessão nas atividades industriais do Nordeste, que está marginalizando um número cada vez maior de trabalhadores.

Sr. Ministro, já disse anteriormente a V. Exa. que é um país de estatísticas falsas. As estatísticas verdadeiras sobre o problema nos chocaria. Posso outros números, que não cito agora, em virtude de dispor somente de dez minutos para a interpeção. Há um requerimento de informações, deferido pela Mesa do Senado, perguntando dados sobre o desemprego em todos os Estados da Federação. Decorrido o prazo legal, aproveitou, agora, o ensejo para, respeitosamente, cobrar de V. Exa. a resposta devida.

E sobre o paradoxo de, em pleno desemprego, algumas fábricas reclamarem mão de obra qualificada? Sr. Sr. Ministro, que a falta de aperfeiçoamento responde, também, pelo fenômeno?

Essa quadra, se emocionou e preocupa não nos deve deixar atônitos, em perplexidade. É um desafio terrível que tem de ser aceito pelo digno Governo, do qual V. Exa. faz parte, e que, à luz disso, não pode ignorar as suas implicações com a própria segurança nacional. E se permanecer parece-me não ter escapado a V. Exa.

Vossa Excelência, Sr. Ministro Arnaldo Sussekind, já negou a existência do desemprego, mas, posteriormente, teve a dignidade com base nos estudos que lhe chegaram às mãos, entendendo que o fenômeno realmente existia, de reconsiderar impressão e proclamá-lo, como fez hoje nesta Casa, com toda a sinceridade e com o nosso respeito e admiração.

Afirma-se que o país necessita oferecer uma milhão de novos empregos por ano, às pessoas em idade de trabalhar. Todavia, a oferta deprecia-se.

Poderia o honrado titular do Trabalho, informar ao interpeleante, a média mensal de operários ocupados em estabelecimentos da indústria de transformação com mais de cinco pessoas, em 1964 e no primeiro semestre de 1965, comparada com a dos anos de 1960, 1961, 1962 e 1963?

V. Excia. não estará obrigado a dar resposta de pronto, porque são dados estatísticos e eu estimaria recebê-los para, justamente, relacionar esses dados com o fenômeno de desemprego.

Desejava saber, Sr. Ministro, qual a indústria maior absorvedora da mão de obra urbana e qual o índice de desemprego por ela agora revelado?

Considera o Ministro do Trabalho a não colocação da mão de obra como desemprego? Estimaria ser informado, também, até que ponto, a falta de crédito à indústria influenciada no comércio e, até que ponto a grave inflação tem a sua responsabilidade?

Sr. Ministro do Trabalho:

Aos estudiosos do complexo tema que V. Exa. aborda, agora no Senado Federal, com inequívoco *savoir dire*, não tem escapado a circunstância de que o *desemprego inicial* é motivado pela migração rural. O Ministério do Trabalho procedeu estudos a respeito, inclusive apurando nas áreas da construção civil e de obras públicas, sobre a temporariedade de emprego desses elementos providos do campo, e, paralelamente, se existe relação entre o acréscimo da taxa de desemprego no meio urbano com a mobilidade campestre.

Indago, ainda, Sr. Ministro, se o problema do desemprego nas zonas rurais se apresenta com gravidade.

Creio, Sr. Ministro, que a criação do emprego está na dependência da política estimulativa dos investimentos, condicionada pela política salarial justa e pela intensa atividade creditícia. Impetraria, de V. Exa. para por termo a minha arguição que fosse abordado o incentivo da construção civil e de obras públicas, como agentes capazes de diluam o desemprego.

Verdade seja dita que V. Exa. relacionou um expressivo número de frentes de trabalho que foram e serão abertas. Apenas gostaria que V. Exa. — naturalmente que o problema, sendo estudado com o caráter de seriedade que a ele deve ser emprestado neste País, que sente o fenômeno em cada passo, embora negado às vezes — que V. Exa. esclarecesse se essas frentes de trabalho, depois de terminadas, qual a garantia, porque a temporariedade é o fator principal de desemprego. Evidente que elas, no momento, vêm corrigir uma anomalia. Mas a constância dessa obra é relativa. Por muito tempo que demorem, não irão além de dois ou três anos. A não ser — e aí também V. Exa. o pudesse responder que, criada uma frente de trabalho cria-se também novos mercados de trabalho, com a aplicação da mão de obra disponível no momento para outras atividades.

Sr. Ministro, V. Exa. há de convir comigo e com o Senado, o desemprego é uma borrasca. A atitude a ser tomada não pode ser a do avestruz. Encarém-lo e partamos para a retomada de desenvolvimento econômico, a fim de erradicá-lo.

Esta conclusão praticamente se ajusta também ao final da brilhante explanação de V. Exa. Ouvi, no final de suas palavras que o eminente Chefe do Governo enviara mensagem ao Congresso criando a assistência financeira aos desempregados. Se vai enviar ao Congresso proposta dessa natureza, implicitamente o Governo reconhece a existência de desempregados, do contrário não iria pedir assistência financeira para eles.

Julgo que é um passo decisivo para que não assistamos a trabalhadores — e aqui em Brasília esse quadro se repete a cada hora — esmolando, pedindo para voltar para os seus pontos de origem, pedindo passagem, pedindo emprego.

Esses candangos que ajudaram a construir Brasília, obreiros anônimos desta cidade tão discutida, têm realmente necessidade de um aparelhamento, através do seu Ministério que os possibilite possuir um mínimo, já que todos são iguais perante a lei.

E esse serviço, de inspiração social, inegável, vale como talvez uma providência efetiva para a correção da anomalia que observamos em todos os Estados da Federação, relativamente ao desemprego.

Quero felicitar a mim mesmo e ao Senado pela oportunidade que, hoje, tivemos do comparecimento de V. Exa. Não se pode acair o problema do desemprego com discursos demagogos. Ele nos deve ensinar a profunda meditação. Acho, pois, que fiz justiça a V. Exa. ao declarar que o seu Ministério está desapparelhado para o tipo de pesquisa de que necessitamos, para fazer, devidamente, esse fenômeno. Na verdade as mãos de V. Exa. chegam estatísticas — não digo, interessadas — cuja exatidão não contestei; mas, por outro lado, chegam a nós estatísticas que, também, V. Exa. não poderá contestar. Desse confronto de estatísticas, talvez — acho que V. Exa. concordará comigo — se chegue a conclusão de que há necessidade imperiosa do seu Ministério criar um corpo de analistas sociais, de pesquisadores, um corpo de sociólogos. Assim, Sr. Ministro Arnaldo Sussekind, poderemos ter a fotografia social desse problema, evitando-se, então, nas discussões estérteis sobre se há ou não desemprego. Este levantamento que reclamamos. Praza aos céus que da visita de V. Exa. desta entrevista — onde procurei dar a cada palavra um sentido construtivo — amanhã, essa Pasta, tão importante para o País, no crescimento demográfico mais impressionante de todo o mundo, venha a dispor dos elementos necessários para bem conhecer o problema.

Esta a minha interpelação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Senhor Ministro Arnaldo Sussekind.

O SR. MINISTRO ARNALDO SUSSEKIND:

Srs. Senadores, é com satisfação que respondo às palavras do eminente Senador Vasconcelos Torres, cujos propósitos, sem dúvida são os mesmos do Ministério do Trabalho, do Governo Federal. Não senti nas suas palavras qualquer contestação às informações que aqui trouxe. Sua crítica foi ao próprio desapparelhamento administrativo do Ministério do Trabalho que reconhece. S. Exa. vem de causas mais remotas.

Vou procurar, na medida do tempo de que disponho, responder os principais tópicos, que anotei, da interpelação de S. Exa.

Em primeiro lugar, devemos focalizar o aspecto das estatísticas, de vez que, apesar do estudo de ordem sociológica constante da minha exposição, é indiscutível que a base de fato para o analista, para a economia, o jurista e o parlamentar retirar suas

conclusões são os números, os quais, infelizmente, conforme tive oportunidade de acentuar na minha exposição, devem ser recebidos com a devida cautela, de vez que ainda inexistem, no Brasil, um sistema estatístico coordenado por órgão central, capaz de propiciar resultados ou revelações seguras, no que tange ao problema do desemprego.

Desde logo, entretanto, farei uma crítica, que deixei nas entrelinhas da minha exposição, mas que, agora, faço às interpelações de S. Exa. de desejo explicitar.

S. Exa. o Sr. Senador Vasconcelos Torres apresentou estatísticas da Federação das Indústrias de São Paulo, até o mês de março ou abril, se não me engano, mas as tenho elaboradas em agosto pela mesma Federação das Indústrias de São Paulo, abrangendo até 30 de julho.

Nessas estatísticas — e fiz a devida análise na minha exposição — o que se revela é, precisamente, que nos meses de abril a junho, conforme aqui afirmei, tornou-se mais agudo o problema do desemprego no setor de indústria de São Paulo. Mas as mesmas estatísticas revelavam que, no mês de julho, houve estancamento das despedidas. É possível que tenha havido despedidas, com a admissão de outros. Mas houve estancamento do desemprego, sendo que sete dos quinze setores pesquisados pela Federação revelavam crescimento no seu quadro da pessoal.

Dei apenas dados-síntese. Mas, face ao confronto das estatísticas, vou-me permitir a ler os índices de aumento da mão-de-obra atetados pela própria Federação, entre os meses de junho e julho, nos sete setores industriais a que já me referi:

1. Indústria Química-Farmacéutica — aumento de 1,5%.

2. Indústria de Artefatos de Borracha — aumento de 0,2%.

3. Indústria de Brinquedo e Instrumentos Musicais — aumento de 4,5%.

4. Indústria Química-Farmacéutica — aumento de 1,5%.

5. Indústria de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas — aumento de 0,1%.

6. Industrias Diversas, inclusive Transportes e Comunicações — aumento de 0,5%.

Em sete setores, portanto, onde houve recuperação; em sentido global, houve estancamento.

É evidente que, se após um período de crescimento de desemprego ocorre estancamento, isso representa uma primeira fase para passar a absorção da mão de obra desempregada. Lembraria, aqui, oportuna frase do grande Presidente John Fitzgerald Kennedy: "para se percorrer algumas léguas, a primeira coisa a se fazer é dar o primeiro passo. O primeiro passo, no caso, é o estancamento, o que está ocorrendo.

Vê assim o eminente Sr. Senador Vasconcelos Torres que as minhas estatísticas ou as estatísticas que me chegam às mãos, são de fontes autênticas, como as suas, mas interpretadas e devidamente analisadas, no seu sentido global. Elas revelam duas coisas: que houve desemprego setorial, isto é, não global, porque o comércio aumentou o número de empregados. Tenho aqui, se S. Exa. o desejar, o número de contribuintes, mês a mês, do IAPC, em todo o Brasil. E nos campos, na atividade rural, não há reclamações de desemprego, a não ser em Pernambuco onde, tive a oportunidade de analisar, o problema é de natureza diferente: é um desemprego de ordem estrutural, de licer, que nada tem a ver com os planos de combate à inflação, que atingiram setores da indústria de São Paulo.

Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, etc. — no setor industrial de um modo geral.

Estatísticas existem. Muitas publicações em jornais, algumas exageradas, outras querendo minimizar o problema.

Algumas estatísticas, entretanto, têm sido muito mal feitas, no que concerne a esse problema. Quando uma entidade deseja fazer uma estatística — porque lhe interessa comprovar que há desemprego — ela vai coletar dados em setores atingidos pelo desemprego, esquecendo que uma estatística sobre desemprego só tem validade se coletar dados tanto em setores afetados pelo desemprego, quando em setores não atingidos. O índice de 10 a 12% que chegaram a publicar, relativo a São Paulo, evidentemente constitui conclusão fantasiosa de dados que se estariam simplesmente numa coleta de setores atingidos pelo desemprego.

Vêem V. E's que se o Ministério do Trabalho e Previdência Social quisesse provar estatisticamente o contrário, seria fácil. Bastaria coletar dados nas indústrias de alimentação, química e farmacéutica, gráfica, de São Paulo e o resultado seria um aumento de "X" por cento da mão-de-obra. Então, afirmaria: Houve aumento de mão-de-obra em São Paulo. Mas, estaria chegando a uma conclusão errônea na interpretação e análise da estatística. Uma estatística que revela um índice de 10 e 12%, se analisando o setor atingido, não pode ser generalizado; porque, para se generalizar o índice encontrado numa unidade da Federação, seria necessário que se obtivesse a média ponderada de cada setor industrial, comercial, bancário, de transporte, rural, etc., para, através dos índices encontrados em cada setor e levando-se em conta o peso que representa na comunidade operária cada um desses setores, chegar à conclusão sobre o índice global.

Isso as estatísticas de S. Exa. não apresentaram, motivo por que não nos impressionam. Não que duvide delas, como S. Exa. não duvida das minhas. Mas a crítica, nessa análise, foi feita tendo em vista setores sobre os quais incidiu o fenômeno e não em termos globais. S. Exa. referiu-se ao Estado da Guanabara. Posso a estatística da Guanabara, oriunda da mesma fonte de S. Exa. Toma por base o mês de dezembro, revelando já aí um erro, porque não se pode cotejar o índice de mão-de-obra atinente a maio e junho confrontando-o com dezembro, que é o mês pico, é o mês onde há maiores atividades na produção, no comércio e nos transportes. Ainda assim, confrontando-se o mês de maio de 1965, mês de crise que não neguei, com dezembro de 1964, o que se encontrou foi precisamente que, em alguns setores da indústria da Guanabara, houve crescimento da mão-de-obra empregada, indústrias de papel, papelão, têxtil, bebidas, etc.; em outras houve decréscimos insignificantes, como minerais não metálicos, que passou de 100% para 98,1%; metalurgia, que passou de 100% para 98,7%, e materiais elétricos, que passou de 100% para 97,9%. Aliás, quem reside na Guanabara sabe perfeitamente que lá não existe, em termo de gravidade, qualquer problema de desemprego.

Quero aproveitar a oportunidade para retificar uma afirmação que me foi atribuída. Jamais neguei a existência de desemprego setorial. Desconheço em que se baseou o eminente Senador que requereu minha presença nesta colenda Casa. É possível que em jornais; mas nem sempre se publica nos jornais aquilo que os Ministros dizem, ou que os homens



públicos dizem. Alguns jornais publicam, realmente, o que se diz, outros não. É possível que S. Ex.<sup>a</sup> se tenha baseado em algum notícia. Ocorre que jamais neguei a existência de desemprego setorial. O que neguei, quando no princípio do ano fui interpelado pela imprensa, foi a existência da calamidade pública do desemprego que se dizia existir, isso porque concluí o meu trabalho uma comissão interministerial, composta de cinco membros, que analisou todos os setores econômicos brasileiros e chegou à conclusão de que, em dezembro de 1964, a mão-de-obra era maior do que em dezembro de 1963, e que de março de 1964 a dezembro de 1964, havia crescido em quase cinco por cento o contingente da mão-de-obra empregado.

Quanto ao desaparecimento administrativo do Ministério do Trabalho, sobretudo no que diz respeito à estatística e a estudos de natureza sociológica, embora S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Senador Vasconcelos Torres tenha absolvido de logo o atual Ministro, devo confirmar que, em realidade, encontrei o Ministério do Trabalho totalmente desaparecido, não apenas por questão de estatística, mas de um modo geral. A pouco e pouco estamos aparelhando e essa lei, cujo projeto anunciei hoje por ordem do Sr. Presidente da República, completará esse órgão.

Já que sou chamado à autoria para abordar esse ponto, recordo, em rápidas palavras, que até a reforma que propusemos e que foi adotada pelo Congresso Nacional, tínhamos a seguinte situação: não havia nenhum órgão do Ministério do Trabalho com competência específica para cuidar de salários; não havia nenhum órgão do Ministério com competência específica para cuidar de problemas de mão-de-obra. Como o problema salarial tem uma dinâmica que torna impossível o seu aliamento, um outro órgão, o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — SEPT — é que cuidava da parte de salários, e, porque ocupava todo o seu tempo cuidando da parte salarial, não tinha tempo de fazer estatística. Então um órgão de estatística é que cuidava da política salarial e não fazia estatística, e nenhum órgão cuidava da parte da mão-de-obra.

Criamos, entre outros órgãos, o Departamento Nacional de Emprego e Salários, a fim de que o Serviço de Estatística passasse a fazer estatística e adquirimos, depois de concorrência pública — e sabem V. Ex.<sup>as</sup> que depois de aprovada a lei em dezembro, regulamentada em fevereiro e aprovado o respectivo orçamento, uma concorrência pública e a respectiva instalação não podem ser efetivados em duas ou três semanas — criamos e dotamos esse serviço de estatística de aparelhagem eletrônica, para que realmente possa fazer rapidamente, incontinentemente, todas as apurações.

Hoje, existe, criado no Ministério do Trabalho, o Centro de Processamento de Dados, cujo funcionamento só agora se tornou possível só agora começou a funcionar a aparelhagem eletrônica adquirida através de concorrência pública.

No Ministério do Trabalho existe uma das melhores fontes de estatística para os fatores alusivos ao trabalho. Eu me refiro às relações de dois terços, aquelas relações que todos os empregadores têm anualmente de mandar, atualizadas, ao Ministério. Elas estão no porão do Ministério do Trabalho arquivadas, porque há mais de 10 anos não eram apuradas e só agora, com essa aparelhagem eletrônica, será possível sua apuração.

Por outro lado, o desdobramento do Departamento de Emprego e Sa-

larios tornou-se imperioso, porque a nova legislação sobre política salarial aumentou os encargos na parte salarial desse Departamento e daí, em consequência, a conveniência de que ele se desdobre, a fim de que um Departamento exclusivamente para problemas de mão-de-obra, possa não apenas manter o cadastro de emprego, subemprego e desemprego de lei, mas, igualmente, orientar o processo de formação profissional, através dos órgãos de realização a sua execução no Brasil, para que, criando maior número de operários qualificados ou mesmo sem-qualificados e de técnicos, diminua a incidência do desemprego. Confinuo neste ensejo, a declaração do nobre Senador Vasconcelos Torres, de que não há desemprego para o trabalhador qualificado; e o estudo coordenado que deveria ser feito por esse Departamento levaria a ampliar-se a obra governamental e a obra privada do SENAI e do SENAC e do SENAC, no que se refere à formação profissional brasileira.

Infelizmente o tempo é curto e não posso aprofundar-me em cada uma das considerações que anotei. Por isso, vou rapidamente abordá-las.

Não é exato — e peço permissão para assim referir-me que haja confusão de atribuições...

O Sr. Vasconcelos Torres — Quero dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Ministro Arnaldo Sussekind, que não avancei sem exatas ou não.

O SR. MINISTRO ARNALDO SUSSEKIND — Não estou atribuindo a V. Ex.<sup>a</sup> o fato. Não é exato que haja invasão nas atribuições entre os Ministros. O que há é que o Presidente da República é o responsável por toda a execução e planejamento da política do Governo que dirige dentro do regime presidencialista. Como Chefe do Poder Executivo se reúne não só individualmente com seus Ministros, mas com setores dos Ministérios (até com todo o Ministério, sempre que um problema deva ser focado sob um aspecto, com reflexos em outros setores da Administração pública.

Dai por que muitos problemas, como o desemprego, não podem e não devem ser examinados apenas pelo Ministério do Trabalho. O desemprego é consequência, e a sua causa não ao Ministério do Trabalho remová-la; razão por que o Sr. Presidente da República reúne os Ministros interessados no problema para um debate geral e, depois de ouvir os respectivos setores, resolve o que naquele momento em diante, passa a constituir orientação governamental adotada por todos os Ministérios.

Da análise dos dados de Pernambuco — recordo que reconhecemos para Pernambuco um fenômeno diverso do que o que ocorre nos setores industriais ousei afirmar, que a solução para esse problema será realmente a reforma agrária. Mas vale assinalar que os dados que S. Ex.<sup>a</sup> divulga correspondem a época de entressafra; a safra da lavoura canavieira iniciou-se ontem, dia 1º de setembro, data em que se inicia a moagem, razão por que os dados que apresentei em negro representam uma situação ocorrida na entressafra, que tem que se descolorir por força do fato de que essa incidência não corresponde a uma época que sirva de cotejo, mas simplesmente de desemprego apanhado uma época de entressafra. Dai o argumento de S. Ex.<sup>a</sup> de que, com números estatísticos, se pode chegar a várias conclusões, o que é verdade.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.<sup>a</sup> está dando uma prova exuberante disso.

O SR. MINISTRO ARNALDO SUSSEKIND — V. Ex.<sup>a</sup> indaga qual o se-

tor que mais contribui para o emprego no Brasil. No meu entender, — e peço perdão se não for preciso em números, uma vez que do requerimento de S. Ex.<sup>a</sup> não consta esta arguição — é o da construção civil. É o setor que mais contribui para o emprego e isto sob diversos prismas: diretamente, pelo contingente de mão-de-obra que emprega; em segundo lugar, pelo fato de absorver, com facilidade, mão-de-obra desqualificada que é aquela onde mais grave se torna a dificuldade de emprego; e, finalmente, pelo fato de que a construção civil, quando ativada, impulsiona uma cadeia, uma série imensa de outros empreendimentos econômicos, desde o aço, até as pequenas peças que se colocam dentro de uma moradia. A construção civil é, portanto no meu entender, aquele setor que necessita de cuidados especiais por parte do governo federal, não só por esses três argumentos, que já seriam suficientes, mas igualmente porque houve como que uma paralisação, face às ameaças de reforma urbana, durante a última fase do governo deposto.

As leis, vistas por um prisma unilateral, conduziram a um amortecimento os empreendimentos da área da construção civil. Já retomavam o nível anterior? Não! Não seria honesto se dissesse outra coisa. Tem o Governo descurado de providências para incentivar e reativar a construção civil? Também não seria honesto quem dissesse agora o contrário.

Dentre essas providências vemos a instituição do Banco Nacional de Habitação, que, pelas naturais limitações para sua instalação e seu empreendimento, evidentemente ainda não pôde apresentar o resultado que todos nós, a começar pela própria Presidente do Banco, desejamos. Mas o decreto a que me referi, há pouco, concedendo facilidades fiscais, já assinado recentemente, visa a incentivar a construção civil e o projeto de lei, já encaminhado ao Congresso Nacional, visa igualmente a estimular, propiciando várias facilidades e várias modificações, o desenvolvimento da construção civil.

O eminente Senador Vasconcelos Torres reconhece que o Governo tem aberto inúmeras frentes de trabalho. Tem dúvidas, depois de terminadas as obras dessas frentes, sobre o que se fará com o operariado recrutado. Evidentemente, parece-me óbvio, que se o Governo, a pouco e pouco, vem recebendo maior número de financiamentos internacionais; e o Governo, a pouco e pouco, equilibra seu orçamento interno e confere verbas substanciais aos setores de obras públicas; se, a pouco e pouco, o Governo, através da reforma tributária, arrecada maiores quantias, teremos de concluir que, a proporção que terminarem as obras dessas frentes de trabalho, abrir-se-ão novas frentes, porque há muito o que construir e fazer, pelo nosso Brasil, de vez que o volume propiciador desses investimentos, não inflacionários, é cada vez maior.

Termino assim, dentro do limitado tempo, já excedido, para as minhas respostas, dizendo que continuo com a mesma conclusão já anunciada: houve desemprego conjuntural, ou melhor, há desemprego conjuntural, cuja fase aguda foi de abril a junho, setorializado em algumas atividades econômicas da indústria. No trabalho rural só encontrei desemprego, como fenômeno social, em Pernambuco, pelas razões expostas, de causas remotas e estruturais. A atividade rural, de um modo geral, não acusa desemprego. O comércio acusa aumento de emprego. E quando o comércio acusa aumento de emprego, isto reflete um aumento de atividade econômica so-

Por que esse desemprego foi setorial, na conjuntura oriunda da aplicação do Plano de Ação Econômica do Governo, e esse setor foi a indústria, não o comércio, não o transporte? Darei ênfase a uma afirmação que rapidamente fiz na minha exposição: o comércio, de um modo geral, como grande regra, estocava demais, estocava como autodefesa, porque ao comerciante interessava mais ter o dinheiro em bens produzidos, em bens cujo valor sobe com a inflação, do que em moeda. Então era de grande vantagem para o comércio estocar muito, o máximo da sua capacidade de estoque, porque toda vez que havia aumento de preço — e o aumento era contínuo — ele ganhava com a inflação.

Com a continuidade da aplicação dos planos governamentais, com a negativa dada a todos aqueles que tentaram demover o Governo em mudar de plano, quando o comerciante se convenceu de que não podia mais jogar com seus estoques na inflação, houve, então, a bem denominada reversão da expectativa. Que sucedeu nesse período, de abril a junho? Iniciaram-se e generalizaram-se as liquidações de estoque a preços mais baixos, chegando mesmo os aparelhos domésticos serem vendidos pela metade do preço. Isto sem corresponder, nesse período, a pedidos do comércio à indústria.

O comércio, quando sentiu necessidade de liquidar seus estoques suspendeu suas encomendas à indústria e foi por isto que a indústria sofreu, de abril a junho, o problema do desemprego conjuntural, no seu setor; justamente porque, não recebendo pedidos, não podia estocar sua produção além de um limite razoável, teve de começar a despedir empregados.

O mês de julho caracteriza, precisamente, o início de nova fase, a fase em que o comércio, tendo liquidado seus estoques antes acumulados, voltou a fazer encomendas à indústria, de acordo com as necessidades do mercado consumidor.

Nesse momento, segundo estatística fornecida pelos próprios empregadores de São Paulo — Federação das Indústrias de São Paulo — verificou-se que sete dos quinze setores, que têm sido objeto de coleta, apresentam já aumento de número de empregados, e que os outros oito setores apresentam redução ínfima, de vez que, num total de 86 mil empregados desses quinze setores, existiram apenas 365 despedidas. Dai a conclusão do Ministério do Trabalho, que é a conclusão do Governo Federal, que estamos caminhando para a solução do desemprego setorial resultante da conjuntura, com as medidas já adotadas e outras que serão imediatamente propostas, enquanto que o problema do desemprego estrutural, de causas remotas, não poderá ter solução a curto prazo, mas está sendo enfrentado por três Ministérios e outros órgãos, entre os quais se destaca o IBRA, que realizará em Pernambuco o ciclo da reforma agrária democrática, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por este Governo. Muito obrigado. (Palmas. Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o segundo interpelado inscrito, nobre Senador Atilio Fontana.

#### O SR. ATILIO FONTANA:

(Não foi revisito pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, inicialmente, desejo congratular-me com S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Ministro do Trabalho, pela brilhante exposição feita ao Senado, com esclarecimentos e as notícias alvissareiras e encorajadoras que nos trouxe.



Sou testemunha, em boa parte, da situação que, nos últimos tempos, se verifica.

Realmente, depois de uma crise bastante acentuada, que se refletiu em grande desemprego, a situação está aliviada.

Entendo que há um problema muito sério, no País, que deve ser muito bem considerado e, à medida do possível, solucionado. Refiro-me ao baixo poder aquisitivo do trabalhador, tanto na indústria como no campo.

Esse baixo poder aquisitivo reflete-se no desenvolvimento geral do País. Não permitiríamos que o povo brasileiro seja elevado a um padrão de vida digno. Há falta de aquisição de bens de consumo. Isso se reflete na iniciativa de capital privado, nas nossas indústrias e, igualmente, no setor agrícola, principalmente no de gêneros alimentícios.

Entendo, Sr. Ministro, que as providências tomadas pelo Governo para conter a inflação são muito louváveis. Nosso País, porém, segundo nossas observações de modesto estudioso dos problemas econômicos, notadamente dos relacionados com o setor trabalhador, quer do campo ou da indústria, sou ligado a empresa de capital privado, depois de passar minha juventude como trabalhador na lavoura e operário industrial — ressen-te-se a expansão no seu desenvolvimento, uma vez que o poder aquisitivo do nosso patrício operário não possa ser melhorado.

Outro problema relaciona-se com a produção a baixo custo. As indústrias não conseguem produzir como deviam, economicamente, em face dos inúmeros encargos trazidos pela nossa legislação social e trabalhista.

Esses encargos, Sr. Ministro, segundo dados que temos, ultrapassam, muitas vezes, 80%. Ainda recentemente, em uma das minhas empresas, o encarregado desse setor dos nossos trabalhadores me adiantava que esses encargos ultrapassaram 83%.

Nos Estados Unidos, onde estivemos recentemente a convite do Departamento de Estado daquela nação, verificamos, em um sindicato com que estivemos em contato, que os trabalhadores têm apenas 0,7% de desconto na sua folha. No Brasil, esse encargo é muito maior.

O trabalhador americano tem assistência médica e o próprio sindicato o remunera, em caso de desemprego, com 62% do valor do seu salário. Cobrando a insignificante parcela de 4 dólares por salário-mes, o sindicato garante assistência médica e salário-mes, o sindicato garante assistência médica e salário-desemprego. No Brasil, com essa sobrecarga de mais de 80%, verificamos que o nosso operário não tem assistência médica e poucos benefícios realmente recebe em relação aos altos encargos que as empresas industriais têm que suportar.

Apenas para exemplificar, cito a indústria automobilística. Nos Estados Unidos, um automóvel custa muito mais barato do que no Brasil e o trabalhador recebe salário cinco ou seis vezes maior do que o empregado brasileiro. O automóvel, aqui, custa mais caro do que nos Estados Unidos e a nossa mão de obra é muito mais barata. Por que esse fenômeno? E devido aos encargos estipulados em nossas leis sociais e trabalhistas.

O que desejamos é que esses problemas fossem equacionados, para que pudéssemos elevar o padrão aquisitivo do nosso trabalhador e, principalmente, do homem do campo. Porque, Sr. Ministro, constatamos que o agricultor, notadamente o que produz gêneros alimentícios, recebe pagamento desestimulante em troca do seu trabalho notamos além disso, a nossos patrício que trabalha de sol a sol, na atividade dos campos.

Senhor Ministro, temos no Brasil um cruzeiro que tem dois valores: um valor para tudo o que se fabrica nas indústrias e que depende do nosso cruzeiro desvalorizado, no intercâmbio internacional, no mercado internacional, e um outro valor que mantemos ainda um tanto artificialmente para o nosso trabalhador, aquele que produz os gêneros alimentícios de primeira necessidade no Brasil. Em consequência, não temos aquele desenvolvimento, aquela expansão que precisaríamos ter para poder dar, a um milhão ou mais de novos trabalhadores anualmente, o emprego de que necessitam.

O mercado de emprego, apesar dessa recuperação, que reconhecemos, nos últimos meses, ainda está abaixo de um mercado mais desenvolvido, necessário para dar aos nossos patrícios um emprego em que possam viver dignamente com suas famílias.

V. Ex.<sup>a</sup> nos deu notícia de que o Governo pretende dar assistência financeira aos desempregados. E medida altamente louvável. Nos, que já fomos empregado, já trabalhamos no serviço pesado, já trabalhamos na lavoura, sentimos que o homem que, de um homem que, de um momento para outro, fica no desemprego não pode permanecer no abandono, sem recursos para suas despesas mais prementes.

Esperamos, porém, Sr. Ministro, que esta nova iniciativa do Governo não venha onerar ainda mais a iniciativa de capital privado.

Do contrário, continuaremos num círculo vicioso — o de procurar conter o alto custo de vida, com ele diminuirmos o poder aquisitivo, as empresas de capital privado não poderão desenvolver-se e assim permaneceremos numa fase de quase estagnação.

Era o esclarecimento que desejava deixar aqui, esperando que V. Ex.<sup>a</sup> com Ministro do Trabalho e da Previdência Social, membro, portanto, do Governo, possa examiná-lo e dar-nos uma palavra de estímulo a fim de que possamos lutar pelo desenvolvimento e pelo bem estar da população brasileira.

Era o que desejava dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o Sr. Ministro Arnaldo Sussekind.

O SR. MINISTRO ARNALDO SUSSEKIND — A primeira afirmação do ilustre Senador Atilio Fontana, atinente a baixa renda *per capita* do brasileiro, que tem como consequência inevitável o baixo salário dos trabalhadores correspondente precisamente a uma das mais fortes preocupações do Governo Federal.

Quando o Governo Federal entendeu dar prioridade absoluta a todos os seus planos e programas de combate à inflação, teve em mira precisamente extinguir, paulatinamente, a velocidade com que a inflação se configurava, a fim de não causar os males da deflação; é, uma vez obtido o estancamento da inflação, estabelecer os alicerces econômicos capazes de sustentar um desenvolvimento econômico-social com estabilidade econômica. Conforme S. Ex.<sup>a</sup> teve oportunidade de acentuar, no fim de sua oração, pouco importa qualquer melhora nominal sem que corresponda, em termos reais, a alguma coisa mais que se ofereça à comunidade. Ora, pouco adiantaria um programa que tivesse em vista apenas elevação de salários nominais se, por esse mesmo plano, encontrássemos, rapidamente, a perda de substância do salário

real. Se o processo inflacionário prosseguisse, em índices que eram já alarmantes, todos nós teríamos de concluir que qualquer aumento nominal de salário para o trabalhador ou de rendimento, para o empresário, seria fictício. E isso porque a expressão real do poder aquisitivo, que se conteria no aumento de salário ou de rendimento, estaria arrasado pelo processo inflacionário.

A meta do Governo do eminente Presidente Castello Branco, como a de qualquer outro Governo que pretenda realizar uma obra de bem-estar social, na de ser sempre a do desenvolvimento econômico com justiça social, o do aumento de renda *per capita* com desenvolvimento, e repartição dos frutos desse desenvolvimento por toda a comunidade. Mas o desenvolvimento não teria sentido se a inflação prosseguisse. Não seria possível, entretanto, simultaneamente estabelecer um combate à inflação com facilidade de créditos inflacionários e reajustamentos salariais igual ou acima do custo de vida.

O SR. SENADOR

O Sr. Senador Atilio Fontana tem razão quando alude a empresas anti-econômicas que, no Brasil, produzem pouco e cuja unidade produzida tem preço alto. O cotejo com os Estados Unidos e pertinente a afirmação de S. Ex.<sup>a</sup> Recordarmos que o Brasil possui maior número de fábricas de automóveis do que os Estados Unidos, para um mercado consumidor muito menor. De quem a culpa? Evidentemente as facilidades creditícias para a instalação de indústrias, no passado, levaram inúmeros homens a empresa, e até homens que não eram de empresa, a criar indústrias artificiais, em função da potencialidade do mercado consumidor brasileiro.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Muito bem.

O Sr. Atilio Fontana — Gostei daquela setor apenas como exemplo. Porque o mesmo ocorre com outros.

O SR. MINISTRO ARNALDO SUSSEKIND — Exato. O mesmo ocorre em vários setores. Sabem Vossas Exccelências que existem 14 fábricas de televisão no Brasil? Então já são dois exemplos. Poderemos repetir uma série enorme. Qual a consequência disso? De um lado, uma empresa que tem muitas concorrentes não pode ter mercado consumidor capaz de ensinar uma produção em longa escala, porque divide esse mercado com mais 13 empresas. Tera de produzir, como as outras 13 empresas, unidades caras. Se uma empresa produz um milhão de peças, o milhão de peças custa, por unidade produzida, X. Mas se essa mesma empresa produz cinco milhões de peças, o preço da unidade produzida diminui sensivelmente, porque as despesas de custo de administração, de patrimônio, de remuneração de dirigentes, de contabilidade, de máquinas, etc., existem tanto para um milhão de peças como para cinco milhões, talvez, com pequeno acréscimo, obviamente.

Dai por que atribuo o mal que S. Ex.<sup>a</sup> aponta como resultante do passado. O que ocorria é que muitos homens de empresas, e até homens que não eram de empresas, instituíram indústrias, em face da facilidade de crédito. Não era um crédito relativo, era um crédito inflacionário, um crédito que aumentava o custo pela inflação que gerava e, ao mesmo tempo, aumentava o custo pela repartição do mercado consumidor, ante o maior número de empresas.

Há um conceito que me parece absolutamente certo: aquele que define o lucro como o salário do risco. O

lucro é perfeitamente reconhecível nos regimes democráticos e de livre empresa. O lucro é justo, claro que quando não excessivo. Mas o lucro é o salário do risco que tem o empreendedor. O que ocorre, entretanto, com a facilidade generalizada de crédito, é que o empreendedor não tinha risco. O risco era dos bancos oficiais, que lhe davam dinheiro para empreendimento e ele empreendia indústrias sem sequer estudar o mercado consumidor correspondente.

Os encargos sociais, no Brasil, não creio que possam ser reduzidos. Sou daqueles que entendem que conquistas sociais dificilmente podem retroceder. Se a lei brasileira de previdência social, por exemplo, tem um elenco de benefícios em quantidade e índice percentual de pagamento de benefícios que a colocam num nível acima de que quase todas as legislações, sem embargos das falhas que existem — e nos as reconhecemos, tanto que estamos tentando eliminá-las — se com esse elenco de benefícios é necessário uma contribuição de oito por cento do empregado e oito por cento do empregador, uma diminuição de onus social não seria possível com a redução, ou do número de benefícios prestados ou dos níveis com os quais se concedidos.

Mas devo acentuar que se o cotejo com os Estados Unidos favorece o empregador brasileiro, o cotejo, por exemplo, com a França e a Espanha favorece o produtor brasileiro. Tanto na França como na Espanha — cito apenas dois exemplos, embora pudesse dar-lhes em maior número — o onus social grava a indústria e a produção bem mais do que no Brasil, inclusive em relação a Previdência Social. Nos Estados Unidos — e me desvio rapidamente do tema da convocação, que é o desemprego, em homenagem a S. Ex.<sup>a</sup> — os sindicatos tem uma ação realmente poderosa, na defesa dos seus associados. Mas aí temos de voltar à sociologia. Sociologicamente se explica o fenômeno.

Os Sindicatos, nos Estados Unidos, surgiram antes das conquistas sociais desse país. Surgiram, precisamente, porque havia espírito sindical. Mas o espírito sindical só existe, em termos de sociologia, quando existe concentração operária, e concentração operária só existe em cidades industriais. Então, as concentrações operárias dos Estados Unidos cria, em o espírito sindical e a instituição do sindicato, antes de qualquer medida legislativa ou mesmo norma jurídica de convenção coletiva de proteção ao trabalhador, ao contrário do que se deu no Brasil.

No Brasil, a falta de intercomunicações dos vários centros operários de grande concentrações operárias no passado — e ainda hoje nem todas as cidades possuem concentrações operárias — impediu a criação desse espírito sindical. A legislação brasileira surgiu antes do sindicato. Nos Estados Unidos, na Alemanha, na Inglaterra, na França, na Itália, o sindicato foi a causa da legislação do trabalho. Os trabalhadores se uniram, lutaram e obtiveram leis trabalhistas, permanecendo unidos, fortes, autônomos e livres.

No Brasil, ocorreu fenômeno inverso. Os sindicatos foram criados pela legislação do trabalho, onde não existiam por falta de espírito sindical. Coube ao próprio Governo incentivar a sindicalização, motivar a sindicalização, inclusive criando o chamado imposto sindical, que estabelecia uma adoção implícita da categoria do órgão sindical que o representava. Isso explica, inclusive, porque os sindicatos, no Brasil, durante muito tempo, mantiveram-se sob a tutela do Governo.

obedientes sempre ao Ministério do Trabalho. E que foram criados e motivados pelo próprio Ministério.

Dai por que não é possível no meu entender, um contêjo entre a ação sindical norte-americana — que cobra cerca de 4 dólares por mês aos seu associado, quando no Brasil não há Sindicato que cobre um dólar, porque, se o fizesse, não teria associado — e a brasileira quanto à assistência social do sindicato não seria válida. Mas, ainda fugindo ao tema da convocação e respondendo a S. Ex.<sup>a</sup> cumpre revelar que a assistência médica está sendo quintuplicada por este Governo. Partimos de um orçamento na Previdência Social, de 56 bilhões para um orçamento de 222 bilhões, neste ano, só para assistência médica na previdência social. Hoje, pos-

suímos 28 hospitais, mais de 500 ambulatórios e já realizamos convênios com 1.473 hospitais e clínicas particulares. Ao invés de estarmos construindo novos hospitais — apenas estamos terminando cinco que encontramos quase prontos — estamos estendendo a assistência médica pelo Brasil afora, interiorizando-a, inclusive, através de convênios com hospitais particulares, o que é mais econômico para a previdência e mais rápido para que se efetive a assistência ao associado. Dai por que tenho o prazer de informar ao Senado Federal que a assistência médica quase se quintuplicou: de 56 bilhões para 222 bilhões!

Finalmente, atendendo à oportuna advertência de S. Ex.<sup>a</sup>, desejo tranquilizar o Senado da República quan-

to ao acréscimo de ônus para o financiamento da assistência aos desempregados, cujo projeto, em breves dias, chegará ao Congresso Nacional, depois da audiência a empregadores e trabalhadores, através dos Presidentes das suas Confederações.

Não se criarão novos ônus. O que se prevê — e me permitam não poder divulgar o texto do projeto, porque só o faria depois de aprovado por S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Presidente da República é uma repartição de ônus atuais; Não a criação de novos.

Com estas informações, encerro as respostas que, muito honradamente, tive o prazer de dar a S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Senador Atilio Fontana (*Muito bem! Muito bem!*) (*Aplausos Prolongados*).

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — Não há mais interpelantes inscritos.

A Presidência assinala quão proveitosa foi a presença do Exmo. Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social, atendendo à convocação desta Casa e a ela prestando os esclarecimentos por que ansiava o Senado, em face do problema do desemprego no País.

Agradecendo o comparecimento de S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social, Sr. Arnaldo Sussekind, solicito à Comissão de Lideres que introduziu S. Ex.<sup>a</sup> no Plenário que, agora, o acompanhe.

*Acompanhado da Comissão de Senadores, retira-se do plenário S. Ex.<sup>a</sup> o Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social*

## COMISSÕES PERMANENTES

## MESA

Presidente	—	Moura Andrade (PSD)
Vice-Presidente	—	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário	—	Dinarte Maris (UDN)
2º Secretário	—	Gilberto Marinho (PSD)
3º Secretário	—	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário	—	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente	—	Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente	—	Guido Mondin (PSD)
3º Suplente	—	Vasconcellos Torres (PTB)
4º Suplente	—	Raul Giubert (PSP)

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD) — 22 representantes

1. Jose Guionmar — Acre	12. Antonio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Maranhão	15. Moura A. Ade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. / Fontana — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondin — R.G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedicto Valladares — Minas Gerais
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. José Ermirio — Pernambuco
4. / — Amazonas	12. Silvestre Pericles — Alagoas
5. Arthur Virgílio — Amazonas	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
6. Antônio Jucá — Ceará	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Dix Huit Rosado — R.G. Norte	15. Mello Braga — Paraná
8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Alonzo Arinos — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R.G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R.G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

## PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Vianna — Guanabara
-------------------------------

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro
--------------------------------------

## PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe
--------------------------

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas
-----------------------------

## SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

## RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Liberal	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Sem legenda	1
	66

## BLOCOS PARTIDARIOS

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

## LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Josaphat Marinho (sem legenda)
Lino de Mattos (PTN)	Aarão Steinbruch (MTR)
Vice-Líderes	Miguel Couto (PSP)
Aurélio Vianna (PSB)	Arnon de Mello (PDC)
Júlio Leite (PR)	Dilton Costa (PR)

## II PARTIDOS

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (PSD)

Líder
Filinto Müller
Vice-Líderes
Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder
Barros Carvalho
Vice-Líderes
Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá
Edmundo Levi

## UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder
Daniel Krieger
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Heribaldo Vieira

## PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder
Mem de Sá
Vice-Líder
Aloysio de Carvalho

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder
Miguel Couto
Vice-Líder
Raul Giuberti

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder
Lino de Mattos
Vice-Líder
Cattete Pinheiro

## III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

Representante
Aarão Steinbruch

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

Representante
Arnon de Mello

## PARTIDO REPUBLICANO (PR)

Representante
Júlio Leite

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

Representante
Aurélio Vianna

## AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio
Vice-Presidente: Eugênio Barros

TITULARES	SUPLENTE
Eugênio Barros	1. José Leite
José Feliciano	2. Atílio Fontana
José Ermirio	PTB
Nelson Maculan	1. Dix-Huit Rosado
	2. Antônio Jucá
	UDN
Lopes da Costa	1. Daniel Krieger
Antônio Carlos	2. João Agripino
	BPI
Dylton Costa	1. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Alonzo Arinos
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES	SUPLENTE
Jefferson de Aguiar	1. Menezes Pimentel
Antônio Balbino	2. José Feliciano
Wilson Gonçalves	3. Filinto Müller
Ruy Carneiro	4. Benedicto Valladares

Edmundo Levi  
Benezer Neta  
Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

**UDN**

Afonso Arinos  
Heribaldo Vieira  
Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
2. João Agripino

**BPI**

Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

**DISTRITO FEDERAL**

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

**PSD**

**TITULARES**  
Pedro Ludovico  
Walfredo Gurgel

**SUPLENTE**

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

**PTB**

Arthur Virgílio  
Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

**UDN**

Eurico Rezende  
Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assumpção
2. Lopes da Costa

**BPI**

Aurélio Vianna

1. Lino de Barros

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

**ECONOMIA**

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermírio

**PSD**

**TITULARES**  
Atílio Fontana  
José Feliciano  
José Leite

**SUPLENTE**

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

**PTB**

José Ermírio  
Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

**UDN**

Adolpho Franco  
Lopes da Costa  
Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assumpção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

**BPI**

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

**EDUCAÇÃO E CULTURA**

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

**PSD**

**TITULARES**  
Menezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

**SUPLENTE**

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

**PTB**

Antônio Jucá  
Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

**UDN**

Padre Calazans  
Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

**BPI**

Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 h.

**FINANÇAS**

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

**TITULARES**

Victorino Freire  
Lobão da Silveira  
Sigefredo Pacheco  
Wilson Gonçalves  
Walfredo Gurgel

**PSD****SUPLENTE**

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

**PTB**

Argemiro Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

**UDN**

Faria Tavares  
Irineu Bornhausen  
Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

**PL**

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

**BPI**

Aurélio Vianna  
Lino de Matos

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

**PSD****SUPLENTE**

**TITULARES**  
José Feliciano  
Atílio Fontana

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

**PTB**

Nelson Maculan  
Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

**UDN**

Adolpho Franco  
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

**BPI**

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira às 16.20 horas

**LEGISLAÇÃO SOCIAL**

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

**PSD****SUPLENTE**

**TITULARES**  
Ruy Carneiro  
Walfredo Gurgel  
Atílio Fontana  
Eugênio Barros

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

**PTB**

Vivaldo Lima  
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

**UDN**

Eurico Rezende  
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assumpção

**BPI**

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal

Secretário Cláudio I. Carneiro Leal

**MINAS E ENERGIA**

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio

**PSD****SUPLENTE**

**TITULARES**  
Benedicto Valladares  
Jefferson de Aguiar

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

**PTB**

José Ermírio  
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá



## UDN

João Agripino  
Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

## BPI

Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

## POLICONO DAS SECAS

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Ruy Carneiro  
Sebastião Archer

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

## PTB

Argemiro Figueiredo  
Dix-Huit Rosado

1. José Ermírio
2. Antônio Jucá

## UDN

João Agripino  
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

## BPI

Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

## PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino

Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Wilson Gonçalves  
José Guimard  
Jefferson de Aguiar

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

## PTB

José Ermírio  
Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

## UDN

João Agripino  
Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

## BPI

Lino de Matos

1. Aurélio Vianna

## PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

## REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: Antônio Carlos

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Walfredo Gurgel  
Sebastião Archer

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

## PTB

Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

## UDN

Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

## BPI

Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Benedicto Valladares  
Flinto Müller  
Menezes Pimentel  
José Guimard

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

## PTB

Pessoa de Queiroz  
Vivaldo Lima  
Oscar Passos

1. Nelson Maoulan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

## UDN

Antônio Carlos  
José Cândido  
Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

## BPI

Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

## SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: José Cândido

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Pedro Ludovico

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

## PTB

Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

## UDN

José Cândido

1. Lopes da Costa

## BPI

Miguel Couto

1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

## SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção

Vice-Presidente: José Guimard

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

José Guimard  
Victorino Freire

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

## PTB

Oscar Passos  
Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermírio

## UDN

Zacarias de Assunção  
Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

## BPI

Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans

Vice-Presidente: Victorino Freire

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Victorino Freire

1. José Feliciano
2. Flinto Müller

## PTB

Mello Braga  
Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

## UDN

Padre Calazans  
Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

## BPI

Aurélio Vianna

2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa

Vice-Presidente: Mello Braga

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Eugênio Barros  
José Leite

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guimard

Mello Braga

Lopes da Costa

Arnon de Mello

**PTB**

1. Bezerra Neto

**UDN**

1. Irineu Bornhausen

**BPI**

2. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

**COMISSÕES ESPECIAIS**

Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Vasconcelos Torres — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTARIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.  
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermirio — Relator — PTB.  
Adolpho Franco — UDN.  
Aurélio Vianna — PSD.

Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermirio (Presidente) — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Atílio Fontana — PSD.  
Eugênio Barros — PSD.  
José Ermirio (Relator) — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Melo Braga — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Milton Campos (Presidente) — UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Para estudar a situação dos Transportes Marítimos e Ferroviários.

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — (Relator) — (Transportes Ferroviários) — PSD.  
Sigefredo Pacheco — PSD.  
José Ermirio — PTB.  
Irineu Bornhausen — (Relator) — (Transportes Marítimos) — UDN.  
Júlio Leite — (Presidente) — PR.

Para o estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Antonio Jucá — PTB.  
Padre Calazans — UDN.  
Josaphat Marinho — S/legenda.

Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

**MEMBROS**

Bezerra Neto — Presidente.  
Alfonso Arinos — Vice-Presidente.  
Jefferson de Aguiar — Relator.  
Neite Neto  
Nelson Maculan  
Eurico Rezende  
Aurélio Vianna

Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.

Membros — Partidos

Atílio Fontana — PSD.  
Sigefredo Pacheco (Presidente) — PSD.  
Eugênio Barros — PSD.  
Argemiro de Figueiredo — PTB.  
José Ermirio (Relator) — PTB.  
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.  
Raul Giuberti — PSP.

Para examinar a crise Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.

Membros — Partidos

José Leite — PSD.  
Vaga — PSD.  
Vasconcelos Torres — PTB.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Aurélio Vianna — PSB.

**COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO**

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Benedito Valladares — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
Milton Campos —  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Rui Palmeira — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — (Presidente) — PL.  
Mem de Sá — PL.  
Josaphat Marinho — S/legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE

APROVAR O ESTABELECIMENTO, O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.  
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Eurico Rezende — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Milton Campos — (Vice-Presidente) — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Vivaldo Lima — PTB.  
... Vago — PTB.  
... Vago — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.  
Ruy Carneiro — Presidente — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Jefferson de Aguiar — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Daniel Krieger — UDN.  
Eurico Rezende — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira (Presidente) — UDN.  
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
... Vago — PTB.  
Vivaldo Lima — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Filinto Müller — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Daniel Krieger (Relator) — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Rui Palmeira — UDN.  
... Vago (PTB)  
Barros Carvalho — PTB.  
Argemiro de Figueiredo — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
João Agripino — UDN.  
Eurico Rezende — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Josaphat Marinho — Sem legenda.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
João Agripino — UDN.  
Eurico Rezende — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Miguel Couto — PSP.  
Cattete Pinheiro — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMINAÇÕES INTERINAS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
... vaga — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Eurico Rezende — UDN.  
João Agripino — Vice-Presidente — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Aurélio Vianna — Relator — PSB.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
... vaga — PSD.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Eurico Rezende — Relator — UDN.  
Silvestre Péricles — Presidente — PTB.  
João Agripino — UDN.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PTN.  
Lino de Matos — PTN.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62**

**DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADACÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).**

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
... vaga — PSD  
Menezes Pimentel — Presidente  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — UDN  
Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN  
Daniel Krieger — UDN  
... vaga — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Nogueira da Gama — PTB  
Barros Carvalho — PTB  
Mem de Sá — PL  
Miguel Couto — PSP

**Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62**

**AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).**

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — Relator — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Benedicto Valladares — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — UDN  
Josaphat Marinho — UDN  
Daniel Krieger — UDN  
Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN  
... vaga — PTB  
Nogueira da Gama — PTP  
Barros Carvalho — PTB  
Mem de Sá — PL  
Júlio Leite — PR

**Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63**

**(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).**

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — Relator — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
... vaga — PSD  
... vaga — PTB  
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB  
... vaga — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Eurico Rezende (23.4.64) — UDN  
Milton Campos — UDN  
Daniel Krieger — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Aloysio de Carvalho — PL

**Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63**

**(DIREITO DE PROPRIEDADE)**

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — Presidente — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Benedicto Valladares — PSD  
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD  
... vaga — PTB  
Bezerra Neto — PTE  
... vaga — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Arthur Virgílio — PTN  
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN  
Milton Campos — Relator — UDN  
João Agripino — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Aloysio de Carvalho — PL

**Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63**

**(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL — MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).**

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
... vaga — PSD  
... vaga — PTB  
Bezerra Neto — PTE  
... vaga — PTB  
... vaga — PTB  
Eurico Rezende — Presidente — UDN  
Milton Campos — UDN  
Daniel Krieger — UDN  
Aloysio de Carvalho — PL  
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

**Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63**

**(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)**

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
... vaga — PSD  
... vaga — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
... vaga — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Adalberto Sena — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — PL  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
João Agripino — UDN

**Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63**

**(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)**

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Vaga — PSD

Vaga — PTB.

Vaga — PTB.  
Argemiro de Figueiredo — PTB.  
Eurico Rezende — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Josaphat Marinho — Sem Legenda.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63**

**(INELEGIBILIDADE)**

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Jose Feliciano — PSD — Relator.  
Walfredo Gurgel — PSD.  
Bezerra Neto — PTB.  
Argemiro de Figueiredo — PTB.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Eurico Rezende — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Aloysio de Carvalho — UDN.  
Afonso Arinos — UDN.  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Giuberti — PSP.  
Júlio Leite — PR — Presidente.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63**

**(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).**

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.  
Jose Feliciano — PSD — Vice-Presidente.  
Walfredo Gurgel — PSD.  
Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.  
Bezerra Neto — PTB.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Eurico Rezende — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Afonso Arinos — UDN.  
Josaphat Marinho — Sem Legenda.  
Júlio Leite — PR.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 2-64**

*(Da nova redação a alínea a, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:*

Os Membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembléas Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Antônio Balbino — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD — Presidente.  
Edmundo Levi — PTB.  
Bezerra Neto — PTB — Relator.  
Arthur Virgílio — PTB.  
Oscar Passos — PTB.  
Afonso Arinos — UDN.  
João Agripino — UDN — Vice-Presidente.  
Eurico Rezende — UDN.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Josaphat Marinho — BPI.  
Aurélio Vianna — BPI.  
Aarão Steinbruch — BPI.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65**

*(Da nova redação ao parágrafo primeiro do art. 153 da Constituição Federal, para assegurar aos brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, exclusividade para a exploração das minas e jazidas).*

Membros — Partidos

José Guimard — PSD.  
Lobão da Silveira — PSD.  
Victorino Freire — PSD.  
Sebastião Archer — PSD.  
José Leite — Presidente — PSD.  
Jefferson de Aguiar — PSD.  
Vasconcellos Torres — PTB.  
Mello Braga — Vice-Presidente — PTB.  
José Ermirio — PTB.  
Antônio Jucá — PTB.  
Antônio Carlos — UDN.  
Vaga — UDN.  
Eurico Rezende — UDN.  
Joaquim Parente — UDN.  
Aurélio Vianna — PSB.  
Josaphat Marinho — Sem Legenda.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 2/65**

*(Da nova redação ao art. 139, I, letra "a" da Constituição, para permitir a reeleição do Presidente da República, por um período).*

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Antônio Balbino — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Eugenio Barros — PSD.  
Edmundo Levi — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Arthur Virgílio — PTB.  
Mello Braga — PTB.  
Afonso Arinos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Aloysio de Carvalho — UDN.  
Irinzu Bornhausen — UDN.  
Aarão Steinbruch — BPI.  
Aurélio Vianna — BPI.

**Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1965.**

*(Da nova redação ao art. 90 da Constituição Federal, tornando necessária a aprovação do Senado para a nomeação de Ministros de Estado).*

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Antônio Balbino — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
José Feliciano — PSD.  
José Leite — PSD.  
Edmundo Levi — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Arthur Virgílio — PTB.  
Mello Braga — PTB.  
Afonso Arinos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Aloysio de Carvalho — UDN.  
Adolpho Franco — UDN.  
Josaphat Marinho — BPI.  
Júlio Leite — BPI.

**COMISSÕES MISTAS**

**Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à Reforma Administrativa**

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) — Partidos

Senadores:

Wilson Gonçalves — PSD

Vago — PSD

Sigefredo Pacheco — PSD

Argemiro de Figueiredo — PTB

Edmundo Levi — PTB

Adolpho Franco — UDA

João Agripino — UDN

Aurélio Vianna — PSB

Josaphat Marinho — Sem legenda

Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD

Aderbal Jurema — PSD

Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo Deputado Arnaldo Nogueira)

Heltor Dias — UDN

Doutel de Andrade — PTB

Arnaldo Cerdeira — PSF

Juarez Távora — PDC

Ewaldo Pinto — MTR

**Para estudar a reforma do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e das instituições políticas do País.**

Presidente — Deputado Oliveira Brito

Vice-Presidente — Senador Edmundo Levi

Relator Geral — Senador Afonso Arinos

Revisor Geral — Senador Wilson Gonçalves

Relatores da Reforma Judiciária: Deputado Oliveira Brito

Deputado Raimundo Brito

Relatores da Reforma do Poder Legislativo:

Senador Josaphat Marinho

Deputado Laerte Vieira.

Relatores da Reforma das Instituições Políticas:

Senador Afonso Arinos

Deputados Hamilton Prado

Membros

Senadores

Wilson Gonçalves — PSD

Afonso Arinos — UD

Edmundo Levi — PTB

Josaphat Marinho — BPI

Deputados

Oliveira Brito — PSD

Laerte Vieira — UDN

Raimundo Brito — PTB

Hamilton Prado — PTN

Secretário — Luiz de Souza Leão.

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO**

**Para o levantamento do custo de fabricação de veículos pela indústria automobilística nacional.**

Criada pela Resolução nº 24, de 1965

Membros — 11

Menezes Pimentel — PSD

Eugênio Barros — PSD

José Leite — PSD

Atílio Fontana — PSD

Oscar Passos — PTB

Antônio Jucá — PTB

Vasconcelos Torres — PTB

Zacarias de Assumpção — UDN

Antônio Carlos — UDN

Adolpho Franco — UDN

Aurélio Vianna — BPI